

DIAGNÓSTICO SOCIAL



Ouro Verde do Oeste | 2014

Idealização:



Realização:

painel
Pesquisas e Consultoria

Ouro Verde do Oeste, 2015

Gestão de Ouro Verde do Oeste

Prefeito
Aldacir Domigos Pavan

Vice-prefeito
Alexandre Janning

Secretários:
Secretário de Administração,
Lázaro Gomes da Silva
Controle Interno,
Helena Maria Canonico
Secretária Municipal de Assistência Social,
Nara Regina Alves Fusco
Secret. de Desenv. Econômico, Tur. e Meio Ambiente,
Amauri de Carvalho Alves
Secretária de Educação, Cultura e Esportes,
Marlene Inês Zorzo
Secretário de Finanças,
Calisto Schneider
Secretário de Obras, Habitação e Urbanismo,
Sebastião Rubens da Silva
Secretário de Saúde,
Adenilso Cardoso Américo
Secretário Rodoviário Municipal,
Juventil Magon
Assessoria para Assuntos Jurídicos
Anderson Paulo de Lima
Assessoria de Planejamento
Paulo Soares dos Santos

Gestão da Paineira Instituto de Pesquisa

Coordenação Geral
Ermelinda Maria Uber Januário
Maria Helena Provenzano

Análise Estatística
Fátima Mottin

Apoio e Orientação Técnica
Luis Alceu Paganoto

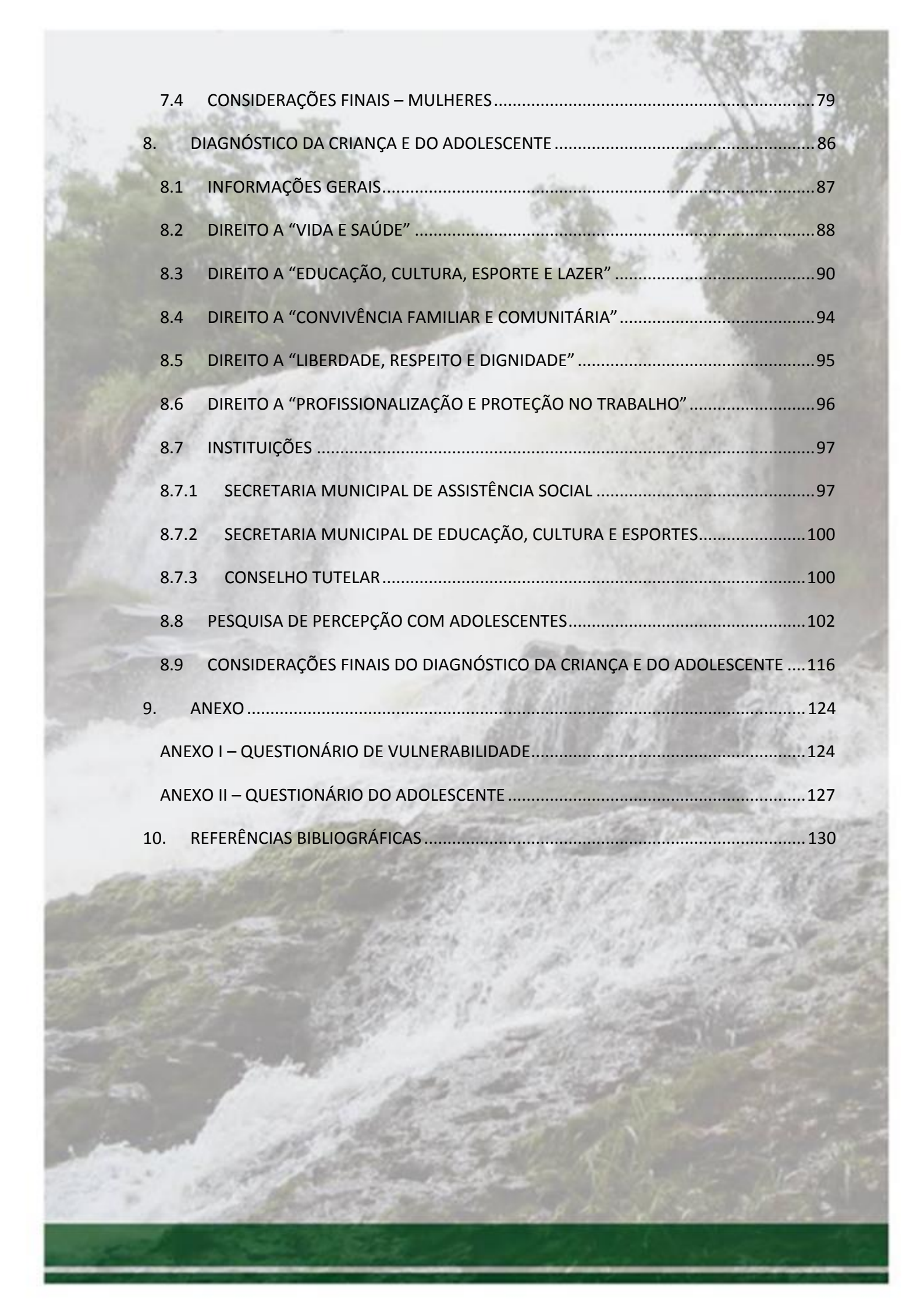
Revisão
Ana Maria Mottin

Análise Propositiva
Rompenuve
Edson Cabral
Marco Maida
Secretária da Federação de Mulheres do Paraná e
Conselheira Estadual dos Direitos das Mulheres
Josiane Ferreira Liz
Secretario Executivo do Conselho Municipal dos
Direitos do Idoso de Joinville
Valmir Poli
Especialista em Educação e Gestão Pública
Ana Maria Mottin

Agradecimentos
Nara Regina Alves Fusco
Eliete Soares dos Santos Joner
Paulo Soares dos Santos

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	6
1. APRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO	7
2. INTRODUÇÃO	9
3. PERFIL SOCIOECONÔMICO.....	12
4. ANÁLISE DE VULNERABILIDADE SOCIAL.....	26
4.1 CRUZAMENTO DOS INDICADORES DA PNAS/2004	32
4.2 INSTITUIÇÕES	33
4.3 CRAS.....	34
4.4 CONSELHOS DAS COMUNIDADES	36
4.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS – VULNERABILIDADE	36
5. LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES SOBRE IDOSOS	39
5.1 INDICADORES GERAIS.....	41
5.2 RESULTADOS DA PESQUISA.....	42
5.3 REDE DE ATENDIMENTO	47
5.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS – IDOSOS.....	48
6. LEVANTAMENTO SOBRE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	56
6.1 INDICADORES GERAIS.....	56
6.2 RESULTADO DA PESQUISA.....	57
6.3 REDE DE ATENDIMENTO	63
6.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS – PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	64
7. LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES SOBRE MULHERES.....	69
7.1 INDICADORES GERAIS.....	69
7.2 RESULTADO DA PESQUISA.....	71
7.3 REDE DE ATENDIMENTO	78



7.4	CONSIDERAÇÕES FINAIS – MULHERES	79
8.	DIAGNÓSTICO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	86
8.1	INFORMAÇÕES GERAIS.....	87
8.2	DIREITO A “VIDA E SAÚDE”	88
8.3	DIREITO A “EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER”	90
8.4	DIREITO A “CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA”	94
8.5	DIREITO A “LIBERDADE, RESPEITO E DIGNIDADE”	95
8.6	DIREITO A “PROFISSIONALIZAÇÃO E PROTEÇÃO NO TRABALHO”	96
8.7	INSTITUIÇÕES	97
8.7.1	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	97
8.7.2	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.....	100
8.7.3	CONSELHO TUTELAR.....	100
8.8	PESQUISA DE PERCEPÇÃO COM ADOLESCENTES.....	102
8.9	CONSIDERAÇÕES FINAIS DO DIAGNÓSTICO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	116
9.	ANEXO	124
	ANEXO I – QUESTIONÁRIO DE VULNERABILIDADE.....	124
	ANEXO II – QUESTIONÁRIO DO ADOLESCENTE	127
10.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	130

PREFÁCIO

Palavra do prefeito

“O Diagnóstico Social é um momento histórico para Ouro Verde do Oeste. Esse foi um de nossos compromissos firmados, que hoje se torna realidade. Com as informações coletadas nos diversos setores e área rural do município, sobre a real situação de vida de nossas crianças, adolescentes, mulheres, idosos e das pessoas com deficiência, nós gestores públicos podemos planejar e executar políticas públicas que de fato contemplem a verdadeira necessidade de nossa população, com responsabilidade, conhecimento e coerência. Permitindo com isso nortear todas as ações a serem executadas, para com eficácia atingirmos todos os objetivos traçados com esta importante ferramenta de trabalho, e com isso melhorar a qualidade de vida de nossa gente, garantindo assim que seus direitos sejam garantidos”.

Aldacir Domingos Pavan

1. APRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO

Ouro Verde do Oeste é um município do estado do Paraná, Região Sul do país. Pertence à Microrregião de Toledo e localiza-se a oeste da capital do estado, distando desta cerca de 582 km. A área do Município de 290,492 Km², sendo 28.931,20ha área rural, área urbana 29.049,00 ha.

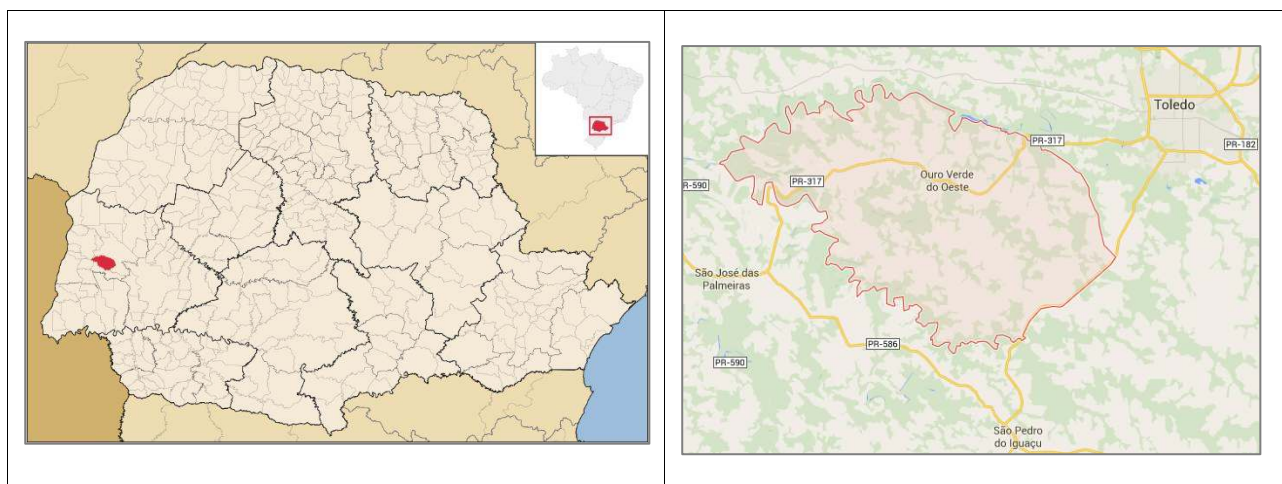
Com um clima subtropical úmido, com temperatura média anual de 21,4°C, Ouro Verde do Oeste conta com uma população estimada para 2014 de 5.952 habitantes, com uma taxa de urbanização de 70,96%, apresentando um IDH em 2010 de 0,709.

Sua formação administrativa de origem se deu com a denominação de Ouro Verde do Oeste, pela lei estadual n.º 5078, de 12 de março de 1965, subordinado ao município de Toledo. Em divisão territorial datada de 31 de julho de 1968, o distrito de Ouro Verde do Oeste, figura no município de Toledo, assim permanecendo em divisão territorial datada de 1988.

Ouro Verde do Oeste surge como município do Estado do Paraná em 12 de junho de 1989, desmembrado do município de Toledo, onde o governador Álvaro Dias sanciona o Projeto de Lei nº 206/86, convertido na Lei nº 9.009.

Porém muito tempo antes desta data, Ouro Verde do Oeste já estava formado, nasceu em 1960, quando bravos homens converteram o sonho de uma vida melhor em ideal e buscaram novos horizontes, sem temer as dificuldades que se impunham a eles das formas mais variadas: intempéries, animais selvagens, cobras, insetos, etc. Sua coragem atraiu outros que atraíram outros. A vila cresceu, foi elevada a distrito, e por fim tornou-se município, tudo isso graças à persistência e união de seu povo.

Figura 1



O município conta um à atração Turística para prática de bóia-cross, em um lindo sítio com churrasqueiras, área de camping, local para rapel e cachoeira. O recanto é um ambiente descontraído e familiar para passar um ótimo dia ou ainda para acampar, contando com estacionamento não coberto, banheiro, chuveiro e trilha bem cuidada.

O acesso é feito por Ouro Verde do Oeste em estrada rural de terra bem conservada.

Figura 2



Recanto Nossa Senhora Aparecida



Igreja Matriz

2. INTRODUÇÃO

O Diagnóstico Social de Ouro Verde do Oeste foi idealizado com o objetivo de mapear as urgências do município se tratando de temas como vulnerabilidade, criança e adolescente, idoso, mulher e pessoa com deficiência.

Para tal objetivo o trabalho foi dividido em duas partes:

Parte 1 – Pesquisa Documental:

Abrange a análise de dados secundários e primários das seguintes fontes:

- Coleta de dados secundários: utilizando-se de fontes como IBGE, DATASUS, Censo Escolar e outras, foram levantados indicadores disponíveis do município para realizar um primeiro mapeamento;
- Coleta de dados primários: sistematizando os dados das instituições presentes no município, incluindo dados de secretarias (Educação, Saúde, Esportes, Assistência Social e outras) e do Conselho Tutelar, foi levantada a rede de atendimento, obtendo as principais demandas atuais;

Parte 1 – Pesquisa de Campo

- Pesquisa de vulnerabilidade: Baseada no conceito de vulnerabilidade social fundamentada na PNAS/2004, que define o público alvo da assistência social, foi desenvolvido um questionário para ser aplicado em uma amostra de domicílios do município, abordando os indicadores da política e outros temas;

Informações da Pesquisa de Vulnerabilidade:

- Amostra de 528 domicílios com um erro de 3,6% e confiança de 95%;
 - Coleta domiciliar
 - Questionário desenvolvido por Painel Instituto de Pesquisa e aprovado pela Secretaria de Assistência Social (Ver ANEXO 1).
- Pesquisa com Adolescentes: Devida as particularidades do tema, foi realizada uma pesquisa de percepção com os adolescentes de 12 a 14 para enriquecer o trabalho e enfatizar no diagnóstico social os que são o futuro do Brasil.

Informações da Pesquisa com Adolescentes:

- Amostra de 178 adolescentes com um erro de 5,1% e confiança de 95%;
- Coleta em locais aleatórios e saída de escola;
- Questionário desenvolvido por Painel Instituto de Pesquisa e aprovado pela Secretaria de Assistência Social (Ver ANEXO 2).

O conhecimento dos dados desses quatro levantamentos é fundamental para o gerenciamento adequado das políticas públicas voltadas ao atendimento social do município de Ouro Verde do Oeste.

A análise será dividida nos seguintes tópicos:

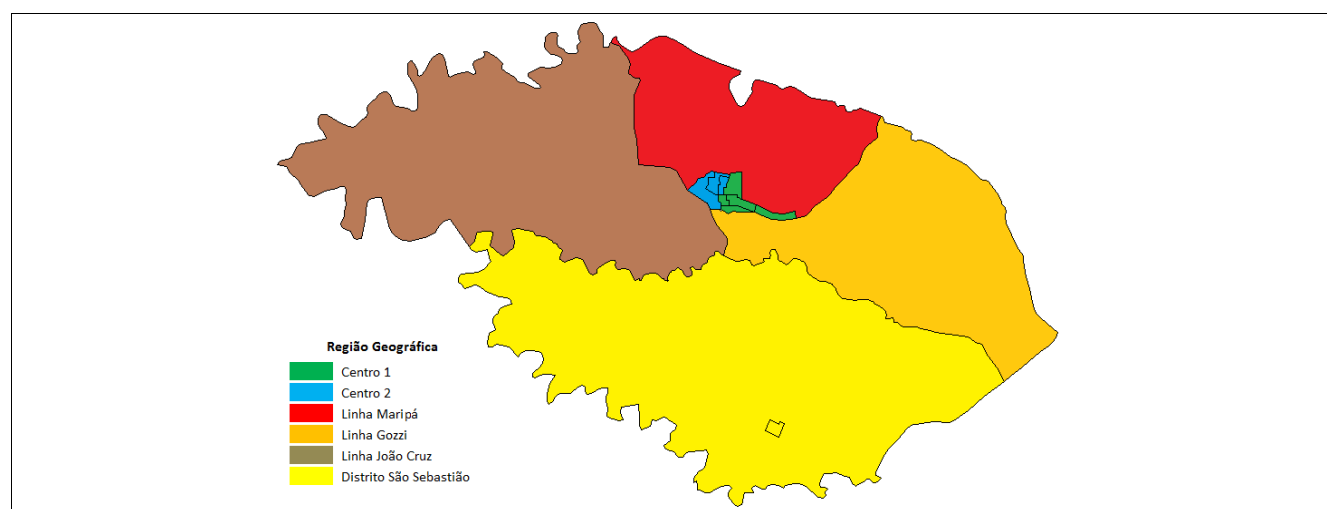
- Perfil sócio econômico do município;
- Análise de Vulnerabilidade Social;
- Levantamento de informações sobre idosos;
- Levantamento de informações sobre Mulheres;
- Levantamento de informações sobre pessoas com deficiência;
- Diagnóstico da Criança e do Adolescente.

Outro fator que foi levado em consideração na análise é a divisão territorial de Ouro Verde do Oeste. Com base nos setores censitários do IBGE, na atual divisão administrativa de Ouro Verde do Oeste e com aprovação do coordenador geral do projeto no município, foram determinadas Regiões Geográficas para que o levantamento de dados seguisse uma divisão coerente com o município e com a disponibilização de dados secundários.

Na próxima página segue informações desta divisão geográfica, na qual serão apresentados os dados:

Legenda	Setor IBGE	Nome da Divisão	Comunidades
	411745305000001	Centro 1	<i>Rio/cemitério, Praça/Mitra Diocesana, Rua Mauá, Rodovia PR-347 para Toledo</i>
	411745305000002		
	411745305000012		
	411745305000013		
	411745305000010		
	411745305000003	Centro 2	<i>Praça Presidente Médici, Sociedade Esportiva Ouro Verde do Oeste, Rodeio, Ginásio Futebol Suíço</i>
	411745305000009		
	411745305000011		
	411745305000004	Linha Maripá	<i>Linha Cerâmica; Linha Adamczuk; Linha Brandão; Linha Basiliano de Campos; Linha Bregolato; Linha Sanga Funda; Linha Mandaguari; Estrada Matão; Linha Maripá</i>
	411745305000005	Linha Gozzi	<i>Linha Gozzi; Linha Sadia; Linha Sol de Maio; Linha I Rieri</i>
	411745305000006	Linha João Cruz	<i>Linha João Cruz; Fazenda Santa Maria; Linha Hermann; Linha Buracão; Linha Jamaica; Linha Casagrande; Linha Taquaruçú; Estrada da Cachoeira</i>
	411745305000007	Distrito São Sebastião	<i>Linha João Gomes; Linha Aparado; Baixadão; Linha 2 Ipês; Linha Gustavo; Linha São Sebastião; Linha Muraro; Linha Reolon; Linha Viola; Vila Rural Ouroeste; Fazenda Itaipu; São Sebastião</i>
	411745305000008		

Figura 3

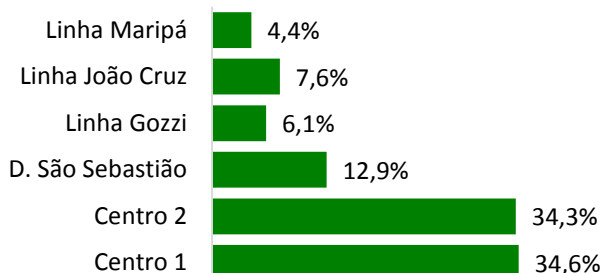


3. PERFIL SOCIOECONÔMICO

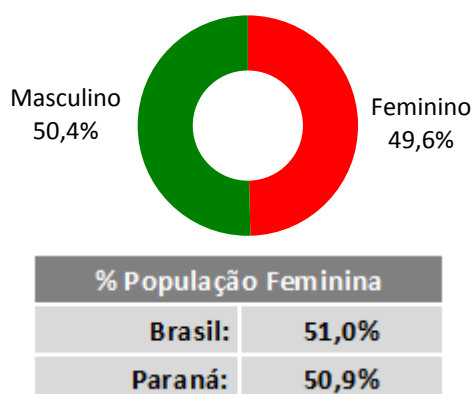
A população total de Ouro Verde do Oeste era de 5.692 habitantes em 2010, e a previsão mais atualizada do IBGE de 2014 é de 5.952 habitantes. Um aumento de 4,6% na população em 4 anos.

Região Geográfica	População Total	%
Centro 1	1.970	34,6%
Centro 2	1.952	34,3%
D. São Sebastião	736	12,9%
Linha Gozzi	347	6,1%
Linha João Cruz	435	7,6%
Linha Maripá	252	4,4%
Município	5.692	100,0%

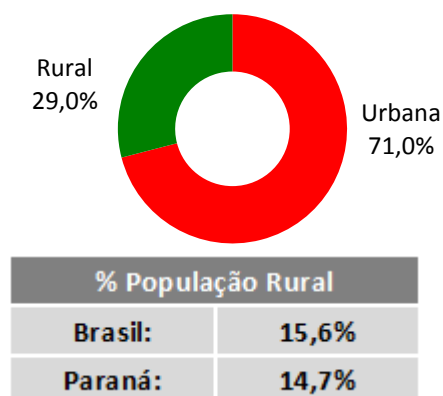
Fonte: IBGE 2010 - IBGE 2014 População total 5.952 habitantes



Em relação ao sexo, Ouro Verde do Oeste se comporta o oposto do Brasil e do Paraná, nos quais a população feminina é maior.



29,0% das pessoas residentes estão localizadas na Região Rural, quase o dobro do percentual do Paraná que é de 14,7%.



Indicador	<i>Escolaridade</i>
Definição	<i>Nível de instrução das pessoas residentes no município</i>

A população, na sua maioria (65,0%) tem até o fundamental incompleto. O ensino superior, em 2010, era exclusividade de apenas 3,1% dos moradores de Ouro Verde do Oeste.

Região Geográfica	Sem instrução e fundamental incompleto		Fundamental completo e médio incompleto		Médio completo e superior incompleto		Superior completo		Indeterminado		Total
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.
Urbana	2.509	62,1%	608	15,0%	735	18,2%	169	4,2%	19	0,5%	4.039
Rural	1.190	72,0%	296	17,9%	155	9,4%	10	0,6%	3	0,2%	1.653
Município	3.699	65,0%	904	15,9%	890	15,6%	178	3,1%	22	0,4%	5.692

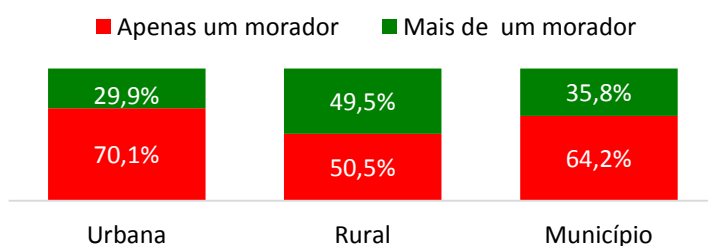
Fonte: IBGE 2010

Indicador	Responsabilidade compartilhada
Definição	Número de responsáveis por domicílio

O Censo 2010 mostra que a Região Urbana segue a tendência do Paraná e do Brasil, onde aproximadamente 70% dos domicílios tem a responsabilidade do lar focada em apenas 1 morador. Já a Região Rural, se destaca, apenas 50,5% dos lares com apenas um morador responsável.

Região Geográfica	Mais de um morador		Apenas um morador		Total e Responsáveis
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	
Urbana	372	29,9%	871	70,1%	1.243
Rural	263	49,5%	268	50,5%	531
Município	634	35,8%	1.140	64,2%	1.774

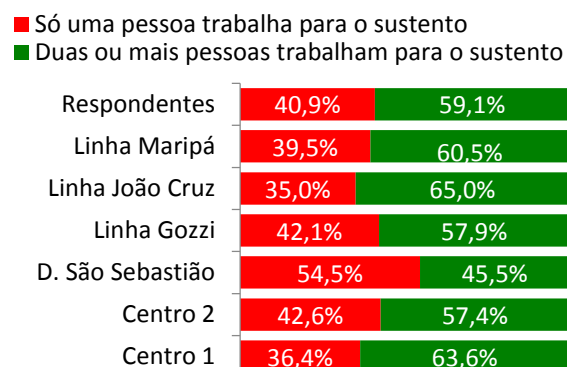
Fonte: IBGE 2010



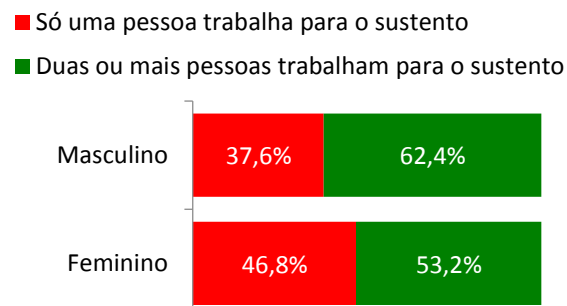
% de Domicílio com Apenas 1 Responsável	
Brasil:	70,4%
Paraná:	67,2%

A pesquisa complementa a informação do IBGE, mostrando que apesar da responsabilidade do lar estar centrada em uma pessoa, a maioria das famílias tem mais de uma pessoa contribuindo com a renda familiar. O caso mais crítico em Ouro Verde do Oeste, é o Distrito de São Sebastião que tem 54,5% das famílias sendo sustentadas por apenas 1 morador.

Região Geográfica	Só uma pessoa trabalha para o sustento		Duas ou mais pessoas trabalham para o sustento		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Centro 1	75	36,4%	131	63,6%	206	100,0%
Centro 2	81	42,6%	109	57,4%	190	100,0%
D. São Sebastião	30	54,5%	25	45,5%	55	100,0%
Linha Gozzi	8	42,1%	11	57,9%	19	100,0%
Linha João Cruz	7	35,0%	13	65,0%	20	100,0%
Linha Maripá	15	39,5%	23	60,5%	38	100,0%
Respondentes	216	40,9%	312	59,1%	528	100,0%



Ainda acrescenta que nas residências onde o sexo feminino é o responsável financeiro do lar, na maioria das vezes (46,8%) a renda familiar depende exclusivamente desta mulher. Nos domicílios com o sexo masculino responsável, esse percentual é bem menor (37,6%).

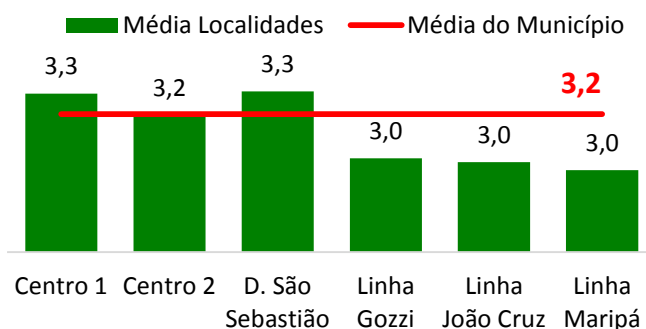


Indicador	Densidade domiciliar
Definição	Média de moradores por domicílio particular ocupado

A densidade domiciliar média de Ouro Verde do Oeste segue o padrão do Brasil, 3,3 pessoas por domicílio.

Região Geográfica	População Total	Domicílios Permanentes	Média
Centro 1	1.970	596	3,31
Centro 2	1.952	608	3,21
D. São Sebastião	736	222	3,32
Linha Gozzi	347	115	3,02
Linha João Cruz	435	145	3,00
Linha Maripá	252	85	2,96
Município	5.692	1.771	3,21

Fonte: IBGE 2010



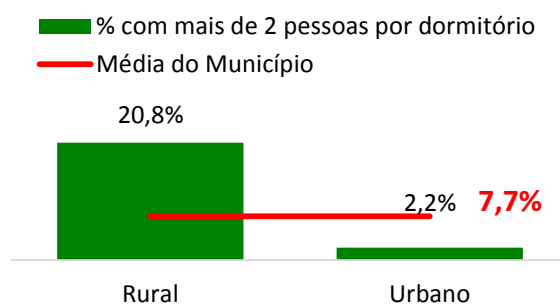
Densidade Domiciliar	
Brasil:	3,3
Paraná:	3,2

Indicador	Alta densidade por dormitório
Definição	Percentual de domicílios particulares com mais de 2 pessoas por dormitório

Analisando apenas a Zona Rural, o percentual de domicílios com mais de 2 pessoas por dormitório é de 20,8%, maior que no Brasil (18,1%) e quase o dobro que do Paraná (10,9%). Na média o município está bem (7,7%), o que preocupa é a questão pontual na região Rural.

Unidade Geográfica	Domicílios com mais de 2 pessoas por dormitório	Total de domicílios	% com mais de 2 pessoas por dormitório
Rural	110	530	20,8%
Urbano	27	1.241	2,2%
Município	137	1.771	7,7%

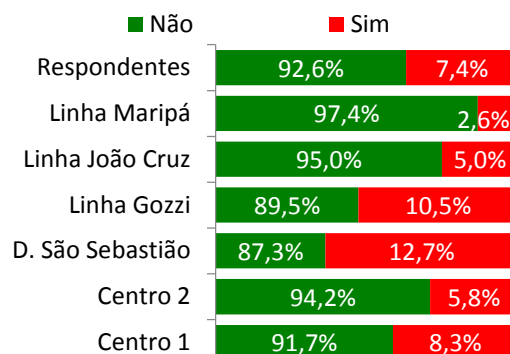
Fonte: IBGE 2010



% Alta Densidade por Dormitório	
Brasil:	18,1%
Paraná:	10,9%

Esse tema também foi investigado na pesquisa, para mapear melhor a ocorrência desse indicador de vulnerabilidade, e o Distrito de São Sebastião e a Linha Gozzi, se destacam como as regiões com o problema.

Região Geográfica	Não		Sim		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Centro 1	189	91,7%	17	8,3%	206	100,0%
Centro 2	179	94,2%	11	5,8%	190	100,0%
D. São Sebastião	48	87,3%	7	12,7%	55	100,0%
Linha Gozzi	17	89,5%	2	10,5%	19	100,0%
Linha João Cruz	19	95,0%	1	5,0%	20	100,0%
Linha Maripá	37	97,4%	1	2,6%	38	100,0%
Respondentes	489	92,6%	39	7,4%	528	100,0%

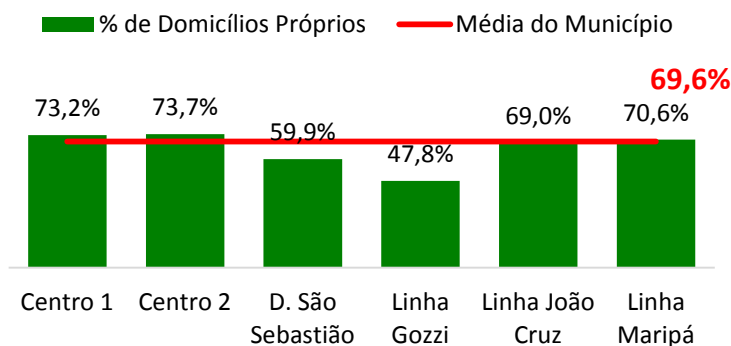


Indicador	<i>Domicílios particulares próprios</i>
Definição	<i>Percentual de domicílios particulares próprios</i>

O percentual de domicílios próprios em Ouro verde do Oeste é de 69,6%, um pouco abaixo do percentual do Paraná (71,5%) e do Brasil (73,3%).

Região Geográfica	Domicílios particulares permanentes PRÓPRIO (Quitados ou em aquisição)	Domicílios Particulares Permanente	% de Domicílios Próprios
Centro 1	436	596	73,2%
Centro 2	448	608	73,7%
D. São Sebastião	133	222	59,9%
Linha Gozzi	55	115	47,8%
Linha João Cruz	100	145	69,0%
Linha Maripá	60	85	70,6%
Município	1.232	1.771	69,6%

Fonte: IBGE 2010



% Domicílios Próprios	
Brasil:	73,3%
Paraná:	71,5%

Indicador	<i>Domicílios particulares alugados, cedidos ou em outras condições</i>
Definição	<i>Percentual de domicílios particulares em alugados, cedidos ou em outras condições</i>

O restante dos domicílios em Ouro Verde do Oeste tem um grande percentual de domicílios na condição de cedido (15,7%) e em segundo vem a condição de alugado (14,2%). Apenas 0,2% estão em outras condições de ocupação.

Região Geográfica	Domicílios particulares permanentes ALUGADO		Domicílios particulares permanentes CEDIDOS		Domicílios particulares permanentes EM OUTRA CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO	
	Quant. Alugados	% Alugados	Quant. Cedidos	% Cedidos	Quant. em outras condições	% em outras condições
Centro 1	120	20,1%	33	5,5%	1	0,2%
Centro 2	120	19,7%	39	6,4%	1	0,2%
D. São Sebastião	8	3,6%	80	36,0%	1	0,5%
Linha Gozzi	3	2,6%	57	49,6%	0	0,0%
Linha João Cruz	0	0,0%	44	30,3%	1	0,7%
Linha Maripá	0	0,0%	25	29,4%	0	0,0%
Município	251	14,2%	278	15,7%	4	0,2%

Fonte: IBGE 2010

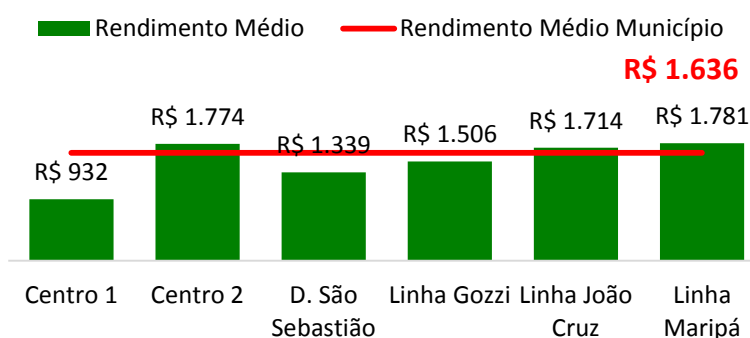
Indicador	<i>Renda média dos domicílios</i>
Definição	<i>Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios permanentes</i>

A Renda Média por domicílio em Ouro Verde do Oeste (R\$ 1.636) é menor do que o rendimento médio, tanto do Brasil (R\$ 2.535) quanto do Paraná (R\$ 2.740).

Já a Renda Mediana de Ouro Verde do Oeste é de R\$ 1.410, maior que a do Brasil (R\$ 1.350) e menor que a do Paraná (R\$ 1.600).

Região Geográfica	Rendimento Médio
Centro 1	R\$ 932
Centro 2	R\$ 1.774
D. São Sebastião	R\$ 1.339
Linha Gozzi	R\$ 1.506
Linha João Cruz	R\$ 1.714
Linha Maripá	R\$ 1.781
Município	R\$ 1.636

Fonte: IBGE 2010



Renda Média por domicílio em R\$		
Brasil:	R\$	2.535
Paraná:	R\$	2.740

Renda Mediana por domicílio em R\$		
Brasil:	R\$	1.350
Paraná:	R\$	1.600
Ouro Verde do Oeste:	R\$	1.410

O Centro 1 que tem a menor renda média, também é a região onde mais tem beneficiários da Bolsa Família.

Na pesquisa a faixa salarial dos entrevistados se concentra em duas faixas, (45,3%) entre 1 a 2 salários mínimos e (31,1%) de 2 a 5 salários mínimos.

Região Geográfica	Até 1/2 SM (Até R\$ 312)		De 1/2 até 1SM (De R\$ 312 a R\$ 724)		De 1 a 2 SM (R\$ 724 - R\$ 1.448)		De 2 a 5 SM (R\$ 1.448 - R\$ 3.620)		De 5 a 10 SM (R\$ 3620 - R\$ 7240)		Mais de 10 SM		Não declarou	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Centro 1	2	1,0%	27	13,1%	90	43,7%	67	32,5%	10	4,9%		0,0%	10	4,9%
Centro 2		0,0%	18	9,5%	94	49,5%	49	25,8%	9	4,7%		0,0%	20	10,5%
D. São Sebastião	1	1,8%	7	12,7%	30	54,5%	10	18,2%	4	7,3%		0,0%	3	5,5%
Linha Gozzi		0,0%	1	5,3%	8	42,1%	7	36,8%	1	5,3%	1	5,3%	1	5,3%
Linha João Cruz		0,0%	2	10,0%	5	25,0%	9	45,0%	1	5,0%		0,0%	3	15,0%
Linha Maripá		0,0%		0,0%	12	31,6%	22	57,9%	4	10,5%		0,0%		0,0%
Respondentes	3	0,6%	55	10,4%	239	45,3%	164	31,1%	29	5,5%	1	0,2%	37	7,0%

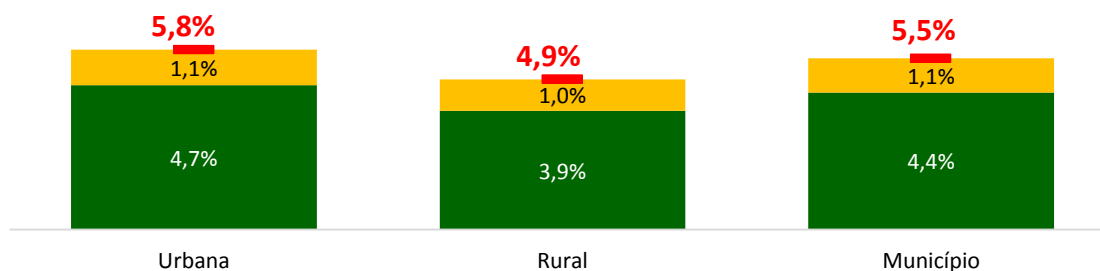
Indicador	Moradores com benefício sociais
Definição	Número de habitantes com algum benefício assistencial do governo

O município tem 5,5% dos munícipes recebendo algum auxílio do governo, sendo isso menor na Região Rural, 4,9%. O benefício que prevalece é o Bolsa Família ou PETI, atendendo 4,4% dos munícipes.

Região Geográfica	Rendimento de Programa Social Bolsa-Família ou PETI		Rendimento de outros Programas Sociais ou Transferências		Rendimento de Qualquer Programa social ou de Transferência		Total
	Sim	%	Sim	%	Sim	%	
Rural	189	4,7%	46	1,1%	235	5,8%	4.036
Urbana	64	3,9%	17	1,0%	80	4,9%	1.653
Município	253	4,4%	63	1,1%	316	5,5%	5.689

Fonte: IBGE 2010

- Rendimento de outros Programas Sociais ou Transferências
- Rendimento de Programa Social Bolsa-Família ou PETI
- Rendimento de Qualquer Programa social ou de Transferência



A população mais dependente de benefícios sociais é a região do Centro 1, onde 14,1% dos entrevistados recebem Bolsa Família, seguido do D. São Sebastião, o qual já foi citado anteriormente pois é o que mais depende de apenas uma renda para sustento da família.

Região Geográfica	Não		Bolsa Família		BPC		Auxílio leite		Auxílio doença		PETI		Outros		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Centro 1	175	85,0%	29	14,1%	1	0,5%	1	0,5%		0,0%		0,0%		0,0%	206	100,0%
Centro 2	167	87,9%	17	8,9%	1	0,5%	2	1,1%	1	0,5%	1	0,5%	1	0,5%	190	100,0%
D. São Sebastião	46	83,6%	7	12,7%	1	1,8%		0,0%		0,0%	1	1,8%		0,0%	55	100,0%
Linha Gozzi	19	100,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	19	100,0%
Linha João Cruz	19	95,0%		0,0%		0,0%		0,0%	1	5,0%		0,0%		0,0%	20	100,0%
Linha Maripá	36	94,7%	1	2,6%	1	2,6%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	38	100,0%
Respondentes	462	87,5%	54	10,2%	4	0,8%	3	0,6%	2	0,4%	2	0,4%	1	0,2%	528	100,0%

Com a pesquisa buscava além da renda familiar, o número de pessoas da família, foi cruzado à informação de renda per capita com o auxílio da Bolsa Família.

Sabendo que o teto para receber o auxílio é de R\$ 154,00, tem-se que apenas 22,0% das pessoas que recebem o auxílio em Ouro Verde do Oeste são eletivas.

Mostrando que um dos quesitos do Bolsa família não é atendido em 80% dos casos, enquanto de outro lado, 34 famílias que apresentam renda dentro dos limites pré-estabelecidos não recebem nenhum auxílio (7,4%).

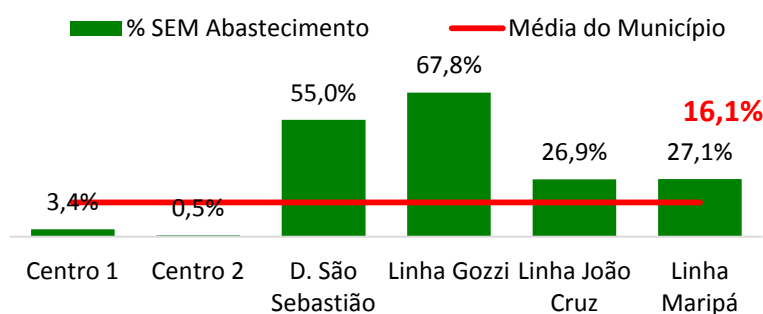
Renda Per Capita	Quant.	(%)	(%) Acumulado
R\$ -	6	11%	11%
R\$ 104,00	1	2%	13%
R\$ 129,50	3	6%	19%
R\$ 135,75	2	4%	22%
R\$ 172,67	2	4%	26%
R\$ 217,20	5	9%	35%
R\$ 259,00	2	4%	39%
R\$ 271,50	9	17%	56%
R\$ 312,00	1	2%	57%
R\$ 362,00	8	15%	72%
R\$ 422,33	1	2%	74%
R\$ 518,00	1	2%	76%
R\$ 543,00	2	4%	80%
R\$ 633,50	7	13%	93%
R\$ 844,67	3	6%	98%
R\$ 1.086,00	1	2%	100%
Respondentes	54	100%	-

Indicador	<i>Domicílio SEM abastecimento de água por rede geral</i>
Definição	<i>Percentual de domicílio que não possuem abastecimento de água por rede geral</i>

O município fica acima da média do Paraná de domicílios atendidos com abastecimento de água, 16,0%, enquanto no Paraná esse percentual é de 12,0%. As regiões rurais são as mais críticas, como Linha Gozzi (67,85) e o distrito de São Sebastião (55,0%). Lembrando que esses dados são do Censo de 2010, podendo o município ter tido uma evolução nos últimos anos.

Região Geográfica	Domicílios SEM abastecimento de água	Total de Domicílios	% SEM Abastecimento
Centro 1	20	596	3,4%
Centro 2	3	608	0,5%
D. São Sebastião	122	222	55,0%
Linha Gozzi	78	115	67,8%
Linha João Cruz	39	145	26,9%
Linha Maripá	23	85	27,1%
Município	285	1.785	16,1%

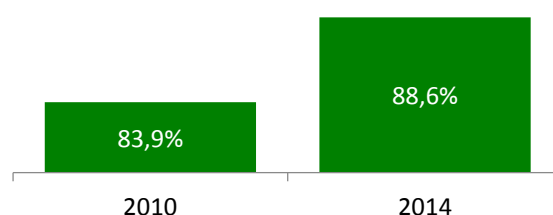
Fonte: IBGE 2010



% de Domicílios SEM Abastecimento	
Brasil:	15,0%
Paraná:	12,0%

A pesquisa mostra que de 2010 para 2014, Ouro Verde do Oeste passou de um atendimento de 83,9% para 88,6% de água encanada.

Região Geográfica	Água encanada		Nascente		Outra fonte		Poço		Sem informação	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Centro 1	204	99,0%		0,0%		0,0%	1	0,5%	1	0,5%
Centro 2	190	100,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%
D. São Sebastião	31	56,4%	1	1,8%	1	1,8%	21	38,2%	1	1,8%
Linha Gozzi	10	52,6%	2	10,5%	1	5,3%	6	31,6%		0,0%
Linha João Cruz	10	50,0%		0,0%		0,0%	10	50,0%		0,0%
Linha Maripá	23	60,5%		0,0%	2	5,3%	13	34,2%		0,0%
Respondentes	468	88,6%	3	0,6%	4	0,8%	51	9,7%	2	0,4%

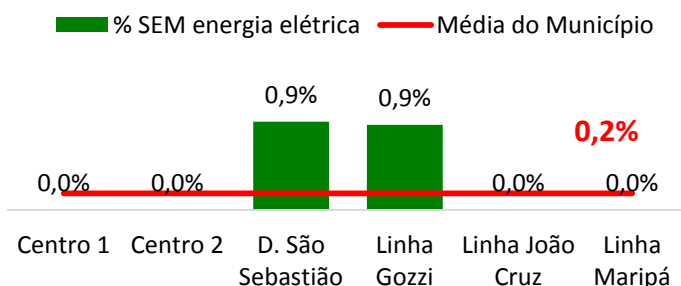


Indicador	<i>Domicílio SEM rede de energia elétrica</i>
Definição	<i>Percentual de domicílio que não possuem energia elétrica</i>

Quase que totalidade o município é atendido pela rede de energia elétrica.

Região Geográfica	Domicílios SEM energia elétrica	Total de Domicílios	% SEM energia elétrica
Centro 1	0	696	0,0%
Centro 2	0	608	0,0%
D. São Sebastião	2	222	0,9%
Linha Gozzi	1	115	0,9%
Linha João Cruz	0	145	0,0%
Linha Maripá	0	85	0,0%
Município	3	1.771	0,2%

Fonte: IBGE 2010



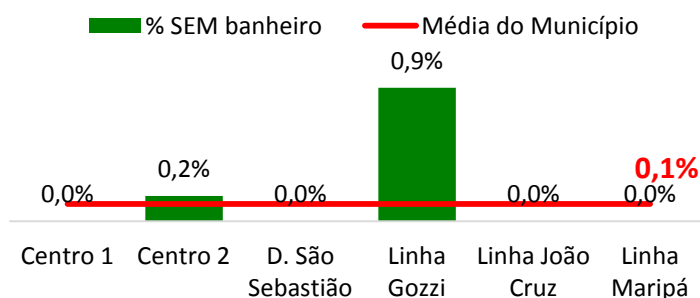
% Domicílios SEM Energia Elétrica	
Brasil:	0,4%
Paraná:	0,4%

Indicador	<i>Domicílio SEM banheiro</i>
Definição	<i>Percentual de domicílio que não possuem banheiro de uso exclusivo dos moradores e nem sanitário</i>

Apenas 0,1% dos domicílios de Ouro Verde do Oeste não tem banheiro ou sanitário de uso exclusivo dos moradores. Um percentual bem melhor que o Brasil (2,6%).

Região Geográfica	Domicílios SEM banheiro ou sanitário	Total de Domicílios	% SEM banheiro
Centro 1	0	596	0,0%
Centro 2	1	608	0,2%
D. São Sebastião	0	222	0,0%
Linha Gozzi	1	115	0,9%
Linha João Cruz	0	145	0,0%
Linha Maripá	0	85	0,0%
Município	2	1.771	0,1%

Fonte: IBGE 2010



% Domicílios SEM Banheiro	
Brasil:	2,6%
Paraná:	0,4%

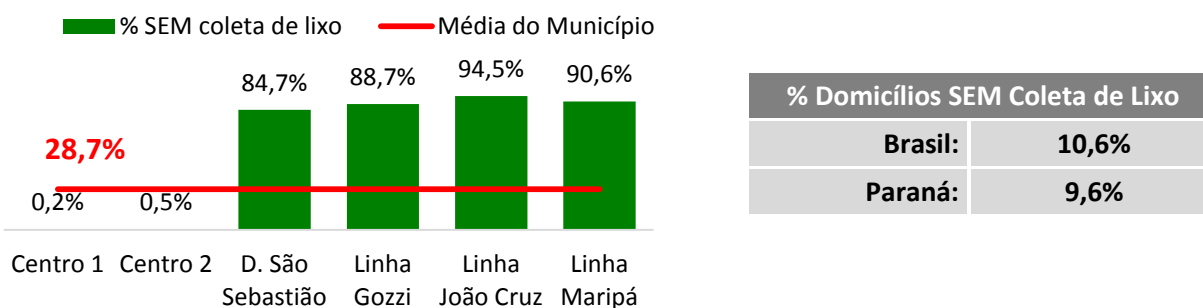
Indicador	Domicílio SEM coleta de lixo
Definição	Percentual de domicílio que possuem lixo queimado, enterrado, jogado em terreno baldio, ou em rio, lago ou mar ou com outro destino

O município em 2010 tinha em média 28,7% dos domicílios sem coleta, e isso bem crítico na Área Rural, na qual mais de 80,0% dos domicílios não contavam com esse serviço público.

Região Geográfica	Domicílios SEM coleta de lixo*	Total de Domicílios	% SEM coleta de lixo
Centro 1	1	596	0,2%
Centro 2	3	608	0,5%
D. São Sebastião	188	222	84,7%
Linha Gozzi	102	115	88,7%
Linha João Cruz	137	145	94,5%
Linha Maripá	77	85	90,6%
Município	508	1.771	28,7%

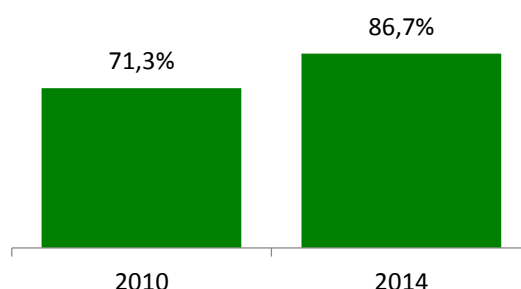
*Destino do lixo: lixo queimado, enterrado, jogado em terreno baldio, jogado em rio, lago ou mar ou com outro destino do lixo

Fonte: IBGE 2010



A pesquisa também mostrou um avanço na coleta de lixo, quando em 2010 o percentual era de 71,3% do município coberto pelo atendimento, na pesquisa em 2014 esse percentual subiu para 86,7%.

Região Geográfica	Coletado		Enterrado		Queimado		Outro	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Centro 1	206	100,0%		0,0%		0,0%		0,0%
Centro 2	190	100,0%		0,0%		0,0%		0,0%
D. São Sebastião	48	87,3%	3	5,5%	4	7,3%		0,0%
Linha Gozzi	6	31,6%	5	26,3%	7	36,8%	1	5,3%
Linha João Cruz	4	20,0%		0,0%	15	75,0%	1	5,0%
Linha Maripá	4	10,5%	4	10,5%	27	71,1%	3	7,9%
Respondentes	458	86,7%	12	2,3%	53	10,0%	5	0,9%

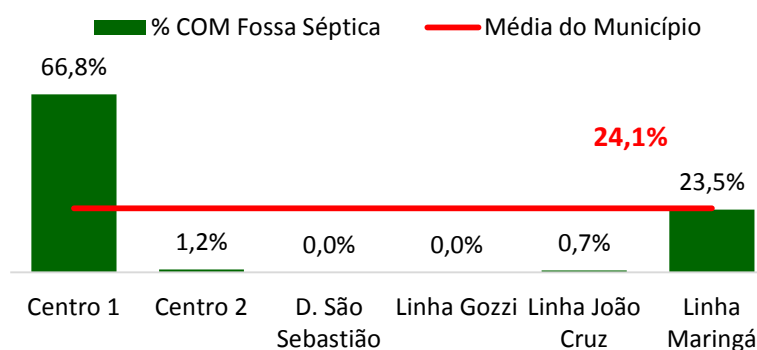


Indicador	<i>Domicílio SEM Rede de Esgoto ou Rede Pluvial</i>
Definição	<i>Percentual de domicílio não que possuem rede de esgoto ou rede pluvial</i>

Em 2010, Ouro Verde do Oeste, não contava com Rede de Esgoto ou Rede Pluvial no município, na sua totalidade, apenas com Fossa Séptica.

Região Geográfica	Com Fossa Séptica	Total de Domicílios Permanentes	% COM Fossa Séptica
Centro 1	398	596	66,8%
Centro 2	7	608	1,2%
D. São Sebastião	0	222	0,0%
Linha Gozzi	0	115	0,0%
Linha João Cruz	1	145	0,7%
Linha Maripá	20	85	23,5%
Município	426	1.771	24,1%

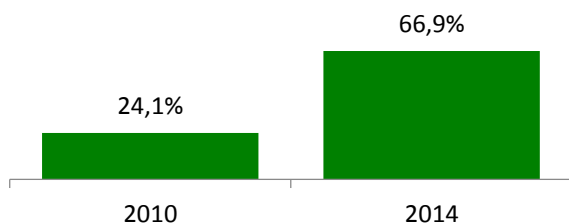
Fonte: IBGE 2010



% de Domicílios SEM Rede de Esgoto	
Brasil:	23,8%
Paraná:	46,7%

Em 2014 a fossa séptica se estendeu em uma área maior do município, abrangendo 66,9% do total dos domicílios.

Região Geográfica	Fossa séptica/Filtro		Fossa rudimentar - buraco negro		Rede de esgoto		Vala, rio ou mar		Sem informação	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Centro 1	143	69,4%	56	27,2%	5	2,4%	2	1,0%		0,0%
Centro 2	139	73,2%	48	25,3%	1	0,5%		0,0%	2	1,1%
D. São Sebastião	35	63,6%	19	34,5%	1	1,8%		0,0%		0,0%
Linha Gozzi	8	42,1%	11	57,9%		0,0%		0,0%		0,0%
Linha João Cruz	12	60,0%	8	40,0%		0,0%		0,0%		0,0%
Linha Maripá	16	42,1%	21	55,3%		0,0%	1	2,6%		0,0%
Respondentes	353	66,9%	163	30,9%	7	1,3%	3	0,6%	2	0,4%



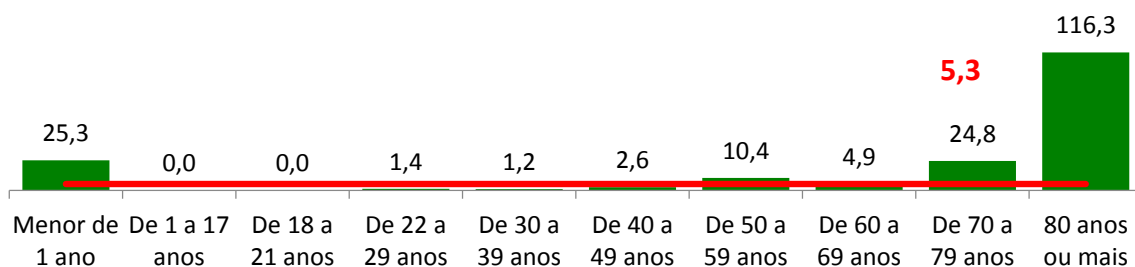
Nota: A administração do município informou que já existem projetos para rede de esgoto, porém por enquanto, o município tem apenas fossa séptica.

Indicador	<i>Taxas de mortalidade</i>
Definição	<i>Taxa de mortalidade por faixa etária por 1.000 habitantes</i>

As taxas de mortalidades mais altas são nas idades acima de 70 anos, o que está próximo da média no Brasil, pois a expectativa de vida do brasileiro está em torno de 75 anos. Chama atenção à faixa etária de 50 a 59 anos, em que a taxa é o dobro (10,4) da média (5,3). No Brasil a taxa de mortalidade bruta em 2014 é de 6,01.

Faixa etária	Mortes	População	Taxa (por 1.000)
Menor de 1 ano	2	79	25,3
De 1 a 17 anos	0	1.551	0,0
De 18 a 21 anos	0	385	0,0
De 22 a 29 anos	1	713	1,4
De 30 a 39 anos	1	865	1,2
De 40 a 49 anos	2	781	2,6
De 50 a 59 anos	6	578	10,4
De 60 a 69 anos	2	406	4,9
De 70 a 79 anos	6	242	24,8
80 anos ou mais	10	86	116,3
Total de atendimentos	30	5.686	5,3

Fonte: SIM 2014



A principal causa das mortes são doenças do coração, em 30,0% dos casos ocorridos.

Escolaridade	Quant.	%
Doenças no coração	9	30,0%
Neoplasias	5	16,7%
Influenza (Gripe) e Pneumonia	3	10,0%
Transtornos Respiratórios e cardiovasculares específico período Perinatal	2	6,7%
Doenças Cerebrovasculares	2	6,7%
Agressões	2	6,7%
Doenças Hipertensivas	1	3,3%
Sintomas e Sinais relativos aos Aparelhos Circulatório e respiratório	1	3,3%
Doença do Fígado	1	3,3%
Hepatite Viral	1	3,3%
Desnutrição	1	3,3%
HIV	1	3,3%
Enterites e Colites Não-Infecciosas	1	3,3%
Total de atendimentos	30	100,0%

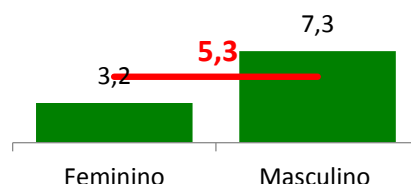
Fonte: SIM 2014

Indicador	<i>Taxas de mortalidade por sexo</i>
Definição	<i>Taxa de mortalidade por sexo por 1.000 habitantes</i>

Os homens têm a taxa de mortalidade mais alta do que as mulheres, isso devido ao histórico masculino de não ir ao médico, para prevenção. Aqui cabe políticas de conscientização masculina.

Sexo	Mortes	População	Taxa (por 1.000)
Feminino	9	2.822	3,2
Masculino	21	2.864	7,3
Total de Mortes	30	5.686	5,3

Fonte: SIM 2014



Indicador	<i>Taxas de atendimento de agravos</i>
Definição	<i>Número de pessoas atendidas por mil habitantes</i>

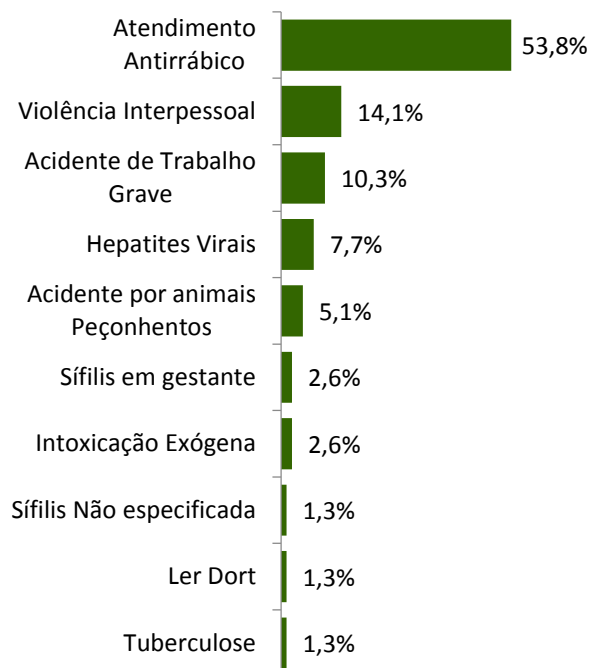
No SINAN – Sistema de Informação de Agravos de Notificação – sobressai o número de atendimento antirrábico. O que mostra a necessidade de uma política pública na área de saúde para redução destes casos.

Unidade Geográfica	Número de Agravos	População	Taxa (1.000 hab.)
Município	78	5.686	13,7

Fonte: SINAN 2014

Faixa etária	Quant.	(%)
Atendimento Antirrábico	42	53,8%
Violência Interpessoal	11	14,1%
Acidente de Trabalho Grave	8	10,3%
Hepatites Virais	6	7,7%
Acidente por animais Peçonhentos	4	5,1%
Sífilis em gestante	2	2,6%
Intoxicação Exógena	2	2,6%
Sífilis Não especificada	1	1,3%
Ler Dort	1	1,3%
Tuberculose	1	1,3%
Total de atendimentos	78	100,0%

Fonte: SIM 2014



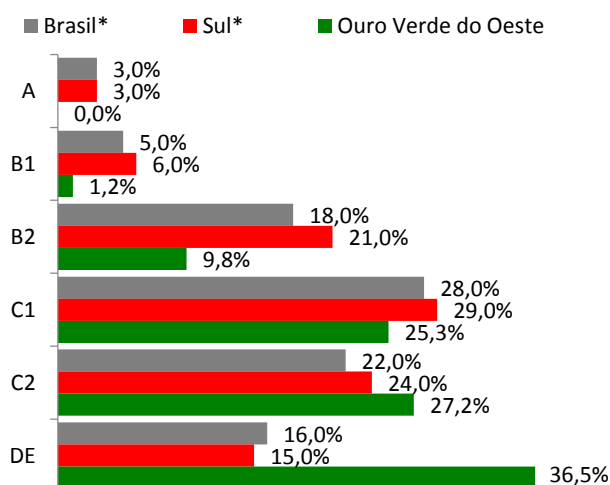
Indicador	Classificação Social
Definição	Classe social dos municípios segundo Critério Brasil 2014 - ABEP

O Critério Brasil, desenvolvido pela ABEP – Associação Brasileira de Pesquisa de mercado, é uma forma de classificar a população conforme a classe social em que ela está inserida, através de bens duráveis e grau de instrução do chefe da família, lembrando que a unidade de referência é o domicílio, e que neste caso a amostra tem 3,6% de erro com uma confiança de 95%.

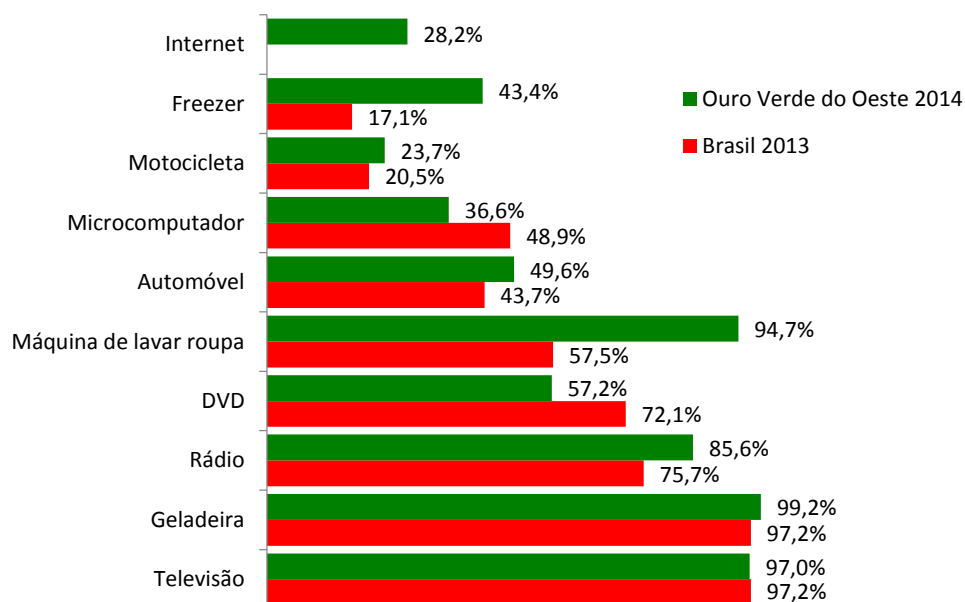
A pesquisa mostrou uma concentração de família na classe D e E, com 36,5%, sendo que no Brasil esse índice está em torno de 16,0%.

Classe Social	Ouro Verde do Oeste	Brasil*	Sul*
A	0,0%	3,0%	3,0%
B1	1,2%	5,0%	6,0%
B2	9,8%	18,0%	21,0%
C1	25,3%	28,0%	29,0%
C2	27,2%	22,0%	24,0%
DE	36,5%	16,0%	15,0%

*Fonte: DataFolha e IBOPE



Abaixo a relação de bens duráveis comparando com dados do IBGE 2013 a nível Brasil. Em 2013 o IBGE não apresentou informação sobre internet.



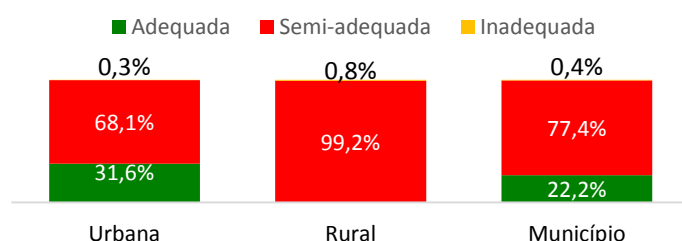
4. ANÁLISE DE VULNERABILIDADE SOCIAL

Indicador	Infraestrutura inadequada
Definição	Famílias que residem em domicílio com serviços de infraestrutura inadequados. Conforme definição do IBGE trata-se dos domicílios particulares permanentes com abastecimento de água proveniente de poço ou nascente ou outra forma, sem banheiro e sanitário ou com escoadouro ligado à fossa rudimentar, vala, rio, lago, mar ou outra forma; lixo queimado, enterrado ou jogado em terreno baldio ou logradouro, em rio, lago ou mar ou outro destino; com mais de 2 moradores por dormitório

Embasado no conceito de domicílio adequado do IBGE, Ouro Verde do Oeste, em 2010 tinha apenas 22% dos domicílios considerados adequados, sendo a situação mais crítica na Região Rural, com 0% dos domicílios considerados adequados.

Região Geográfica	Adequada		Semi-adequada		Inadequada		Total
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	
Rural	392	31,6%	844	68,1%	3	0,3%	1.239
Urbana	0	0,0%	523	99,2%	4	0,8%	527
Município	392	22,2%	1.367	77,4%	8	0,4%	1.766

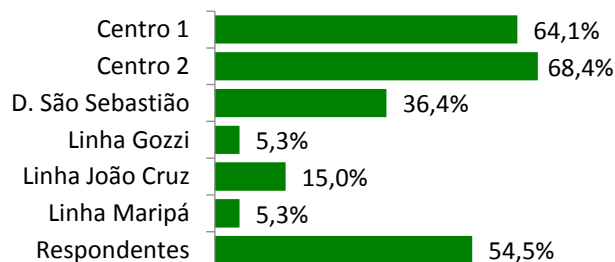
Fonte: IBGE 2010



% Domicílios Adequados	
Brasil:	52,5%
Paraná:	56,2%

Nos dados de 2014, referentes à pesquisa, e levando em consideração os mesmos indicadores para considerar um domicílio adequado, o município mostrou um avanço, saindo de 22,2% de domicílios adequados para 54,5%. Uma conquista do município, visto que os indicadores que compõem a classificação de domicílio adequado estão diretamente ligados a saúde, como esgoto e abastecimento de água.

Região Geográfica	Adequado	
	Quant.	(%)
Centro 1	132	64,1%
Centro 2	130	68,4%
D. São Sebastião	20	36,4%
Linha Gozzi	1	5,3%
Linha João Cruz	3	15,0%
Linha Maripá	2	5,3%
Respondentes	288	54,5%

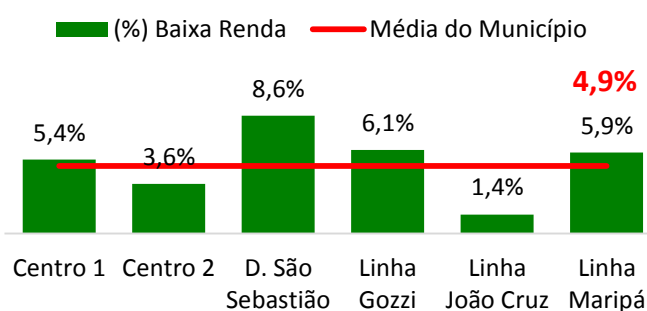


Indicador	Famílias com baixa renda
Definição	Família com renda familiar per capita inferior a ¼ SM

No Censo do IBGE 2010 o percentual de Baixa Renda no município era de 4,9%, tendo uma concentração maior no Distrito de São Sebastião (8,6%).

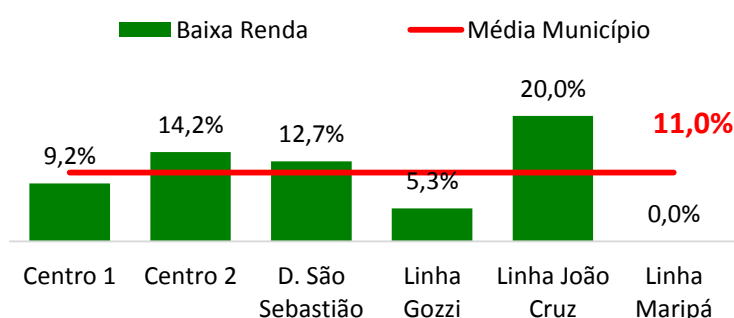
Região Geográfica	Baixa Renda	Domicílios	(%) Baixa Renda
Centro 1	32	596	5,4%
Centro 2	22	608	3,6%
D. São Sebastião	19	222	8,6%
Linha Gozzi	7	115	6,1%
Linha João Cruz	2	145	1,4%
Linha Maripá	5	85	5,9%
Município	87	1.771	4,9%

Fonte: IBGE 2010



Na pesquisa, os dados mostraram um aumento dessa população de baixa renda, num total de 11,0%, tendo a Linha João Cruz (20%) como destaque, acompanhado da Região Centro 2 (14,2%) e Distrito São Sebastião (12,7%).

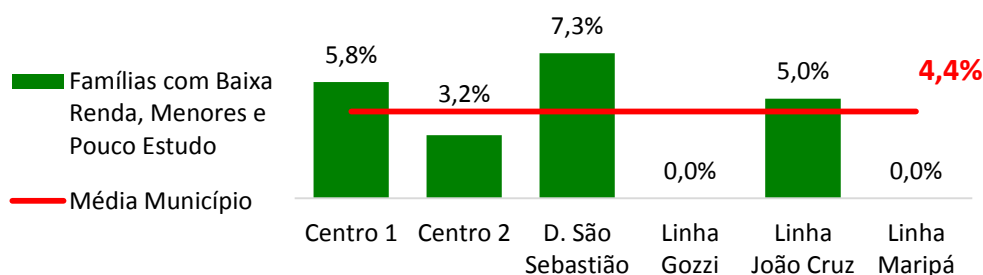
Região Geográfica	Adequado		Baixa Renda		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Centro 1	187	90,8%	19	9,2%	206	100,0%
Centro 2	163	85,8%	27	14,2%	190	100,0%
D. São Sebastião	48	87,3%	7	12,7%	55	100,0%
Linha Gozzi	18	94,7%	1	5,3%	19	100,0%
Linha João Cruz	16	80,0%	4	20,0%	20	100,0%
Linha Maripá	38	100,0%	0	0,0%	38	100,0%
Respondentes	470	89,0%	58	11,0%	528	100,0%



Indicador	Famílias com Baixa Renda, Menores e Pouco Estudo
Definição	Família com renda familiar per capita inferior a ½ SM, com pessoas de 0 a 14 anos e responsável com menos de 4 anos de estudo

Esse indicador mostra 4,4% das famílias do município com essa vulnerabilidade, sendo maior no Distrito de São Sebastião com 7,3% das famílias.

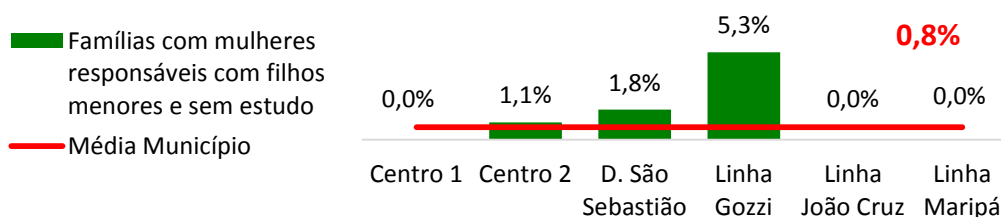
Região Geográfica	Adequado		Famílias com Baixa Renda, Menores e pouco estudo		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Centro 1	194	94,2%	12	5,8%	206	100,0%
Centro 2	184	96,8%	6	3,2%	190	100,0%
D. São Sebastião	51	92,7%	4	7,3%	55	100,0%
Linha Gozzi	19	100,0%	0	0,0%	19	100,0%
Linha João Cruz	19	95,0%	1	5,0%	20	100,0%
Linha Maripá	38	100,0%	0	0,0%	38	100,0%
Respondentes	505	95,6%	23	4,4%	528	100,0%



Indicador	Famílias com mulheres responsáveis com filhos menores e sem estudo
Definição	Família na qual há uma chefe mulher, sem cônjuge, com filhos menores de 15 anos, analfabeta

Poucas são as famílias em Ouro Verde do Oeste que tem responsáveis mulheres, sem conjuge, analfabetas e com filhos menores de 15 anos. Esse percentual é de 0,8% no município e de 5,3% na Linha Gozzi, que se destaca negativamente neste indicador.

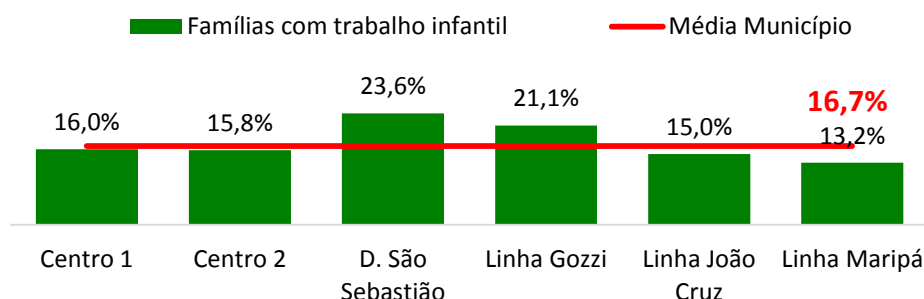
Região Geográfica	Adequado		Inadequado		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Centro 1	206	100,0%	0	0,0%	206	100,0%
Centro 2	188	98,9%	2	1,1%	190	100,0%
D. São Sebastião	54	98,2%	1	1,8%	55	100,0%
Linha Gozzi	18	94,7%	1	5,3%	19	100,0%
Linha João Cruz	20	100,0%	0	0,0%	20	100,0%
Linha Maripá	38	100,0%	0	0,0%	38	100,0%
Respondentes	524	99,2%	4	0,8%	528	100,0%



Indicador	<i>Famílias com trabalho infantil</i>
Definição	<i>Família na qual há uma pessoa de 10 a 15 anos que esteja trabalhando</i>

Um indicador alto foi o do trabalho infantil, no qual 16,7% das famílias afirmam que tem crianças em situação de trabalho. Cabe lembrar que é importante avaliar a pesquisa feita com os adolescentes onde se vê que o trabalho referenciado são as atividades domésticas.

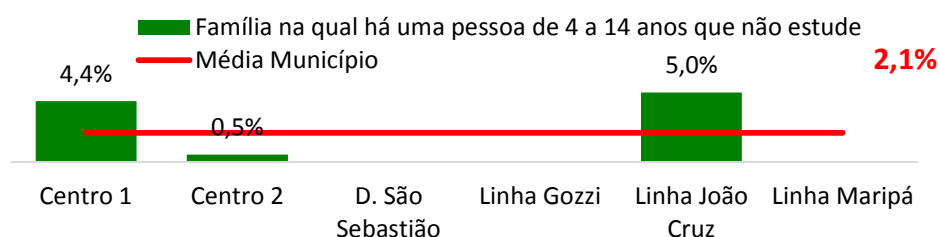
Região Geográfica	Inadequado		Adequado		Total Quant.	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Centro 1	33	16,0%	173	84,0%	206	100,0%
Centro 2	30	15,8%	160	84,2%	190	100,0%
D. São Sebastião	13	23,6%	42	76,4%	55	100,0%
Linha Gozzi	4	21,1%	15	78,9%	19	100,0%
Linha João Cruz	3	15,0%	17	85,0%	20	100,0%
Linha Maripá	5	13,2%	33	86,8%	38	100,0%
Respondentes	88	16,7%	440	83,3%	528	100,0%



Indicador	<i>Famílias com criança ou adolescente fora da escola</i>
Definição	<i>Família na qual há uma pessoa de 4 a 14 anos que não estude</i>

2,1% das famílias possuem crianças fora da escola, e isso se concentra mais no Centro, com 4,4% das famílias nessas condições. A Linha João Cruz tem um percentual maior, mas a amostra foi pequena.

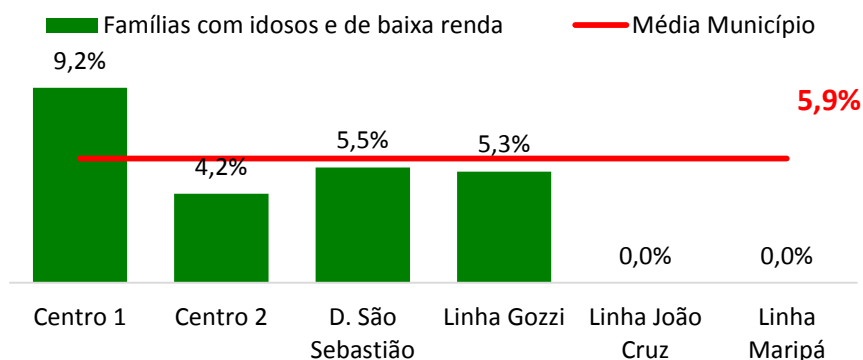
Região Geográfica	Adequado		Inadequado		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Centro 1	197	95,6%	9	4,4%	206	100,0%
Centro 2	189	99,5%	1	0,5%	190	100,0%
D. São Sebastião	55	100,0%		0,0%	55	100,0%
Linha Gozzi	19	100,0%		0,0%	19	100,0%
Linha João Cruz	19	95,0%	1	5,0%	20	100,0%
Linha Maripá	38	100,0%		0,0%	38	100,0%
Respondentes	517	97,9%	11	2,1%	528	100,0%



Indicador	Famílias com idosos e de baixa renda
Definição	Família com renda familiar per capita inferior a ½ SM, com pessoas de 60 anos ou mais

Das famílias que tem idosos, 5,9% vivem em situação de baixa renda.

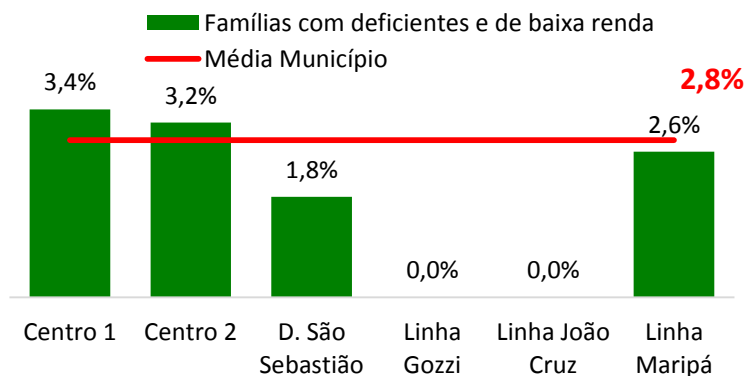
Região Geográfica	Adequado		Inadequado		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Centro 1	187	90,8%	19	9,2%	206	100,0%
Centro 2	182	95,8%	8	4,2%	190	100,0%
D. São Sebastião	52	94,5%	3	5,5%	55	100,0%
Linha Gozzi	18	94,7%	1	5,3%	19	100,0%
Linha João Cruz	20	100,0%		0,0%	20	100,0%
Linha Maripá	38	100,0%		0,0%	38	100,0%
Respondentes	497	94,1%	31	5,9%	528	100,0%



Indicador	Famílias com pessoas com deficiência e de baixa renda
Definição	Família com renda familiar per capita inferior a ½ SM, com uma pessoa com deficiência

Das famílias com pessoas com deficiência, 2,8% vivem em situação de baixa renda.

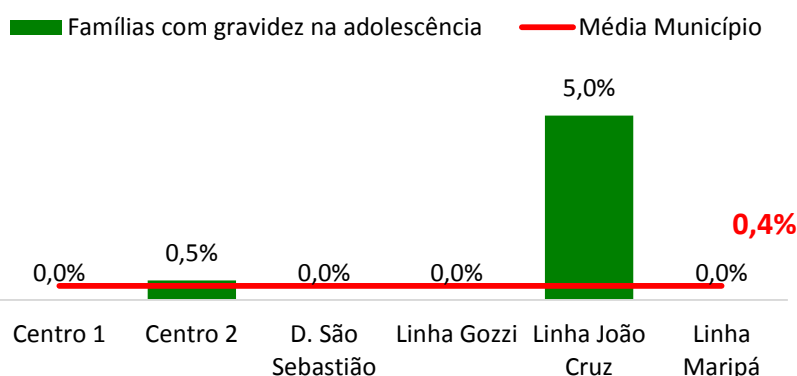
Região Geográfica	Adequado		Inadequado		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Centro 1	199	96,6%	7	3,4%	206	100,0%
Centro 2	184	96,8%	6	3,2%	190	100,0%
D. São Sebastião	54	98,2%	1	1,8%	55	100,0%
Linha Gozzi	19	100,0%		0,0%	19	0,0%
Linha João Cruz	20	100,0%		0,0%	20	100,0%
Linha Maripá	37	97,4%	1	2,6%	38	100,0%
Respondentes	513	97,2%	15	2,8%	528	100,0%



Indicador	Famílias com gravidez na adolescência
Definição	Ser mulher de 10 a 17 anos e com filho (s)

Apenas duas famílias em toda a pesquisa têm adolescentes com filhos, 0,4%.

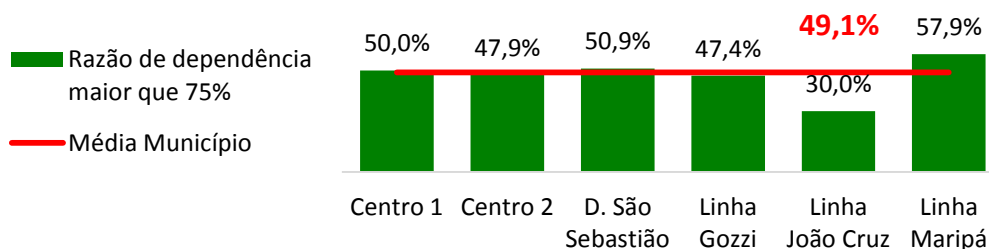
Região Geográfica	Adequado		Inadequado		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Centro 1	206	100,0%		0,0%	206	100,0%
Centro 2	189	99,5%	1	0,5%	190	100,0%
D. São Sebastião	55	100,0%		0,0%	55	100,0%
Linha Gozzi	19	100,0%		0,0%	19	100,0%
Linha João Cruz	19	95,0%	1	5,0%	20	100,0%
Linha Maripá	38	100,0%		0,0%	38	100,0%
Respondentes	526	99,6%	2	0,4%	528	100,0%



Indicador	Razão de dependência maior que 75%
Definição	Razão entre a população residente de 0 a 14 anos e 60 anos ou mais de idade considerada inativa, sobre a população residente de 15 a 59 anos de idade potencialmente ativa

49,1% das famílias apresentaram razão de dependência maior que 75%.

Região Geográfica	Razão de dependência maior que 75%		Adequado		Total
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.
Centro 1	103	50,0%	103	50,0%	206
Centro 2	91	47,9%	99	52,1%	190
D. São Sebastião	28	50,9%	27	49,1%	55
Linha Gozzi	9	47,4%	10	52,6%	19
Linha João Cruz	6	30,0%	14	70,0%	20
Linha Maripá	22	57,9%	16	42,1%	38
Respondentes	259	49,1%	269	50,9%	528



4.1 CRUZAMENTO DOS INDICADORES DA PNAS/2004

Utilizando o software Pradin, que possibilita a análise multicritério, os indicadores da PNAS/2004 foram analisados de forma conjunta gerando o seguinte ranking de vulnerabilidade no município:

Região Geográfica	Domicílio semi-adequado ou inadequado	Baixa Renda	Famílias com Baixa Renda, Menores e Pouco Estudo	Famílias com mulheres responsáveis com filhos menores e sem estudo	Famílias com trabalho infantil	Família na qual há uma pessoa de 4 a 14 anos que não estude	Famílias com idosos e de baixa renda	Famílias com pessoas com deficiência e de baixa renda	Famílias com gravidez na adolescência	Razão de dependência maior que 75%	Posição	Vulnerabilidade
D. São Sebastião	0,64	0,13	0,07	0,02	0,24	0,00	0,05	0,02	0,00	0,51	1	↑ Maior Menor
Centro 1	0,36	0,09	0,06	0,00	0,16	0,04	0,09	0,03	0,00	0,50	2	
Centro 2	0,32	0,14	0,03	0,01	0,16	0,01	0,04	0,03	0,01	0,48	3	
Linha João Cruz	0,95	0,05	0,00	0,05	0,21	0,00	0,05	0,00	0,00	0,47	4	
Linha Gozzi	0,85	0,20	0,05	0,00	0,15	0,05	0,00	0,00	0,05	0,30	5	
Linha Maripá	0,95	0,00	0,00	0,00	0,13	0,00	0,00	0,03	0,00	0,58	6	
Município	45,5%	11,0%	4,4%	0,8%	16,7%	2,1%	5,9%	2,8%	0,4%	49,1%	-	-

Os indicadores que mais influenciaram neste desenho da vulnerabilidade social de Ouro Verde do Oeste foram: Baixa Renda; Famílias com Baixa Renda, com menores e pouco estudo; Famílias com idosos e de baixa renda; Famílias com trabalho infantil.

A geração de renda está em 3 dos 4 indicadores que mais influenciaram no desenho da vulnerabilidade em Ouro Verde do Oeste, o que sugere políticas públicas que incrementem economicamente o município.

4.2 INSTITUIÇÕES

- **Associação de Proteção à Maternidade à Infância e Família – APMIF**

A associação atende gestantes, lactantes, crianças, adolescentes, idosos e famílias, sempre visando à valorização do ser humano e procurando integrá-los na sociedade.

Em 2014 foram realizadas:

- Atendimento a gestantes com acompanhamento e orientação nos cuidados básicos além de palestras educativas;
- Doação de roupas, calçados, cobertores, móveis, geladeiras e colchões, para famílias cadastradas na APMIF;
- Encontros, passeios e excursões com idosos – Os encontros são realizados todas as primeiras quintas-feiras de cada mês;
- Auxílio às famílias e pessoas necessitadas com passes, passagens, cestas básicas, água, luz, documentos, fotos para documentos e segunda via, medicamentos e consultas com especialistas;
- Orientam as famílias como economizar água, luz e gás, e recomendam cuidados com a casa e o quintal para evitar doenças como a dengue;
- Auxiliam as Entidades CEMAF e Lar das Meninas com materiais para artesanato como retalhos, feltro, espuma, dentre outros;

A arrecadação de fundos para a realização dos atendimentos a APMIF conta com doações, rifas, pedágio, e participação de festas no município.

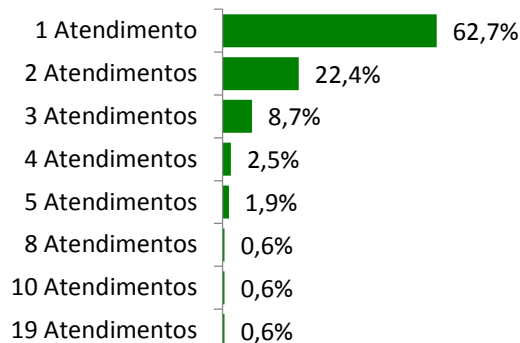
Abaixo alguns dados dos atendimentos de 2014:

A ação mais ocorrida é a doação de alimentos, 45,2% dos atendimentos.

Ações	Quant.	(%)
Doação de Alimentos / Cesta básica	128	45,2%
Passes e Passagens e Lanche para viagens longas	69	24,4%
Aviamento de receitas consulta exame.	58	20,5%
Doação para 2ª vias de documentos e auxílio às entidades e Andarilhos	19	6,7%
Pagamento de conta de água, Luz e gás	9	3,2%
Total	283	100,0%

62,7% das pessoas atendidas tiveram um benefício, e 3,7% tiveram mais de 5 atendimentos durante os anos.

Atendimentos	Famílias	(%)
1 Atendimento	101	62,7%
2 Atendimentos	36	22,4%
3 Atendimentos	14	8,7%
4 Atendimentos	4	2,5%
5 Atendimentos	3	1,9%
8 Atendimentos	1	0,6%
10 Atendimentos	1	0,6%
19 Atendimentos	1	0,6%
Total	161	100,0%



4.3 CRAS

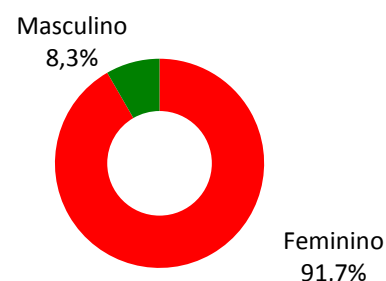
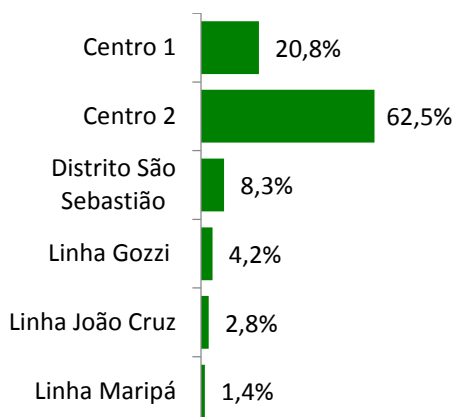
O CRAS é uma unidade pública estatal descentralizada da Política de Assistência Social sendo responsável pela organização e oferta dos serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Ele representa a principal estrutura física local para a proteção social básica, desempenha papel central no território onde se localiza, possuindo a função exclusiva da oferta pública do trabalho social com famílias por meio do serviço de Proteção e Atendimento Integral a Famílias e gestão territorial da rede socioassistencial de proteção social básica.

- **Serviço de Fortalecimento de Vínculos - SCFV**

O CRAS desenvolve o serviço de fortalecimento de vínculo nas famílias, o SCFV, em 72 famílias, que na sua maioria estão na região do Centro 2, 62,5%.

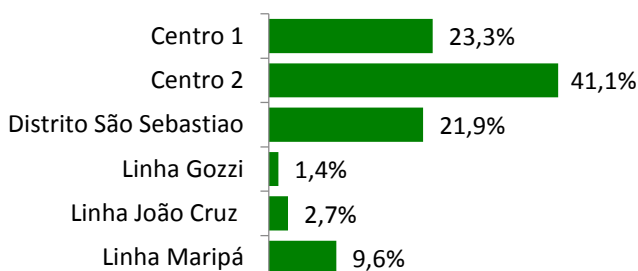
Região Geográfica	Total	(%)
Centro 1	15	20,8%
Centro 2	45	62,5%
Distrito São Sebastião	6	8,3%
Linha Gozzi	3	4,2%
Linha João Cruz	2	2,8%
Linha Maripá	1	1,4%
Total	72	100,0%



- **Benefício de Proteção Continuada (BPC)**

O BPC é recebido por 73 pessoas em Ouro Verde do Oeste, distribuídas geograficamente com uma concentração de 41,15 dos benefícios na Região Centro 2.

Região Geográfica	Total	(%)
Centro 1	17	23,3%
Centro 2	30	41,1%
Distrito São Sebastiao	16	21,9%
Linha Gozzi	1	1,4%
Linha João Cruz	2	2,7%
Linha Maripá	7	9,6%
Total	73	100,0%

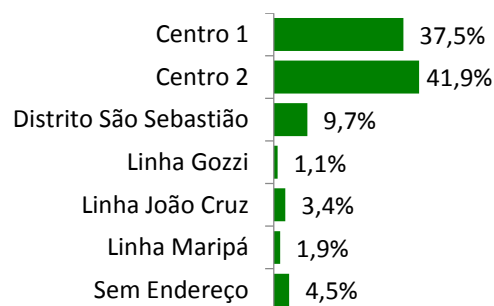


- **Programa de Transferência de Renda**

Bolsa Família

Analisando os dados do bolsa família, e comparando-os com o número de domicílios de Ouro Verde do Oeste, tem-se que 15,1% dos domicílios recebem o auxílio do programa de transferência de renda, e a concentração está no Centro 2.

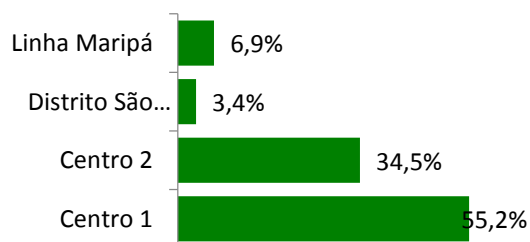
Região Geográfica	Total	(%) Total	Domicílio	(%) Domicílios
Centro 1	100	37,5%	596	16,8%
Centro 2	112	41,9%	608	18,4%
Distrito São Sebastião	26	9,7%	222	11,7%
Linha Gozzi	3	1,1%	115	2,6%
Linha João Cruz	9	3,4%	145	6,2%
Linha Maripá	5	1,9%	85	5,9%
Sem Endereço	12	4,5%	-	-
Total	267	100,0%	1.771	15,1%



- **Atendimentos**

O CRAS tem em aberto em 2014 um número de 29 atendimento no qual está sendo feito o encaminhamento, sendo na maioria, 44,8%, referentes a passe livre intermunicipal ou estadual para pessoas com deficiência física, auditiva, visual, mental ou Deficiência múltipla, vindo principalmente da região do Centro 1.

Encaminhamentos	Total	(%)
BPC - Pessoa com deficiência	10	34,5%
BPC - Pessoa Idosa	2	6,9%
Encaminhamentos de Órtese e Próteses	4	13,8%
Passe livre	13	44,8%
Total	29	100,0%



4.4 CONSELHOS DAS COMUNIDADES

Ouro Verde do Oeste conta com 11 igrejas na sede do município, sendo uma católica e 10 evangélicas e 10 associações de comunidades, localizadas no distrito de São Sebastião e área rural:

Nome	Bairro	Nome	Bairro
Paróquia Nossa Senhora Aparecida	Centro	Capela Bom Jesus	Linha Maripá
Igreja Congregação Cristã no Brasil		Capela São Sebastião	Distrito São Sebastião
Igreja Deus é Amor		Capela Nossa Senhora do Perpetuo Socorro	Linha Maripá
Igreja Universal do reino de Deus		Capela Nossa Senhora de Fátima	Distrito São Sebastião
Igreja Batista		Capela Sagrado Coração de Jesus	Distrito São Sebastião
Igreja Assembleia de Deus		Capela Santa Inês	Linha João Cruz
Igreja Pentecostal do Refúgio Eterno		Capela Santa Helena da Cruz	Linha Gozzi
Igreja Presbiteriana Renovada		Capela Santa Rita	Linha João Cruz
Igreja Evangélica Quadrangular		Capela Cristo Redentor	Linha João Cruz
Igreja Adonai		Comunidade Santa Mônica	
Igreja Missionária			

4.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS – VULNERABILIDADE

Apesar de ser um município com a economia totalmente voltada para a agricultura, Ouro Verde do Oeste concentra apenas 29,0% da população na zona rural, maior que no Brasil, mas pelas características do município é um percentual pequeno.

O Distrito de São Sebastião é a única região onde existem mais famílias dependendo financeiramente de apenas um morador, e isso é mais típico quando a mulher é responsável pelo domicílio (46,8% dos casos).

A pesquisa apontou uma falha do recebimento do programa Bolsa Família, do qual apenas 22% das famílias que recebem estão aptas, o restante, 78% não estão. E ainda tem mais 34 famílias que poderiam estar recebendo e não recebem. Mostrando que se deve avaliar o cadastro único no município.

A questão de habitação deve ser avaliada, pois algumas regiões apresentam alto índice de moradores por dormitório e baixo percentual de domicílio próprio, são elas, Linhas Gozzi e Distrito de São Sebastião. E ainda se sobressaem negativamente quando se avalia se o domicílio é inadequado ou não, onde toda a área rural de Ouro Verde do Oeste se mostra comprometida, pois são avaliados indicadores como: abastecimento de água, rede de esgoto, presença de banheiro, mais de dois moradores por dormitório e coleta de lixo, itens estes de difícil acesso a Zonas Rurais.

Sobre a saúde, a taxa de mortalidade geral é menor do que a do Brasil, porém é preocupante na faixa etária de 50 a 59 anos, no sexo masculino.

As principais causas de morte são os problemas do coração o qual a prefeitura já atua com o programa para diabéticos e hipertensos, o que se necessita é conscientizar os homens da importância de check-ups e ações preventivas. Uma pesquisa feita no Centro de Referência da Saúde do Homem de São Paulo mostra que 60% dos pacientes homens chegam ao serviço com doença avançada, é quase sempre porque não fizeram prevenção alguma.

O próprio perfil do programa de prevenção da Saúde realizado por Ouro Verde do Oeste mostra que as mulheres são a maioria no programa.

Outro caso de saúde pública é a questão de atendimento antirrábica, que representa mais de 50% dos atendimentos do SINAM. A prefeitura deve urgente pensar em como reduzir este indicador, o qual teve comentários na pesquisa dos adolescentes, onde solicitação canis e controle na população de cães.

A pesquisa baseada nos indicadores do PNAS mostrou 11,0% de famílias com baixa renda, e 4,4% além de baixa renda têm menor de idade e pouco grau de instrução, o que é outro indicador de vulnerabilidade, não só das famílias, mas que afeta o futuro das crianças inseridas nesta realidade.

Sobre a questão do trabalho infantil, 16,7% dos domicílios afirmaram que tem crianças de 10 a 15 anos trabalhando. Porém o que minimiza esse indicador é a questão que apenas 2,1% das famílias possuem crianças de 04 a 14 anos fora da escola, o que mostra que apesar deles ajudarem as famílias isso não atrapalha o direito da criança em estudar. Cruzando as informações na faixa etária de 10 a 15 anos, que indica o trabalho infantil, são 7 casos de crianças que trabalham, mas não estudam e todas da Região Centro 1. Cabe ressaltar que esse assunto será aprofundado na pesquisa com os adolescentes, onde será mostrado que a principal atividade dessas crianças está ligada ao trabalho doméstico.

Já a questão de idoso e baixa renda, o indicador é de 5,9% das famílias de Ouro Verde do Oeste e quando se olha famílias com pessoas com deficiência, 2,8% tem baixa renda. O que requer uma ação focada na abrangência do BPC.

A razão de dependência mostra que a população considerada ativa dentro das famílias de Ouro Verde do Oeste é pequena, pode existir aí um fenômeno de saída da cidade, na busca de oportunidades.

Cruzando os indicadores o Distrito São Sebastião é o que apresenta a maior vulnerabilidade, seguido da área urbana. Essas são as regiões que devem ter foco nas ações da prefeitura para reduzir os impactos da vulnerabilidade nas famílias, e que as ações devem ser voltadas ao desenvolvimento econômico, pois a baixa renda é o indicador que mais interfere no contexto de Ouro Verde do Oeste.

Cabe ressaltar que projetos em comunidades mais carentes devem ser estruturados de forma a completar o ciclo de desenvolvimento da atividade, distribuição do produto e comercialização, pois se entende que as pessoas têm habilidades em partes distintas de uma cadeia produtiva, e caso toda a cadeia não esteja amparada a intenção de geração de renda acaba pela falta de apoio adequado.

Sobre a rede de atendimento a APMIF trabalha de forma educativa, sendo uma organização não governamental que auxilia as famílias, adolescentes e idosos, de acordo com suas necessidades.

Já em relação ao CRAS, o mesmo desenvolve programa de fortalecimento de vínculos, além de acompanhar os benefícios como o Bolsa Família que atende 15,1% das famílias e o BPC.

Ressaltando que o fato de atender 15,1% das famílias não implica em dizer que realmente atenda aquelas que realmente necessitam, como mostrou a pesquisa e já foi comentado.

Ações imediatas que ressaltam nos dados são a atualização do cadastro do bolsa família, para atender as famílias que realmente se enquadram e a necessidade de se investir em projeto de desenvolvimento econômico que contemple toda a cadeia produtiva para melhorar a renda dos municípios.

5. LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES SOBRE IDOSOS

Na Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, sancionou-se o estatuto do idoso, destinado a regularizar os direitos assegurados as pessoas com idade igual ou superior a 60 anos. Abaixo o resumo dos direitos estabelecidos por esta lei.

- **Direito a Vida**

É obrigação do Estado, garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade.

- **Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade**

É obrigação do Estado e da sociedade, assegurar à pessoa idosa a liberdade, o respeito e a dignidade, que inclui integridade física, psíquica e moral.

- **Alimentos**

Se o idoso ou seus familiares não possuírem condições econômicas de prover o seu sustento, impõe-se ao Poder Público esse provimento, no âmbito da assistência social.

- **Saúde**

É assegurada a atenção integral à saúde do idoso, por intermédio do Sistema Único de Saúde – SUS. Em caso de internação, o idoso tem direito a um acompanhante. Nos casos de suspeita ou confirmação de violência praticada contra idosos serão objeto de notificação compulsória pelos serviços de saúde públicos e privados à autoridade sanitária, bem como serão obrigatoriamente comunicados.

- **Educação, Cultura, Esporte e Lazer**

O Poder Público criará oportunidades de acesso do idoso à educação e em atividades culturais e de lazer será proporcionada mediante descontos de pelo menos 50% nos ingressos.

- **Profissionalização e Trabalho**

O idoso tem direito ao exercício de atividade profissional, respeitadas suas condições físicas, intelectuais e psíquicas.

- **Previdência social**

Aos que contribuíram, existe o direito a benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral da Previdência Social observarão, na sua concessão, critérios de

cálculo que preservem o valor real dos salários sobre os quais incidiram contribuição, nos termos da legislação vigente.

Assistência Social

A assistência social aos idosos será prestada conforme os princípios e diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, na Política Nacional do Idoso, no Sistema Único de Saúde e demais normas pertinentes. Assegura-se também o direito de um salário mínimo mensal aos idosos sem condição, prestação de serviço em entidades de permanência em longo prazo ou casa lar, e ainda, o idoso é tido como dependente econômico, para efeitos legais, quando acolhido pela família.

- **Habitação**

Os idosos têm direito à moradia digna, tendo assistência na inexistência de grupo familiar, e ainda gozam de prioridade na aquisição de imóvel nos programas habitacionais, em um percentual de 3% das unidades oferecidas.

- **Transporte**

Assegura gratuidade no transporte coletivo público e urbano, gratuidade aos idosos com 65 anos ou mais. E conforme legislação local aos idosos com 60 anos até 64. Além de outros transportes, podendo haver conforme legislação específica 2 vagas gratuitas ou ainda desconto de 50% no valor das passagens. Também se assegura 5% das vagas de estacionamento público e privados.

O objetivo deste levantamento de dados é trazer ao poder público uma leitura dos principais indicadores de Ouro Verde do Oeste, ligados ao idoso, para que, como fala o estatuto, este possa criar políticas públicas direcionadas a este grupo e eficientes, para garantir todos os seus direitos.

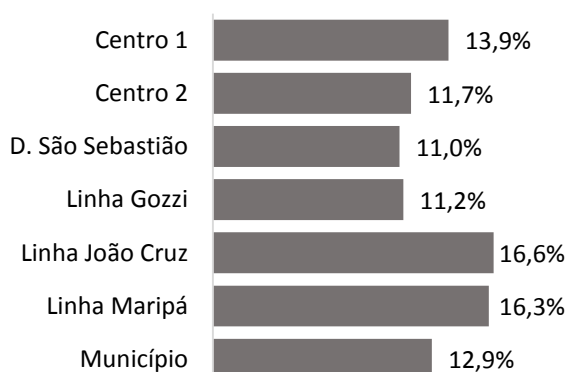
5.1 INDICADORES GERAIS

Indicador	<i>Índice de Idosos</i>
Definição	<i>Percentual de idosos (60 anos ou mais) em relação a população residente total</i>

Ouro Verde do Oeste tem 12,9% da população com 60 anos ou mais, sendo que duas regiões concentram mais essa população, Linha João Cruz e Maripá, com aproximadamente 16% da sua população local sendo idosa.

Região Geográfica	60 anos ou mais	(%) 60 anos ou mais
Centro 1	273	13,9%
Centro 2	228	11,7%
D. São Sebastião	81	11,0%
Linha Gozzi	39	11,2%
Linha João Cruz	72	16,6%
Linha Maripá	41	16,3%
Município	734	12,9%

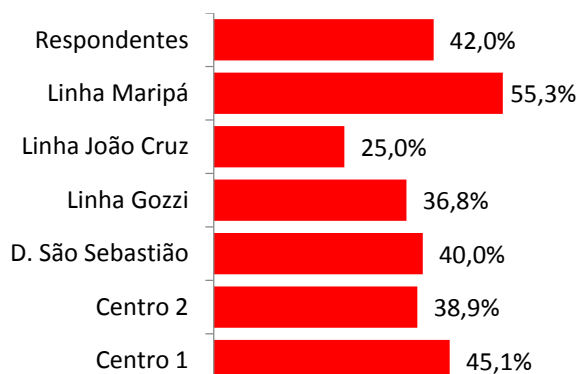
Fonte: IBGE 2010



% de Idoso	
Brasil:	12,1%
Paraná:	12,6%

Na pesquisa, foram ouvidas das 528 famílias, 222 com idosos, um percentual de 42,0%. Essas famílias contribuíram com informações importantes da percepção dos idosos em relação a questões como acesso a saúde, programas e situação em relação a previdência social, que serão apresentadas a seguir.

Região Geográfica	Famílias com idosos	Total de famílias entrevistadas	(%) de famílias
Centro 1	93	206	45,1%
Centro 2	74	190	38,9%
D. São Sebastião	22	55	40,0%
Linha Gozzi	7	19	36,8%
Linha João Cruz	5	20	25,0%
Linha Maripá	21	38	55,3%
Respondentes	222	528	42,0%

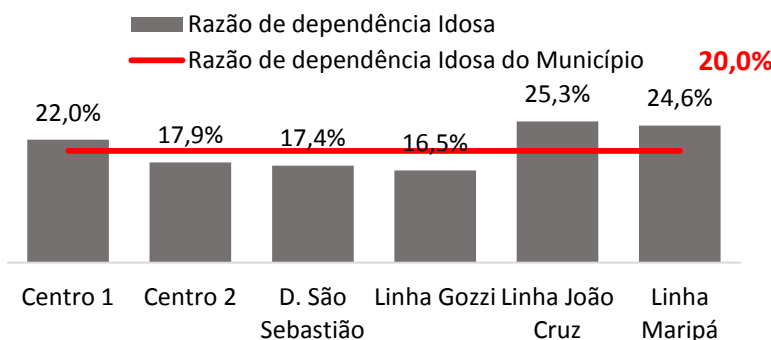


Indicador	<i>Razão de dependência idosa</i>
Definição	<i>Razão entre a população de 60 anos ou mais de idade considerada inativa, sobre a população residente de 15 a 59 anos de idade potencialmente ativa</i>

A Razão de Dependência Idosa em Ouro Verde do Oeste é maior que a do Brasil e a do Paraná (20,0%). Mostrando um envelhecimento da população, principalmente nas regiões da Linha João Cruz e Maripá, onde se tem a maior concentração e idosos.

Região Geográfica	População com 60 anos ou mais	População de 15 a 59 anos	Razão de dependência Idosa
Centro 1	273	1.241	22,0%
Centro 2	228	1.272	17,9%
D. São Sebastião	81	466	17,4%
Linha Gozzi	39	236	16,5%
Linha João Cruz	72	285	25,3%
Linha Maripá	41	167	24,6%
Município	734	3.667	20,0%

Fonte: IBGE 2010



Razão de Dependência Idoso	
Brasil:	18,1%
Paraná:	18,5%

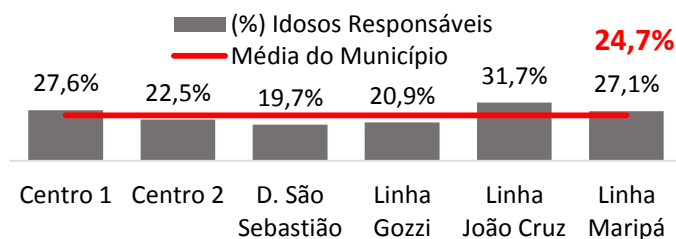
5.2 RESULTADOS DA PESQUISA

- Idosos responsáveis pela família** – *Questão: Essa pessoa com 60 anos ou mais é responsável pelo sustento da família?*

A responsabilidade como chefia na família é mostrada no IBGE com um índice de 24,7% em Ouro Verde do Oeste, superior aos índices do Paraná e do Brasil que giram em torno de 21%.

Região Geográfica	Responsáveis 60 anos ou mais	Total de Responsáveis	(%) Baixa Renda
Centro 1	165	598	27,6%
Centro 2	137	608	22,5%
D. São Sebastião	44	223	19,7%
Linha Gozzi	24	115	20,9%
Linha João Cruz	46	145	31,7%
Linha Maripá	23	85	27,1%
Município	439	1.774	24,7%

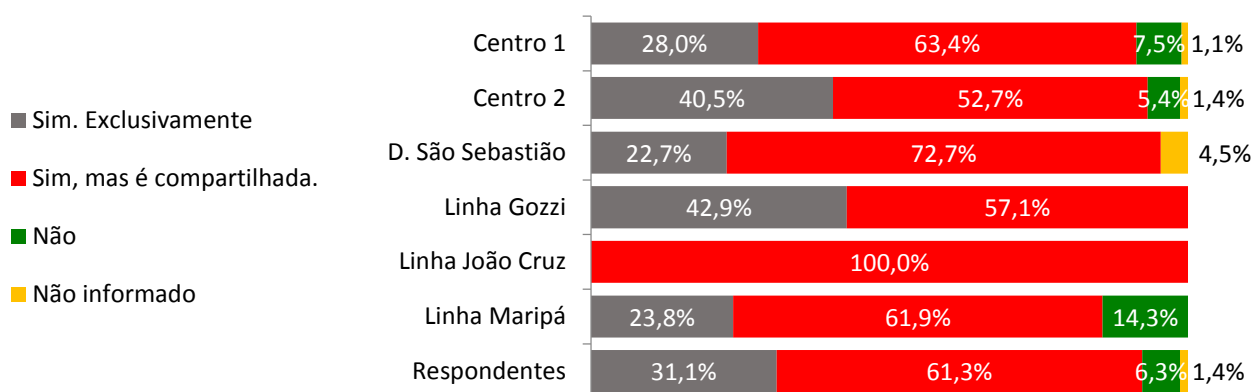
Fonte: IBGE 2010



% Responsável idoso	
Brasil:	21,9%
Paraná:	21,4%

A pesquisa buscou a informação da responsabilidade financeira do idoso, e os números mostram que 31,1% dos domicílios em Ouro Verde do Oeste tem o idoso como responsável econômico exclusivo para o sustento da família. O que mostra uma fragilidade social, devido ao fato que o idoso já é considerado parte da população economicamente inativa.

Região Geográfica	Sim. Exclusivamente		Sim, mas é compartilhada		Não		Não informado		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Centro 1	26	28,0%	59	63,4%	7	7,5%	1	1,1%	93	100,0%
Centro 2	30	40,5%	39	52,7%	4	5,4%	1	1,4%	74	100,0%
D. São Sebastião	5	22,7%	16	72,7%		0,0%	1	4,5%	22	100,0%
Linha Gozzi	3	42,9%	4	57,1%		0,0%		0,0%	7	100,0%
Linha João Cruz		0,0%	5	100,0%		0,0%		0,0%	5	100,0%
Linha Maripá	5	23,8%	13	61,9%	3	14,3%		0,0%	21	100,0%
Respondentes	69	31,1%	136	61,3%	14	6,3%	3	1,4%	222	100,0%



49,3% dos idosos que são responsáveis financeiramente pelo domicílio, moram sozinhos.

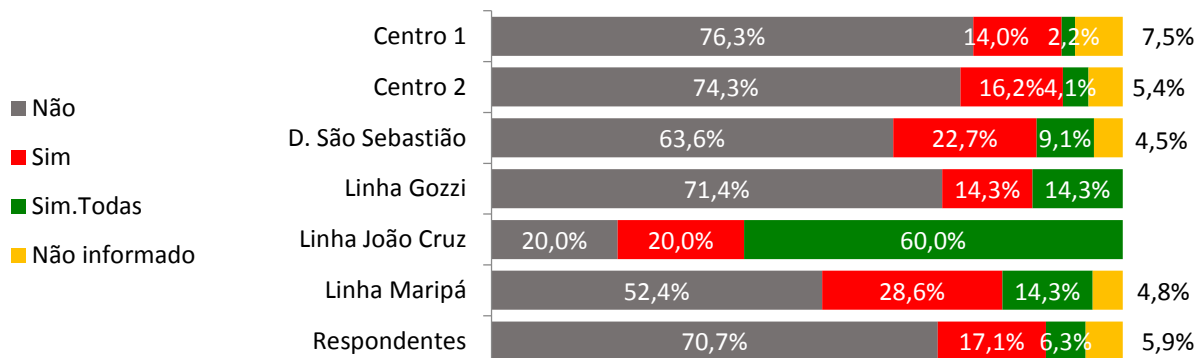
O restante sustenta, ele e mais uma pessoa.

Pessoas na família	Famílias	(%)
1 pessoa	34	49,3%
2 pessoas	25	36,2%
3 pessoas	6	8,7%
4 pessoas	2	2,9%
5 pessoas	2	2,9%
Respondentes	69	100,0%

• **Idosos e o mercado de trabalho** - *Questão: A(s) pessoa(s) com 60 anos ou mais trabalha(m)?*

23,4% dos idosos trabalham.

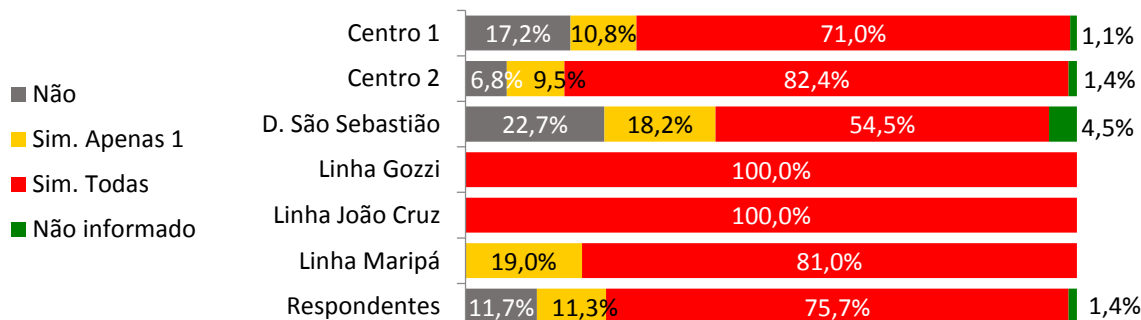
Região Geográfica	Não		Sim		Sim. Todas		Não informado		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Centro 1	71	76,3%	13	14,0%	2	2,2%	7	7,5%	93	100,0%
Centro 2	55	74,3%	12	16,2%	3	4,1%	4	5,4%	74	100,0%
D. São Sebastião	14	63,6%	5	22,7%	2	9,1%	1	4,5%	22	100,0%
Linha Gozzi	5	71,4%	1	14,3%	1	14,3%		0,0%	7	100,0%
Linha João Cruz	1	20,0%	1	20,0%	3	60,0%		0,0%	5	100,0%
Linha Maripá	11	52,4%	6	28,6%	3	14,3%	1	4,8%	21	100,0%
Respondentes	157	70,7%	38	17,1%	14	6,3%	13	5,9%	222	100,0%



• **Idosos e os auxílios do governo** – *A pessoa com 60 anos ou mais, recebe auxílio do governo (aposentadoria, pensão ou auxílio doença)?*

Das 222 famílias com idosos, 11,7% delas não recebem nenhum auxílio e outras 11,3% tem apenas um idoso que recebe. Esses idosos sem benefícios sociais somam 81, no total de idosos residentes nas famílias entrevistadas eles representam 26,5% sem algum benefício social.

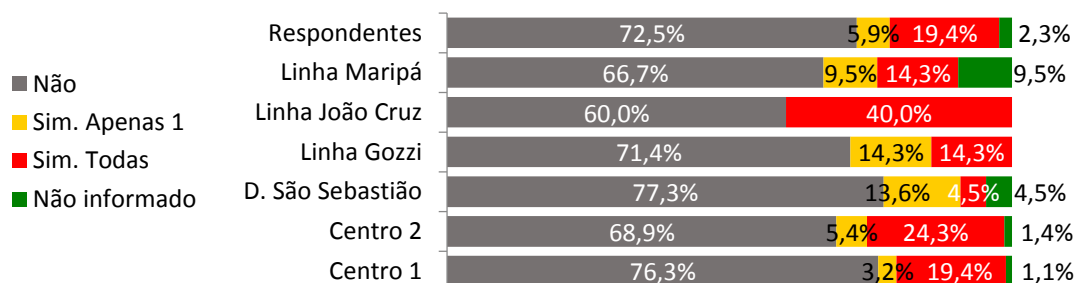
Região Geográfica	Não		Sim. Apenas 1		Sim. Todas		Não informado		Total Soma de 60 anos ou mais	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Centro 1	16	17,2%	10	10,8%	66	71,0%	1	1,1%	93	100,0%
Centro 2	5	6,8%	7	9,5%	61	82,4%	1	1,4%	74	100,0%
D. São Sebastião	5	22,7%	4	18,2%	12	54,5%	1	4,5%	22	100,0%
Linha Gozzi		0,0%		0,0%	7	100,0%		0,0%	7	100,0%
Linha João Cruz		0,0%		0,0%	5	100,0%		0,0%	5	100,0%
Linha Maripá		0,0%	4	19,0%	17	81,0%		0,0%	21	100,0%
Respondentes	26	11,7%	25	11,3%	168	75,7%	3	1,4%	222	100,0%



- **Idosos e as políticas públicas** – *A pessoa com 60 anos ou mais, participa de algum programa voltado ao idoso?*

Observando a participação dos idosos em programas voltados a eles, tem-se que 72,5% das famílias não tem nenhum idoso participando de qualquer programa que o município ofereça. Apenas 25,2% das famílias com idosos são atendidas com algum programa. Observando numericamente, dos 306 idosos, 85,6% não participam de nenhum programa.

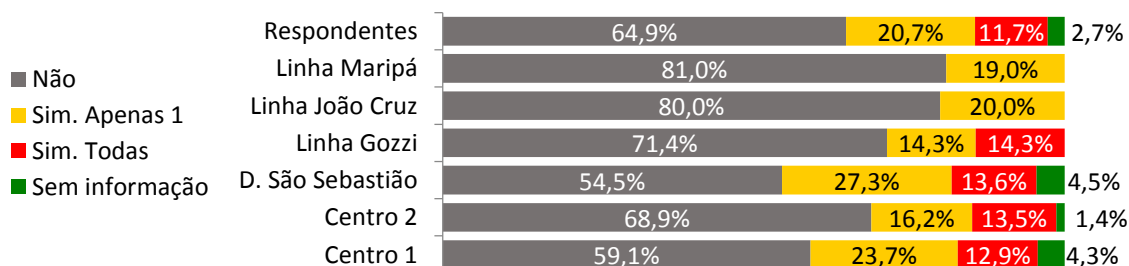
Região Geográfica	Não		Sim. Apenas 1		Sim. Todas		Não informado		Famílias com idosos	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Centro 1	71	76,3%	3	3,2%	18	19,4%	1	1,1%	93	100,0%
Centro 2	51	68,9%	4	5,4%	18	24,3%	1	1,4%	74	100,0%
D. São Sebastião	17	77,3%	3	13,6%	1	4,5%	1	4,5%	22	100,0%
Linha Gozzi	5	71,4%	1	14,3%	1	14,3%		0,0%	7	100,0%
Linha João Cruz	3	60,0%		0,0%	2	40,0%		0,0%	5	100,0%
Linha Maripá	14	66,7%	2	9,5%	3	14,3%	2	9,5%	21	100,0%
Respondentes	161	72,5%	13	5,9%	43	19,4%	5	2,3%	222	100,0%



- **Idosos e o direito a saúde** – *A pessoa com 60 anos ou mais tem alguma dificuldade em atendimento médico especializado para seus problemas?*

A questão do atendimento a saúde, as famílias com idosos consideram que na maioria, 64,9% que não são atendidos adequadamente. Sentem dificuldade nessa área.

Região Geográfica	Não		Sim. Apenas 1		Sim. Todas		Sem informação		Famílias com idosos	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Centro 1	55	59,1%	22	23,7%	12	12,9%	4	4,3%	93	100,0%
Centro 2	51	68,9%	12	16,2%	10	13,5%	1	1,4%	74	100,0%
D. São Sebastião	12	54,5%	6	27,3%	3	13,6%	1	4,5%	22	100,0%
Linha Gozzi	5	71,4%	1	14,3%	1	14,3%		0,0%	7	100,0%
Linha João Cruz	4	80,0%	1	20,0%		0,0%		0,0%	5	100,0%
Linha Maripá	17	81,0%	4	19,0%		0,0%		0,0%	21	100,0%
Respondentes	144	64,9%	46	20,7%	26	11,7%	6	2,7%	222	100,0%



- **Sugestões** – *O que o município poderia fazer para melhorar a qualidade de vida do idoso em Ouro Verde do Oeste?*

O descontentamento com o atendimento na saúde se confirma quando se pede alguma sugestão ou crítica, e 17,6% citam que se devem disponibilizar mais médicos, e em segundo deve-se melhorar as questões referentes à saúde, 13,5%.

Outros pontos sobre a saúde foram mencionados: atendimento de médicos especialistas (4,1%); disponibilização de remédios (4,1%); e melhor atendimento nos postos de saúde (1,8%).

Sugestão	Quant.	%
Disponibilizar mais médicos	39	17,6%
Melhorar a questão de saúde	30	13,5%
Melhorar estradas / Colocar asfalto / Melhorar as ruas	12	5,4%
Atendimento médico especialista	9	4,1%
Disponibilizar remédios	9	4,1%
Ter um local para encontros / Construir um clube para idosos	9	4,1%
Melhorar transporte	6	2,7%
Academia ao ar livre / Atividades físicas	4	1,8%
Lazer para idosos / Recreação	4	1,8%
Melhorar atendimento no posto de saúde	4	1,8%
Ajudar a ter uma casa / Ajuda para cobrir a casa que chove dentro	4	1,8%
Disponibilizar ônibus aos domingos	2	0,9%
Tenho convênio médico por que o atendimento da saúde não é bom	2	0,9%
Ter abrigo para idosos	3	1,4%
Melhorar atendimento no geral	2	0,9%
Atenção na locomoção dos cadeirantes	1	0,5%
Auxílio para conseguir a aposentadoria	1	0,5%
Clínica de hidroterapia	1	0,5%
Curso para idosos	1	0,5%
Falta atendimento em Toledo	1	0,5%
Faltam fichas no posto de saúde	1	0,5%
Falta internamento na cidade	1	0,5%
Gerar empregos	1	0,5%
Incentivar os idosos a participar dos grupos	1	0,5%
Melhorar a segurança	1	0,5%
Melhorar o acesso a cidade	1	0,5%
Melhorar o salário	1	0,5%
Prefeitura sem interesse	1	0,5%
Ter ambulância na cidade	1	0,5%
Ter atendimento quando necessita	1	0,5%
Ter um hospital	1	0,5%
Está tudo bom	38	17,1%
Não souberam responder	47	18,9%
Total Geral	222	-

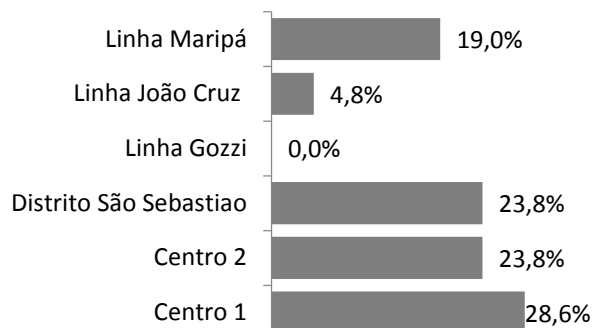
Cabe ressaltar que 17,1% das famílias com idosos afirmaram que o município já dá um bom atendimento ao idoso.

5.3 REDE DE ATENDIMENTO

- **Benefício de Proteção Continuada (BPC)**

Dos 73 beneficiados pelo BPC 28,8% são idosos, concentrados na Região do Centro 1.

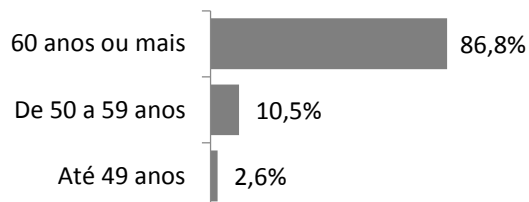
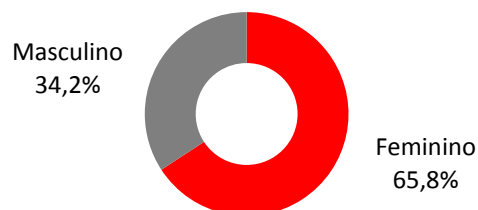
Região Geográfica	BPC Idoso	(%)
Centro 1	6	28,6%
Centro 2	5	23,8%
Distrito São Sebastião	5	23,8%
Linha Gozzi		0,0%
Linha João Cruz	1	4,8%
Linha Maripá	4	19,0%
Total	21	100,0%



- **Secretaria de Saúde – “Projeto Saúde - Hipertensão e Diabetes”**

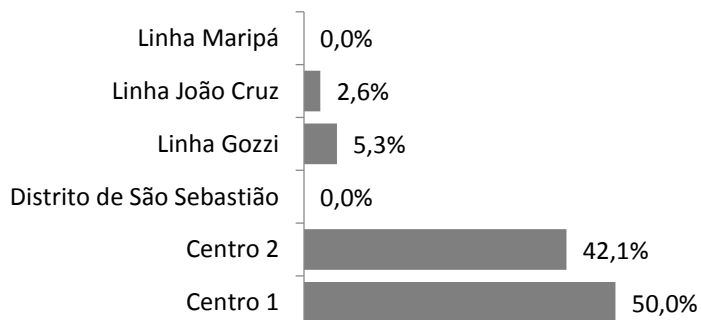
Esse projeto é voltado à prevenção e promoção a saúde com orientações sobre Hipertensão Arterial e a Diabetes, que são doenças mais frequentes na população idosa. Atendem mais mulheres (65,8%) e entre outras faixas etárias, com foco em idosos (86,8%).

Faixa etária	Quant.	%
Até 49 anos	1	2,6%
De 50 a 59 anos	4	10,5%
60 anos ou mais	33	86,8%
Total de atendimentos	38	100,0%



Os munícipes que mais participam são das regiões centrais.

Região Geográfica	Quant.	%
Centro 1	19	50,0%
Centro 2	16	42,1%
Distrito de São Sebastião	0	0,0%
Linha Gozzi	2	5,3%
Linha João Cruz	1	2,6%
Linha Maripá	0	0,0%
Total de atendimentos	38	100,0%



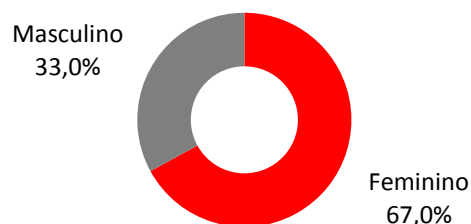
- **Pastoral da Pessoa Idosa**

A Pastoral da Pessoa Idosa atendeu em 2013 uma média de 144 famílias com um número médio de idosos atendidos de 177 durante o ano. Ouro Verde do Oeste, segundo o IBGE 2010, tinha uma população de idosos de 734, o que sugere que em média a pastoral atende 24,2% da população. A pastoral acompanha os idosos e avalia algumas questões como: atividade física, ingestão de líquidos, vacinas, quedas, e outros inerentes a idade.

- **Associação de Amigos e Amparo aos Idosos - AMAIS**

A associação visa a valorização e melhor integração da terceira idade com realização de encontros mensais, proporcionando ao Idoso uma maior convivência e participação na sociedade, onde ele passa as suas experiências, bem como, recebe informações e incentivo para uma vida ativa e saudável, promovendo assim sua autoestima. São atendidos 264 Idosos, que participam de diversas atividades, tais como: palestras educativas e preventivas, brincadeiras, dinâmicas, comemoração de aniversariantes, passeios, caminhadas, excursões, piqueniques, mate-baile e também atividades físicas específicas para a 3ª Idade, com profissionais de Educação Física.

Sexo	Quant.	(%)
Feminino	177	67,0%
Masculino	87	33,0%
Total	264	100,0%



5.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS – IDOSOS

O envelhecimento populacional é hoje um fenômeno mundial, característico tanto dos países desenvolvidos, como mostram os estudos, como em países em desenvolvimento. Segundo dados de pesquisas, até 2050, a população idosa deverá representar 22% da população mundial. Deste número, mais de 80% viverá em países em desenvolvimento. E pela primeira vez na história da humanidade, teremos no mundo mais idosos do que crianças. Os fatores responsáveis pelo envelhecimento são discutidos, com especial referência, ao declínio tanto das taxas de fecundidade como das de mortalidade.

As Nações Unidas e a Organização Mundial de Saúde têm chamado a atenção para o crescimento acelerado do grupo dos idosos mais velhos.

Projeções realizadas em 2004 pela Comissão Econômica para América Latina – Cepal mostram que a taxa de crescimento da população da América Latina maior de 60 anos se acelerará nas próximas décadas. Em termos absolutos, o número de pessoas maiores de 60 anos passará, entre os anos de 2000 e 2025, de 40 para 96 milhões. Esse incremento será acelerado entre 2025 e 2050 quando se espera o ingresso de mais 85 milhões de pessoas nessa faixa etária. (IBGE 2010).

Os dados demográficos têm demonstrado que o Brasil não é mais um país jovem. De acordo com o censo 2010, as pessoas com 60 anos ou mais, representam 10,8% da população. A população brasileira crescerá cinco vezes entre 1950 e 2025, sendo que a população idosa nesse mesmo período aumentará quinze vezes. Para Goldstein (1999) esse crescimento se acentuou nos anos de 1960 saindo de 3% para 8% na década de 1990 e estima-se que em 2050 a população brasileira com mais de 60 anos será maior que a de criança e adolescentes de 14 anos ou menos. Isso nos leva a pensar em uma estratégia de provisão de cuidados específicos para este grupo populacional, ou seja, a oferta de atenção e cuidados especiais, que vão além daqueles normalmente garantidos pelas políticas públicas.

Isso nos remete a um assunto que demandará cada vez mais espaço na agenda pública, ou seja, a imperiosa necessidade de garantir qualidade de vida e bem-estar a esse contingente de cidadãos que, com suas capacidades funcionais reduzidas necessitam de cuidados diferenciados dos demais. E, nesse contexto, é que temos que nos debruçar sobre o tema do envelhecimento e refletir sobre a atenção que se nos revela e apresenta enormes desafios, tanto para as famílias como para o poder público.

Esta análise conclusiva dos indicadores referente aos idosos, será feita à luz dos preceitos da Constituição Federal, da Política Nacional do Idoso, da Lei Orgânica da Assistência Social-LOAS, do Sistema Único de Assistência Social-SUAS e da Lei 10741/2003-Estatuto do Idoso os quais corroboram com a atenção aos direitos do idoso.

Primeiramente, insta consignar, que ainda não temos no Brasil uma rede de proteção ao idoso eficiente e capaz de traduzir em ações o que permeia, principalmente, o Estatuto do Idoso, ou seja, assegurar direitos as pessoas com idade igual ou superior a 60 anos. Isso posto, entendemos que há a necessidade urgente de desencadear um debate para que de forma gradativa se construa, aos moldes da rede de proteção à criança e ao adolescente, a Rede de Proteção à Pessoa Idosa.

Com relação aos índices de idosos responsáveis pela família (24,7%), é importante destacar que ficou um pouco acima da média nacional e do próprio Estado. Vale lembrar que agregado a esses números de idosos responsáveis pela família vem também a questão da responsabilidade financeira que ficou bem elevada, ou seja, (31,1%). No artigo 229 a Constituição Federal é bem clara e objetiva quando mostra que assim como os pais têm o dever de cuidar dos filhos enquanto menores, os filhos maiores devem amparar os pais na sua velhice. Nesse contexto, o município, por meio do CRAS e em parceria com o Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, deve envidar esforços no sentido de levar informações aos idosos para que conheçam seus direitos e possam, conforme está previsto na CF/88, viver o princípio da dignidade da pessoa humana, que deve nortear, principalmente, as relações familiares.

No que tange ao idoso que ainda está trabalhando, a pesquisa não mostrou se este trabalho é informal ou com todos os direitos garantidos em lei. Mas o percentual apresentado ficou bem próximo da média nacional de (25,2%), dados do IBGE. Podemos observar que não é privilégio de Ouro Verde do Oeste já que no Brasil temos, nas últimas décadas, o aumento da perspectiva de vida o que configura, segundo Lancman, Sznclwar e Jardim (2006), a permanência dos trabalhadores por mais tempo no mercado de trabalho, induzida primordialmente pelo aumento da idade mínima para aposentadoria, bem como pela permanência ou retorno a uma atividade remunerada objetivando complementar a renda.

Ainda é importante destacar que:

Além da perda do poder aquisitivo, a necessidade crescente de prover a família leva os trabalhadores aposentados a permanecerem trabalhando ou a retornarem ao trabalho. Segundo dados do (IBGE, 2008) em 53% dos domicílios com idosos a contribuição financeira da faixa etária com mais de 60 anos representa mais da metade do total da renda domiciliar. (COCKELL, F. F., 2014, p. 234)

No que se refere aos indicadores dos idosos que recebem algum benefício do governo federal o diagnóstico trouxe um dado muito interessante, pois 81 (oitenta e um) idosos dos trezentos e seis pesquisados, ou seja, (26,5%) disseram que não recebem qualquer tipo de benefício previsto em lei. Neste contexto, existe a imperiosa necessidade de iniciar um estudo mais aprofundado, por parte dos gestores, principalmente da área da Assistência Social, para entender o porquê de um número significativo de idosos a não receberem benefícios, seja de

aposentadoria, BPC ou outros. Da mesma forma, ocorre a necessidade de iniciar uma campanha informativa, nos CRAS, grupos de idosos, Associações, Igrejas, entre outros, sobre os direitos dos idosos.

É importante afirmar que o Sistema Único de Assistência Social-SUAS, traz em seu bojo os benefícios assistenciais e são divididos em duas categorias: aqueles permanentes – federais - instituídos mediante lei federal, a exemplo, o Benefício de Prestação Continuada – BPC criado pela Lei Federal nº 8.742/93 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, que regulamentou o art.203, inciso V da Constituição Federal de 1988 e os benefícios eventuais – federativos - criados por entes da federação Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme critérios e prazos definidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social.

Outro indicador que merece destaque neste estudo está relacionado à participação do idoso em programas, desenvolvidos no município, em prol das pessoas idosas. De acordo com os dados apresentados é possível constatar que em (72,5%) das famílias pesquisadas os idosos não participam de qualquer programa voltados a eles, ou seja, do universo pesquisado de 306 idosos, 261 não frequentam locais em que são oferecidas atividades de lazer, esporte, cultura e outros.

Conclui-se claramente neste indicador que a falta de informação e a falta de conhecimento por parte dos idosos são os aliados principais para esta não participação da população idosa em eventos voltados para eles. Além disso, há a necessidade de criar mecanismos para possibilitar o *“exercício de cidadania”, ...“o reconhecimento do idoso como sujeito de direitos.” ...“assegurar os direitos sociais do idoso,” e tantas outras expressões nesse mesmo sentido que devem ultrapassar a dimensão pessoal. (Prado.2006).*

A autora Gohn concorda com esta afirmação quando fala das possibilidades da participação e a importância da autoestima, da autoimagem e das representações sobre sua própria vida:

Há participação quando há um sentimento de que os indivíduos têm valor e são necessários para alguém, quando percebem sua própria contribuição, e que tem um lugar na sociedade, que são úteis, que são valorizados por alguém. Para tal, os indivíduos necessitam de um meio ambiente consistente do ponto de vista de relacionamento, contratos e laços sociais. Para participar, os indivíduos têm de desenvolver auto-estima, mudar sua própria imagem e as representações sobre sua vida. (GOHN, 2001, p.28)

Consoante ao disposto apresentado no indicador acima, é imprescindível que a gestão de Ouro Verde do Oeste desenvolva ações voltadas a divulgação, informação das atividades desenvolvidas para os idosos como: divulgar na mídia, palestras nos grupos de idosos e comunidade, igrejas, além de oferecer transportes gratuitos.

Na esteira da autora Gohn, alertamos que há como o Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, como órgão articulador, ficar isento, pois tem o papel preponderante de fomentar a participação política dos idosos na sociedade, para isso, em parceria com as entidades que prestam atendimento ao idoso, deverá envidar esforços para garantir a participação desses atores sociais, não só nos programas oferecidos pelo município, como também na formulação e acompanhamento das políticas públicas na área do idoso.

Como forma de contribuição para o Município de Ouro Verde do Oeste, lembramos que a Constituição Federal de 1988 instituiu a Assistência Social como política pública de direito do cidadão e dever do estado, regulamentada mais tarde pela Lei Orgânica da Assistência Social – Lei nº 8.742/1993 e, recentemente, complementada pela aprovação da Lei nº 12.435/2011-SUAS. Com o SUAS veio a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais que organiza os serviços em Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, caracterizando e padronizando os serviços como o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas – SCFVI.

Diante do exposto, cabe ressaltar a necessidade de fortalecer, principalmente, o atendimento da Proteção Social básica com o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas, promovendo ações e atividades pautadas nas características, interesses e demandas desta faixa etária, considerando a vivência em grupo, as experiências artísticas culturais, esportivas e de lazer e a valorização das experiências vividas, sempre levando em consideração a centralidade da família e a referência ao CRAS - Centro de Referência de Assistência Social. (BRASIL, 2007, p. 6). Dessa forma o município estará instrumentalizando os idosos a participarem das ações desenvolvidas e oportunizando uma melhor qualidade de vida preconizado no contexto do SUAS.

O indicar de direito a saúde, quando se pergunta se tem dificuldades no atendimento médico especializado, apontou que (64,9%) dizem que não são atendidos de forma como gostariam ou adequadamente, como um direito constitucional.

Primeiramente, cumpre esclarecer que o direito à saúde é um direito fundamental do indivíduo. A Constituição da República de 1988 definiu como fundamentos do Estado Democrático de Direito a “cidadania” e a “dignidade da pessoa humana” (artigo 1º). Conforme a norma do artigo 6º da Constituição o direito à saúde constitui direito fundamental social, integrando, pois, o elenco de direitos humanos previstos expressamente no texto constitucional. Isso fica evidente quando analisamos o artigo 196 da CF/88 que, de forma enfática, dispõe claramente que a saúde é direito de todos e dever do Estado. Sob outra vertente cumpre instar que o direito à saúde do idoso está previsto nas normas da Lei n.º 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), que preconiza a prioridade absoluta no atendimento às pessoas com 60 anos ou mais.

Os autores Sena e Chacon (2006, p.3) em consonância com a defesa da concretização deste direito, defendem:

Justamente nos extremos da vida é que o corpo humano apresenta-se mais frágil. Seja em virtude do próprio envelhecimento, seja em virtude de doenças debilitantes ou degenerativas o certo é que a população idosa requer cuidados e atenção especial por parte do poder público ao traçar seus Programas de Saúde.

Não obstante o indicador em tela não ter apontado dados suficientes para verificar quais as especialidades médicas a população mais reclama é importante lembrar que o Sistema Único de Saúde (SUS) oferece por meio da Comissão intergestores bipartite e/ou tripartite, instâncias de pactuação, de responsabilidade de cada Estado, onde são referenciados os municípios que terão o atendimento em especialidades médicas. Também salientamos que é necessário um olhar atento, pois temos o preceito constitucional que define o percentual obrigatório do orçamento público a ser investido na saúde. Da mesma forma, recentemente o Governo Federal, por meio da Lei 12871/2013, instituiu o Programa mais médicos tendo como principal objetivo diminuir a carência de médicos nas regiões prioritárias para o SUS, a fim de reduzir as desigualdades regionais na área da saúde.

No indicador do direito a saúde também apresentou uma leitura dos entrevistados em relação as ações que o município de Ouro Verde do Oeste poderia estar desenvolvendo no que tange a melhoria da qualidade de vida dos idosos. As sugestões apresentadas vieram reforçar o descontentamento dos idosos com o atendimento na saúde, haja vista, que os itens mais citados foram “disponibilizar mais médicos (17,6%) e “melhorar a questão de saúde” (13,5%).

Como forma de concluir a análise dos indicadores gerais da pesquisa é possível inferir que é extremamente urgente se pensar que as políticas públicas perpassam por um caráter emancipatório, propiciando o desenvolvimento humano e social. Nesse sentido, o Diagnóstico Social vem mostrar que a concretização dos direitos dos idosos perpassa quase que exclusivamente pelo investimento estatal em políticas de proteção e promoção dos seus direitos e que, aliado a isso, a família e a sociedade civil desempenham um papel importante, já que são atores sociais que devem contribuir para a formulação e execução dessas políticas.

Sobre rede de atendimento primeiramente é importante salientar que o acelerado processo de envelhecimento populacional ocorrido no Brasil nas últimas décadas se deu em um contexto de grandes mudanças sociais e econômicas. Para Watanabe, ao longo da história, o cuidado com pessoas com alguma incapacidade funcional ou dependência se desenvolveu no espaço privado do domicílio, geralmente por familiares. Entretanto, esse cuidado foi se mostrando cada vez mais difícil, por causa da mudança na conformação das famílias e do ingresso da mulher, a cuidadora familiar de eleição, no mercado de trabalho. Assim, o Estado e as instituições privadas passaram a dividir com a família as responsabilidades pelo cuidado com essa população. (Watanabe, 2009, p.8)

No indicador da Secretaria de Saúde mostrou que (86,8%) dos idosos ao atendidos no Projeto Saúde – “Hipertensão e Diabetes” demonstrando que os entrevistados conhecem o programa. Por outro lado, quando se analisa no gráfico por regiões verifica-se que (92,1%) dos que participam desse programa são moradores das regiões centrais da cidade.

Deve-se, portanto, fomentar o desencadear de uma nova cultura, a qual proporcione a participação dos idosos de outras regiões nos programas da Secretaria de Saúde e também estruturá-lo, levando para outras localidades, oportunizando assim que os idosos das regiões periféricas possam usufruir dos benefícios oferecidos.

O atendimento ofertado pela pastoral da Pessoa Idosa, não obstante, os dados serem insuficientes para uma análise mais concreta da realidade dos idosos de Ouro Verde do Oeste, podemos afirmar que o atendimento de (24,2%) da população idosa é muito incipiente necessitando criar estratégias, como por exemplo: convênio, parceria com veículos, divulgação entre outras ações para que a entidade possa desenvolver mecanismos/projetos que possam atrair mais idosos para aumentar o percentual de atendimento.

A Associação de Amigos e Amparo aos Idosos – AMAIS – atende 264 os quais participam de diversas atividades, ou seja, (36%) da população idosa do município. Este percentual de atendimento pode ser considerado bom. Mas cabe salientar que os encontros, conforme citado na pesquisa, são mensais, podendo contribuir para a garantia do número de participantes apresentado.

Nesta linha de pensamento é primordial, como já citamos no indicar anterior, que o gestor municipal priorize o atendimento ao idoso conforme ditames do SUAS e do Estatuto do Idoso.

Com essa análise procuramos apresentar proposições para que o governo de Ouro Verde do Oeste possa proporcionar um envelhecimento ativo à população idosa do município. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), o envelhecimento ativo inclui a independência, participação, autorrealização e dignidade, princípios fundamentais para o protagonismo do idoso. Neste contexto, significa oferecer a população com mais de 60 anos, o acesso aos direitos da assistência social, educação, saúde, cultura, trabalho, previdência social, esporte, lazer e turismo, habitação, transporte, dentre outros a serem respeitados.

Não se pode negar que a rápida mudança na estrutura etária brasileira, alerta para o enfrentamento de alguns problemas básicos, principalmente relacionados à ineficiência das políticas públicas e sociais voltadas para o processo do envelhecimento.

Enfim, mais do que uma leitura quantitativa, esta análise agrega um caráter propositivo, haja vista, principalmente nos dias atuais, a possibilidade de abrir espaços de participação da comunidade nas decisões em prol da coletividade.

6. LEVANTAMENTO SOBRE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

6.1 INDICADORES GERAIS

Indicador	<i>Índice de pessoas com deficiência</i>
Definição	<i>Percentual de pessoas com deficiência no município</i>

Abaixo a tabela mostra a quantidade de pessoas com deficiência em Ouro Verde do Oeste e o grau de dificuldade em cada deficiência. Tem-se que 2,9% da população tem grande dificuldade ou não consegue se locomover, por causa da deficiência física ou motora, a qual é a deficiência mais presente no município, seguida da visão com 2,3% da população nas mesmas condições de severidade.

Grau	Visão		Ouvir		Física / Motora		Mental / Intelectual	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Não, nenhuma dificuldade	4.822	84,7%	5.437	95,5%	5.244	92,1%	5.638	99,0%
Sim, alguma dificuldade	734	12,9%	199	3,5%	282	4,9%		0,0%
Sim, grande dificuldade	128	2,2%	48	0,8%	134	2,3%		0,0%
Sim, não consegue de modo algum	8	0,1%	8	0,1%	33	0,6%	54	1,0%
Total	5.692	100,0%	5.692	100,0%	5.692	100,0%	5.692	100,0%

Indicador	<i>Índice de pessoas com deficiência por faixa etária</i>
Definição	<i>Percentual de pessoas com deficiência no município por faixa etária</i>

Abaixo as tabelas mostram a quantidade de pessoas com deficiência por faixa etária em cada tipo de deficiência, e nelas observa-se que a deficiência visual, auditiva e física aumenta com o passar dos anos, e concentram a maioria das pessoas com deficiência na faixa etária de 60 anos ou mais, que seria na população idosa.

Apenas a deficiência mental e intelectual se apresenta em um percentual maior na faixa etária de 0 a 17 anos.

Visual

Visão	De 0 a 17 anos		De 18 a 59 anos		60 anos ou mais	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Não, nenhuma dificuldade	1.580	97,1%	2.792	84,4%	449	59,4%
Sim, alguma dificuldade	40	2,5%	453	13,7%	240	31,8%
Sim, grande dificuldade	6	0,4%	59	1,8%	63	8,3%
Sim, não consegue de modo algum	0	0,0%	5	0,2%	3	0,5%
Total	1.627	100,0%	3.309	100,0%	756	100,0%

Auditiva

Audição	De 0 a 17 anos		De 18 a 59 anos		60 anos ou mais	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Não, nenhuma dificuldade	1.623	99,8%	3.180	96,1%	634	83,8%
Sim, alguma dificuldade	0	0,0%	104	3,1%	96	12,6%
Sim, grande dificuldade	0	0,0%	23	0,7%	24	3,2%
Sim, não consegue de modo algum	4	0,2%	2	0,1%	2	0,3%
Total	1.627	100,0%	3.309	100,0%	756	100,0%

Física / Motora

Física / Motora	De 0 a 17 anos		De 18 a 59 anos		60 anos ou mais	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Não, nenhuma dificuldade	1.614	99,2%	3.140	94,9%	490	64,8%
Sim, alguma dificuldade	7	0,4%	114	3,5%	161	21,2%
Sim, grande dificuldade	2	0,2%	40	1,2%	91	12,1%
Sim, não consegue de modo algum	4	0,2%	15	0,5%	14	1,8%
Total	1.627	100,0%	3.309	100,0%	756	100,0%

Mental / Intelectual

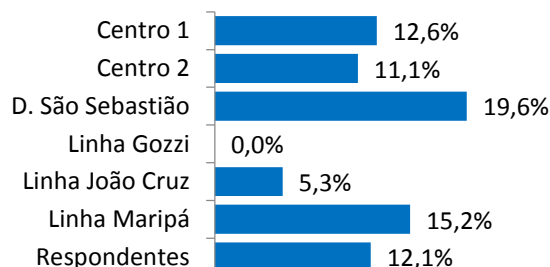
Mental / Intelectual	De 0 a 17 anos		De 18 a 59 anos		60 anos ou mais	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Não	1.609	98,9%	3.279	99,1%	750	99,3%
Sim	18	1,1%	30	0,9%	6	0,7%
Total	1.627	100,0%	3.309	100,0%	756	100,0%

6.2 RESULTADO DA PESQUISA

- **Existência de pessoa com deficiência no domicílio** – *Existe pessoa com deficiência no domicílio?*

12,1% das entrevistas apontaram famílias com pessoas com deficiência, sendo o maior percentual no Distrito de São Sebastião (19,6%).

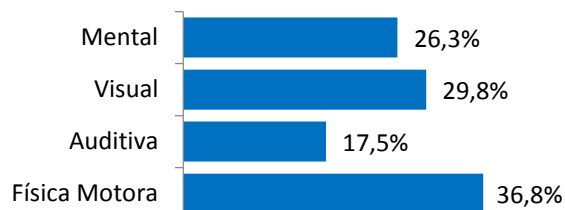
Região Geográfica	Não	Sim	Respondentes
Centro 1	183	23	12,6%
Centro 2	171	19	11,1%
D. São Sebastião	46	9	19,6%
Linha Gozzi	19		0,0%
Linha João Cruz	19	1	5,3%
Linha Maripá	33	5	15,2%
Respondentes	471	57	12,1%



• **Tipo de deficiência e grau de dificuldade** – *Qual o tipo de deficiência e o grau de severidade?*

Dos munícipes com alguma deficiência a maioria tem deficiência física/motora (36,8%).

Respostas	Quant.	(%)
Física Motora	21	36,8%
Auditiva	10	17,5%
Visual	17	29,8%
Mental	15	26,3%
Total	57	-



Abaixo, as tabelas mostram o grau de dificuldade de cada pessoa dentro da sua deficiência.

Física Motora	Quant.	(%)
Leve. Alguma dificuldade	4	19,0%
Moderada. Grande dificuldade	12	57,1%
Severa	5	23,8%
Respondentes	21	100,0%

Auditiva	Quant.	(%)
Leve. Alguma dificuldade	4	40,0%
Moderada. Grande dificuldade	4	40,0%
Severa	2	20,0%
Respondentes	10	100,0%

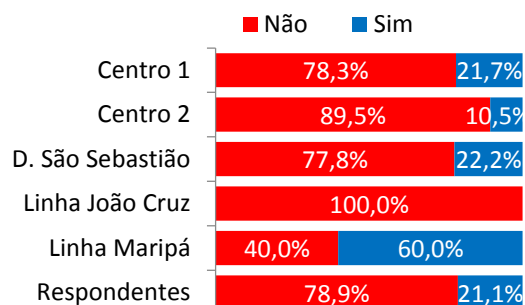
Visual	Quant.	(%)
Leve. Alguma dificuldade	3	17,6%
Moderada. Grande dificuldade	8	47,1%
Severa	6	35,3%
Respondentes	17	100,0%

Mental	Quant.	(%)
Leve. Alguma dificuldade	2	13,3%
Moderada. Grande dificuldade	9	60,0%
Severa	4	26,7%
Respondentes	15	100,0%

• **Pessoas com deficiência e o mercado de trabalho** – *A pessoa com deficiência trabalha?*

Apenas 21,1% das pessoas com deficiência que foram identificados na pesquisa trabalham.

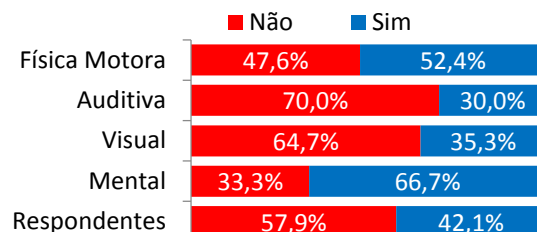
Região Geográfica	Não		Sim		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Centro 1	18	78,3%	5	21,7%	23	100,0%
Centro 2	17	89,5%	2	10,5%	19	100,0%
D. São Sebastião	7	77,8%	2	22,2%	9	100,0%
Linha João Cruz	1	100,0%	0	0,0%	1	100,0%
Linha Maripá	2	40,0%	3	60,0%	5	100,0%
Respondentes	45	78,9%	12	21,1%	57	100,0%



- **Pessoas com deficiência e o auxílio do governo** – *A pessoa com deficiência recebe auxílio do governo?*

O benefício do governo atinge 42,1% das pessoas com deficiência do município, sendo maior nas deficiências física/motora e mental.

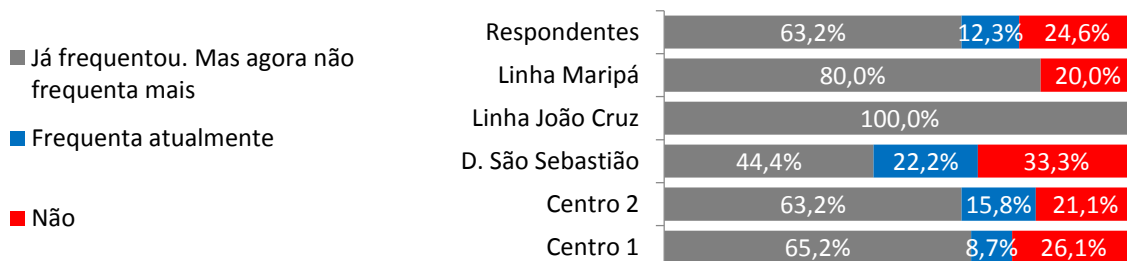
Deficiência	Não		Sim	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Física Motora	10	47,6%	11	52,4%
Auditiva	7	70,0%	3	30,0%
Visual	11	64,7%	6	35,3%
Mental	5	33,3%	10	66,7%
Respondentes	33	57,9%	24	42,1%



- **Pessoas com deficiência e a educação** – *A pessoa com deficiência já frequentou ou frequenta escola?*

A maioria das pessoas com deficiência já frequentou a escola, 63,2%.

Região Geográfica	Frequenta atualmente		Já frequentou. Mas agora não frequenta mais		Não		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Centro 1	2	8,7%	15	65,2%	6	26,1%	23	100,0%
Centro 2	3	15,8%	12	63,2%	4	21,1%	19	100,0%
D. São Sebastião	2	22,2%	4	44,4%	3	33,3%	9	100,0%
Linha João Cruz		0,0%	1	100,0%		0,0%	1	100,0%
Linha Maripá		0,0%	4	80,0%	1	20,0%	5	100,0%
Respondentes	7	12,3%	36	63,2%	14	24,6%	57	100,0%



Avaliando a escolaridade, 38,6% não sabe nem ler e nem escrever, ou tem apenas o Ensino Fundamental 1.

Escolaridade	Frequenta atualmente		Já frequentou. Mas agora não frequenta mais		Não		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Não sabe ler e escrever	2	9,1%	7	31,8%	13	59,1%	22	38,6%
Ens. Fundamental 1	3	13,6%	18	81,8%	1	4,5%	22	38,6%
Ensino Fundamental 2	1	25,0%	3	75,0%		0,0%	4	7,0%
Ensino Médio		0,0%	8	100,0%		0,0%	8	14,0%
Até o Superior ou mais	1	100,0%		0,0%		0,0%	1	1,8%
Respondentes	7	12,3%	36	63,2%	14	24,6%	57	100,0%

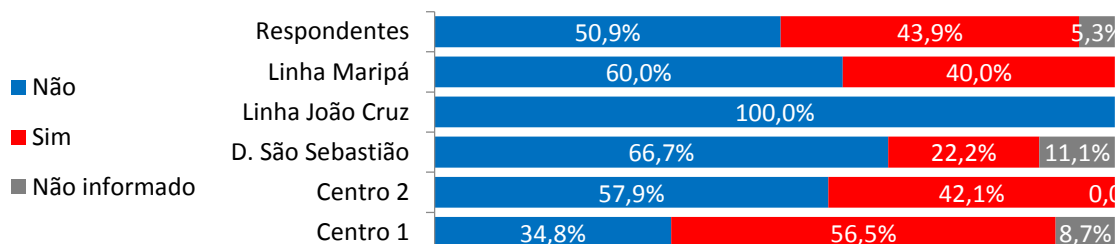
- **Pessoas com deficiência e a acessibilidade** – *A pessoa com deficiência tem dificuldade de acessibilidade?*

Buscou-se analisar a percepção das famílias com pessoas com deficiência em relação acessibilidade, tanto na rua como na residência, abaixo os resultados.

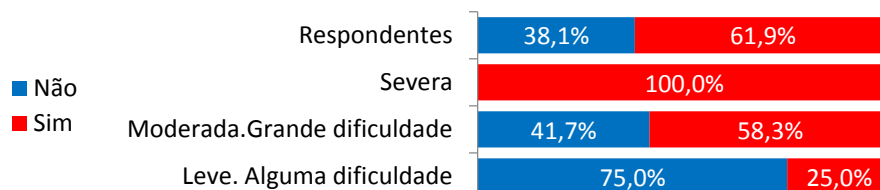
Na residência

Na residência, um alto índice de pessoas com deficiência alega ter dificuldade de acessibilidade, e esse índice aumenta conforme o grau da severidade, como mostra a tabela na outra página.

Região Geográfica	Não		Sim		Não informado		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Centro 1	8	34,8%	13	56,5%	2	8,7%	23	100,0%
Centro 2	11	57,9%	8	42,1%		0,0%	19	100,0%
D. São Sebastião	6	66,7%	2	22,2%	1	11,1%	9	100,0%
Linha João Cruz	1	100,0%		0,0%		0,0%	1	100,0%
Linha Maripá	3	60,0%	2	40,0%		0,0%	5	100,0%
Respondentes	29	50,9%	25	43,9%	3	5,3%	57	100,0%



Física / Motora	Não		Sim		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Leve. Alguma dificuldade	3	75,0%	1	25,0%	4	100,0%
Moderada. Grande dificuldade	5	41,7%	7	58,3%	12	100,0%
Severa		0,0%	5	100,0%	5	100,0%
Respondentes	8	38,1%	13	61,9%	21	100,0%

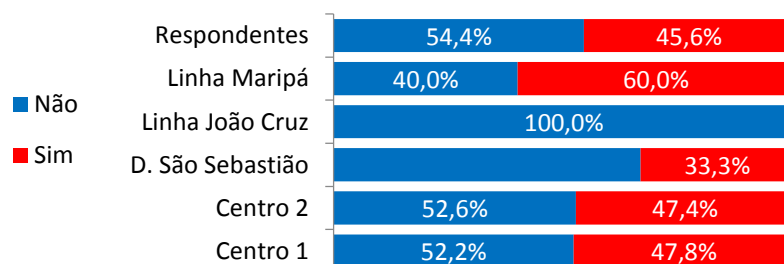


Na cidade

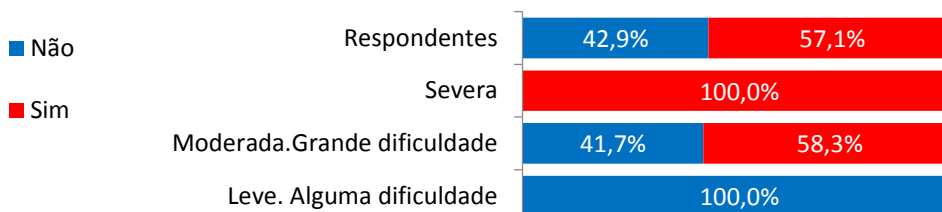
O percentual com problema de acessibilidade na cidade, é praticamente o mesmo que tem problemas de acesso na residência.

O que leva a concluir que o limitador realmente é o grau da deficiência, e mostra que a cidade não está preparada para as pessoas com limitações sensoriais e motoras.

Região Geográfica	Não		Sim		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Centro 1	12	52,2%	11	47,8%	23	100,0%
Centro 2	10	52,6%	9	47,4%	19	100,0%
D. São Sebastião	6	66,7%	3	33,3%	9	100,0%
Linha João Cruz	1	100,0%	0	0,0%	1	100,0%
Linha Maripá	2	40,0%	3	60,0%	5	100,0%
Respondentes	31	54,4%	26	45,6%	57	100,0%



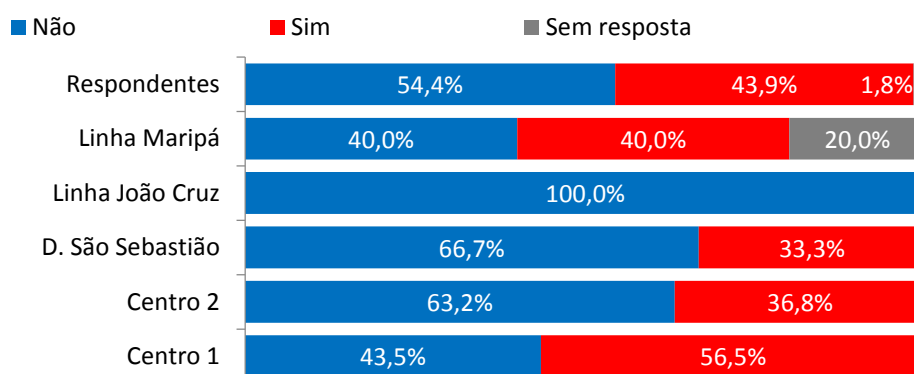
Física / Motora	Não		Sim		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Leve. Alguma dificuldade	4	100,0%	0	0,0%	4	100,0%
Moderada. Grande dificuldade	5	41,7%	7	58,3%	12	100,0%
Severa	0	0,0%	5	100,0%	5	100,0%
Respondentes	9	42,9%	12	57,1%	21	100,0%



- **Pessoas com deficiência e a saúde** – *A pessoa com deficiência tem alguma dificuldade em atendimento médico para seu problema de saúde?*

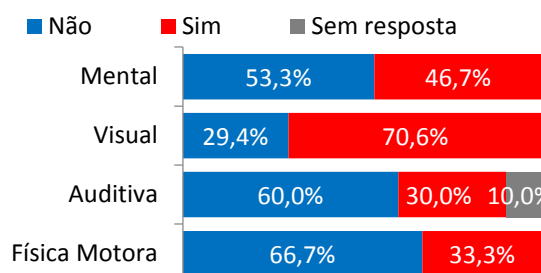
A questão de acesso à saúde também é tida com dificuldade por 43,9% dos entrevistados.

Região Geográfica	Não		Sim		Sem resposta		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Centro 1	10	43,5%	13	56,5%		0,0%	23	100,0%
Centro 2	12	63,2%	7	36,8%		0,0%	19	100,0%
D. São Sebastião	6	66,7%	3	33,3%		0,0%	9	100,0%
Linha João Cruz	1	100,0%		0,0%		0,0%	1	100,0%
Linha Maripá	2	40,0%	2	40,0%	1	20,0%	5	100,0%
Respondentes	31	54,4%	25	43,9%	1	1,8%	57	100,0%



A maior dificuldade de acesso a médicos são as pessoas com deficiências visuais (70,6%), seguido dos auditivos (46,7%).

Deficiência	Não		Sim		Sem resposta	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Física/Motora	14	66,7%	7	33,3%		
Auditiva	6	60,0%	3	30,0%	1	10,0%
Visual	5	29,4%	12	70,6%		
Mental	8	53,3%	7	46,7%		



- **Sugestões** – *O que o município poderia fazer para melhorar a qualidade de vida da pessoa com deficiência em Ouro Verde do Oeste?*

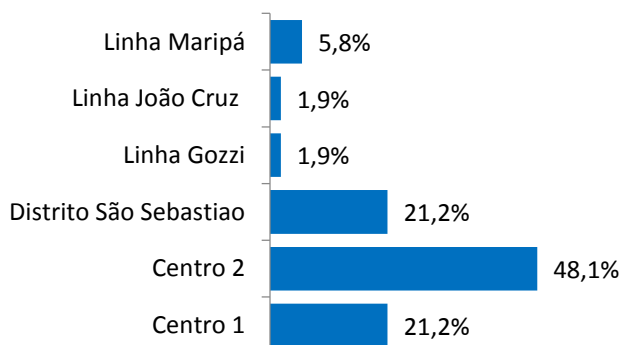
A principal solicitação está na existência de especialistas no município. Aqui se pode pensar em que pelo menos uma vez na semana ou ao mês fosse disponibilizado médicos especialistas para esse público, que tem dificuldade em se locomover e necessidade sair da cidade para buscar atendimento.

Resposta	Quant.	(%)
Médicos especialistas no município	24	42,9%
Escolas específicas para portadores de necessidades	4	7,1%
Melhorar acessibilidade nos equipamentos públicos	4	7,1%
Benefícios (muita dificuldade em conseguir)	2	3,6%
Transporte (Passe livre)	2	3,6%
Atividades recreativas	1	1,8%
Fisioterapeutas	1	1,8%
Mais atendimento ou programas do governo	1	1,8%
Melhorar atendimento	1	1,8%
Melhorar o atendimento pois existe um certo preconceito nos locais públicos	1	1,8%
Não sabe responder	15	26,8%
Total	56	100,0%

6.3 REDE DE ATENDIMENTO

Dentro da rede de atendimento, o município tem 52 pessoas com deficiência beneficiados pelo BPC – Benefício de Prestação Continuada, (71,8% de todos os benefícios do BPC são concedidos às pessoas com deficiência no município). A concentração dos benefícios está na Região do Centro 2.

Região Geográfica	BPC - Pessoa com Deficiência	(%)
Centro 1	11	21,2%
Centro 2	25	48,1%
Distrito São Sebastiao	11	21,2%
Linha Gozzi	1	1,9%
Linha João Cruz	1	1,9%
Linha Maripá	3	5,8%
Total	52	100,0%



6.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS – PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Em dezembro de 2015, o Brasil realizará a IV Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com deficiência, que após as conferências estaduais e municipais, será um espaço importante de participação da sociedade brasileira na proposição, avaliação e monitoramento das políticas públicas, tendo por base os princípios da transversalidade, interdependência e indivisibilidade dos Direitos Humanos, espaços onde, reconhecidamente, conseguimos os maiores avanços nesta área.

Apesar de estarmos apenas na quarta edição e realização de uma conferência nacional sobre o tema, não podemos deixar de destacar a extrema importância das conferências como espaços organizados em que os diversos segmentos da sociedade debatem, por meio de metodologia específica, todas as políticas públicas do país. A etapa nacional deveria ser resultante de outras diversas conferências realizadas em nível local, municipal, regional ou estadual, fato que infelizmente ainda não está efetivamente consolidado nas cidades, fazendo com que a riqueza das contribuições sociais não seja levada até a conferência nacional, e nem aproveitadas em sua totalidade em âmbito municipal para construção de políticas públicas.

Precisamos de forma emergencial reconhecer as valiosas contribuições e potenciais das pessoas com deficiência e da comunidade que convive com esta, ao bem-estar comum e à diversidade de nossas comunidades. Criar um ambiente de debate e elevar tais contribuições aos fóruns, se torna essencial hoje para a promoção do pleno exercício e fortalecimento do senso de pertencimento à sociedade, especialmente da pessoa com deficiência.

Segundo a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, em seu artigo 1º, define:

“Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas”

Tal definição nos remete a convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007, aprovada pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008 e pelo Decreto do Poder Executivo nº 6.949, que balizam a política nacional para a pessoa com deficiência hoje no país e devem ser tomados como base de estudo e configuração das políticas públicas municipais.

Baseado nesta definição e nas concepções legais da legislação, buscando a transversalidade dos eixos Saúde e Reabilitação, Acessibilidade e Educação e Trabalho, Ouro Verde do Oeste está trilhando seus caminhos na direção do empoderamento dos 2,9% da sua população que se apresentam no diagnóstico com uma deficiência, com grande dificuldade ou não consegue se locomover, oriunda da deficiência física ou motora, a qual é a deficiência mais presente no município, seguida da visão com 2,3% da população nas mesmas condições de severidade.

Entretanto, um olhar menos apurado, poderíamos identificar como índices baixos de pessoas com algum tipo de impedimento no município, porém, com uma análise mais cuidadosa, os dados da tabela correspondente ao indicador de pessoas com deficiência do município, encontramos 7,2% da população com algum tipo de limitação motora ou física convivendo numa sociedade que em sua expressa totalidade não é acessível, muitas vezes até para pessoas sem impedimentos físicos, motores ou sensoriais, índices altos que necessitam de atenção especial especialmente do planejamento urbano.

Antes de uma abordagem mais específica em relação a acessibilidade, cabe destacar o indicador de pessoas com deficiências por idade, recorte apresentado no diagnóstico, que é fundamental para compreendermos que, não apenas um portador de deficiência motora, como um cadeirante, que está muito presente no senso comum, necessita de uma cidade acessível: vejamos que as pessoas da faixa etária dos 60 anos ou mais, somadas as que apresentam algum tipo de dificuldade visual, chegam a 39,6% em Outro Verde do Oeste. Enquanto na mesma faixa etária, registamos 35,1% que pessoas que relatam algum tipo de dificuldade físicas e motoras.

Na outra extremidade da pirâmide etária, percebemos que as deficiências mental e intelectual, tem ocorrência maior na faixa de 0 a 17 anos, chegando em Ouro Verde do Oeste a 1,1%.

Tais dados nos apresentam uma análise importante que deve ser destacada neste documento. Trazemos uma “invisibilidade histórica” da herança do modelo médico da deficiência, as pessoas com deficiência frequentemente são vistas ou entendidas como um público homogêneo e/ou linear, com diagnóstico para tal, ou ainda visivelmente identificável, como um cadeirante ou cegueira.

Neste diagnóstico, percebermos bem clara a definição da pessoa com deficiência, entendida em sua forma mais ampla e aceita pelos organismos internacionais. A diversidade deste segmento, quando debatida, restringe-se apenas as discussões sobre as áreas da deficiência e suas especificidades, quase sempre desconhecendo a deficiência como uma condição humana que atravessa as questões de gênero, raça e etnia, ciclos de vida, diversidade sexual, entre outros.

Dentro do próprio segmento da pessoa com deficiência, no aspecto dos Direitos Humanos, essas intersecções foram até hoje pouco exploradas. Tendo por base os cadernos de propostas das três conferências nacionais já realizadas, é possível constatar a ausência de recortes sobre mulheres ou crianças com deficiência, por exemplo, embora essas temáticas estejam refletidas em artigos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

O diálogo do segmento da deficiência com o da pessoa idosa também não aparece. Quando lembrada, essa aproximação é feita quase que exclusivamente sob o viés das demandas por acessibilidade.

Esses são alguns exemplos dos desafios que o município deve se propor a debater. Questões estruturantes da sociedade como gênero e raça atravessam o campo da deficiência,

considerando ainda os ciclos de vida e a diversidade sexual como componentes importantes e dialógicos para o segmento.

Ainda em relação a este importante dialogo, o diagnóstico traz as entrevistas realizadas, demonstram que em média 12,1% dos entrevistados convivem ou tem uma pessoa com deficiência em seu núcleo familiar, fato importante, apontando que não apenas a pessoa diretamente envolvida, mas principalmente as contribuições e a percepção destes que convivem e conhecem de perto as reais necessidades da pessoa com deficiência, devem ser ouvidos na comunidade, a fim de contribuir na estruturação das políticas públicas.

Ainda nas entrevistas, observamos que o eixo do mercado de trabalho, apenas 21% dos entrevistados afirmam que as pessoas com deficiência estão inseridas no mercado de trabalho, enquanto 57% das pessoas com deficiência não recebem nenhum tipo de auxílio do governo.

Ao analisarmos tais dados, especialmente a questão da inclusão do mercado de trabalho e a não equiparação de oportunidades pelas pessoas com deficiência como um problema multidimensional que possui seus traços em diversas áreas de políticas públicas, surge o questionamento sobre onde e como deve ser tratado tal tema na estrutura da gestão.

Uma possível resposta é o combate a departamentalização das políticas públicas e a necessidade de dialogar com as estruturas setoriais complexas e avaliar as formas de gestão em todo ciclo. Pois a anos mantivermos um contexto histórico de ausência de políticas públicas, onde as políticas setoriais, departamentalizadas, surgiram como grandes avanços para o campo, mas, hoje, com a consolidação dos marcos legais e os avanços na constituição de políticas de Estado para as pessoas com deficiência, já se mostra possível identificar que a simples criação de políticas públicas nas estruturas setoriais não é capaz de dar conta dos problemas como educação, emprego, cultura, saúde, moradia ou transporte, uma vez que eles, em geral, decorrem de barreiras que perpassam as diversas áreas de maneira sobreposta e com impactos inter-relacionados. Por exemplo, a inclusão de uma pessoa com deficiência no mercado de trabalho depende dos acessos e apoios encontrados desde a infância no ambiente educacional, amparos sociais, atenção à saúde apropriada, bem como acesso ao ensino técnico e superior, acessibilidade no trajeto casa-escola-trabalho e no próprio ambiente em que exerce as funções. Tal ação concatenada, exige uma concepção em rede bem estruturada e análise conjunta das diversas áreas.

Ainda, ao citar educação, não poderíamos deixar de citar o índice de escolaridade, apresentada no diagnóstico, onde 38% das pessoas identificadas com deficiência não sabem ler ou escrever, ou ainda não terminaram o ensino fundamental. De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, criada pelo Ministério da Educação em 2008, os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, segmentos que compõem o público alvo da Educação Especial, têm o direito a frequentar a sala de aula comum e, quando necessário, receber atendimento educacional especializado no período inverso ao da escolarização. Historicamente, essas pessoas foram

excluídas do sistema educacional ou encaminhadas para escolas e classes especiais, fato que explica muitas vezes a evasão destes da vida escolar.

Contudo, no mesmo viés das políticas intersetoriais e o fundamental trabalho em rede, em 2014 destacamos um marco na educação nacional com a sanção da Lei 13.0005/2014, Plano Nacional de Educação, que dentre as suas 20 metas, apresenta a meta 4, específica para o tema Educação Especial e Educação Inclusiva, que delimita:

“Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados”. (Meta 4, Lei 13.005/2014)

Os desafios implicados na ampliação desses expressivos avanços educacionais, e em especial de universalizar o acesso à educação, envolvem a continuidade de investimentos na formação de educadores dentre outras ações essenciais como conscientização social, passando pelo aprimoramento das práticas pedagógicas, na acessibilidade arquitetônica e tecnológica das instituições de ensino e de transporte escolar, na construção de redes de aprendizagem, no estabelecimento de parcerias entre os atores da comunidade escolar e na intersectorialidade da gestão pública, já mencionada.

No eixo saúde, 43,9% dos entrevistados afirmam ter dificuldade de acesso à saúde, um o percentual parecido com o indicado na acessibilidade na cidade como um, que chegam a 45% de afirmações aos que apresentam algum tipo de limitador, especialmente aqueles casos mais severos, citados notadamente o acesso a médicos e especialistas e aos prédios públicos.

Buscando o avanço na promoção dos direitos das pessoas com deficiência por meio de políticas públicas que buscam valorizar a pessoa como cidadã, respeitando suas características e especificidades, algumas ordenações de ações políticas e econômicas deve garantir a universalização de políticas sociais e o respeito às diversidades, sejam elas étnico-raciais, geracionais, de gênero, de deficiência ou de qualquer outra natureza.

Antes de listar algumas ações, é essencial destacar o papel dos conselhos de pessoas com deficiência, que definem os rumos da Política de Inclusão da Pessoa com Deficiência em nosso país por meio das deliberações das conferências, fortalecendo o caráter deliberativo e participativo da sociedade civil no processo de desenvolvimento do país e devem ter sua criação junto a todos os entes federados.

Propositamente, a sugestão de algumas ações que entendemos essenciais para fortalecimento das políticas, não foram elencadas no decorrer do texto, pois, ao tratamos de políticas intersectoriais, não podemos correr o risco de apoiar-las isoladamente. A intersectorialidade atua sob a perspectiva de planejamento integrado, que por sua vez, se distingue do modelo atual, no qual o trabalho é organizado por equipes especializadas para o planejamento, realização e

avaliação de ações e serviços. Já a estrutura governamental, atuando sob a perspectiva da lógica intersetorial, supõe a articulação de planos e o compartilhamento de informações, apresentando-se mais acessível à participação do cidadão, tanto no planejamento quanto na avaliação, com o objetivo de alcançar resultados integrados em situações complexas, visando a um efeito sinérgico no desenvolvimento social. Para tal apontamos ações validadas nas principais conferências para os Direitos das Pessoa com Deficiência que poderão contribuir na efetiva estruturação dos princípios da transversalidade, interdependência e indivisibilidade dos Direitos Humanos:

- Criação de Centros Especializados de Reabilitação para ampliar o acesso e a qualidade dos serviços de saúde prestados a pessoas com deficiência;
- Programa de ajuda de custos de despesas (alimentação, transporte e hospedagem) para a pessoa com deficiência e seu acompanhante nos casos de deslocamento para fins de tratamento fora do domicílio;
- Promoção de campanhas educativas e de divulgação, em todos os meios de comunicação, acessíveis às pessoas com deficiência, na área de promoção à saúde, direitos sexuais e reprodutivos, prevenção de acidentes e violências, a fim de assegurar a mudança de paradigma em relação à incorporação do modelo social em todo país.
- Promoção de campanhas permanentes para conscientização e esclarecimento da Sociedade, valendo-se de todas as mídias e implementando o selo de qualidade a iniciativas de estabelecimentos que atendam aos requisitos de acessibilidade, conforme a legislação vigente, realizando parcerias do executivo com os demais poderes, ministério público, defensoria pública, conselhos de fiscalização profissional e associações de classe e ONGs, visando o fortalecimento dos programas de acessibilidade.
- Assegurar a educação profissional da pessoa com deficiência, em parceria com instituições da educação profissional, alocando recursos orçamentários para esse fim, assegurando a inclusão digital e a preparação para o aproveitamento no mercado de trabalho de acordo com a Lei de Cotas.
- Ampliar o quantitativo de pessoas de 0 a 18 anos beneficiárias do BPC matriculadas na escola.
- Oferta de cursos de Letras/Libras (Língua Brasileira de Sinais) e de formação em Pedagogia na perspectiva bilíngue (Libras/Língua Portuguesa).
- Desenvolver unidades chamadas “Centros-Dia”, que são unidade de serviços com a finalidade de oferecer cuidados às pessoas com deficiência, durante o dia, de forma suplementar ao trabalho de cuidadores familiares.
- Desenvolver programas de treinamento para os trabalhadores da saúde direcionados a promoção à saúde, identificação precoce de deficiências, prevenção dos agravos, tratamento e reabilitação.

7. LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES SOBRE MULHERES

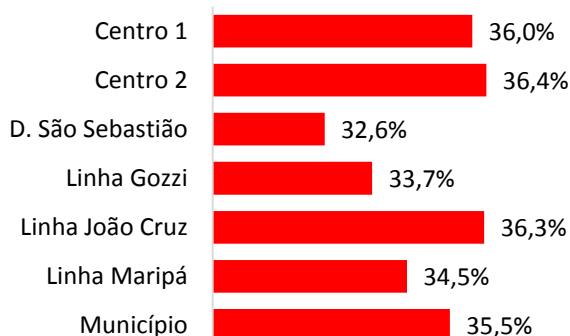
7.1 INDICADORES GERAIS

Indicador	<i>Índice de Mulheres</i>
Definição	<i>Percentual de mulheres com 18 anos ou mais na população residente total</i>

Ouro Verde do Oeste tem 35,5% da população com 18 anos ou mais, sendo que a região com menos mulheres é o distrito São Sebastião com 32,6%.

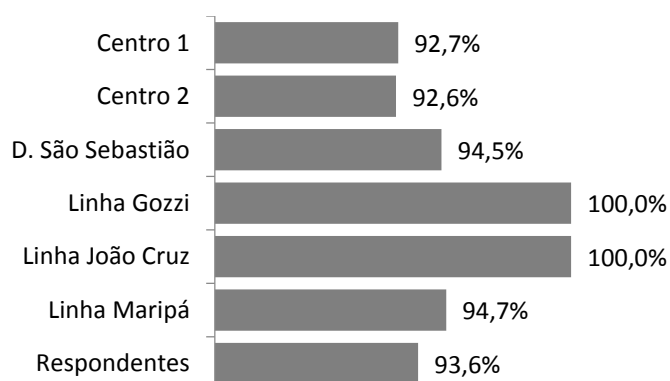
Região Geográfica	De 18 anos ou mais	(%) 18 anos ou mais
Centro 1	708	36,0%
Centro 2	710	36,4%
D. São Sebastião	240	32,6%
Linha Gozzi	117	33,7%
Linha João Cruz	158	36,3%
Linha Maripá	87	34,5%
Município	2.020	35,5%

Fonte: IBGE 2010



Na pesquisa, foram ouvidas das 528 famílias, 494 com mulheres de 18 anos ou mais, um percentual de 93,6%. Essas famílias contribuíram com informações importantes da percepção das mulheres sobre questões como acesso a saúde, programas e violência que serão apresentadas a seguir.

Rótulos de Linha	Famílias com Mulheres	Total de Famílias	Respondentes
Centro 1	191	206	92,7%
Centro 2	176	190	92,6%
D. São Sebastião	52	55	94,5%
Linha Gozzi	19	19	100,0%
Linha João Cruz	20	20	100,0%
Linha Maripá	36	38	94,7%
Respondentes	494	528	93,6%



Indicador	<i>Número de mulheres por faixa etária</i>
Definição	<i>Percentual de mulheres por faixa etária</i>

Abaixo a relação de número de mulheres por faixa etária para elaboração de programas específicos.

Região Geográfica	De 0 a 11 anos	De 12 a 17 anos	De 18 a 59 anos	De 60 anos ou mais
Centro 1	175	122	566	142
Centro 2	163	119	595	115
D. São Sebastião	69	39	205	35
Linha Gozzi	28	23	98	19
Linha João Cruz	19	18	123	35
Linha Maripá	12	15	69	18
Município	466	336	1.656	364

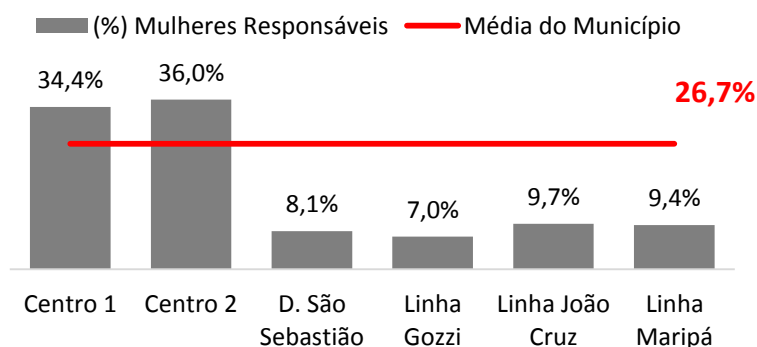
Fonte: IBGE 2010

Indicador	<i>Índice de mulheres responsáveis</i>
Definição	<i>Percentual de mulheres com 18 anos ou mais responsáveis pelo domicílio</i>

Em 26,7% dos domicílios a mulheres é responsável.

Região Geográfica	Responsáveis Mulheres	Total de Responsáveis	(%) Mulheres Responsáveis
Centro 1	206	598	34,4%
Centro 2	219	608	36,0%
D. São Sebastião	18	223	8,1%
Linha Gozzi	8	115	7,0%
Linha João Cruz	14	145	9,7%
Linha Maripá	8	85	9,4%
Município	473	1.774	26,7%

Fonte: IBGE 2010



Indicador	<i>Pré-natal insuficiente</i>
Definição	<i>Percentual de nascidos vivos com pré-natais insuficientes</i>

O número de pré-natais indicado é feito por apenas 56,7% da população. 43,2% fazem menos que 7 pré-natais. O indicador mostra que deve haver uma conscientização da população feminina ou ainda facilitar o acesso das mulheres de regiões mais distantes.

Unidade Geográfica	Menos de 7 pré-natais	Total de Nascidos Vivos	(%)
Município	16	37	43,2%

Fonte: DATASUS/SINASC/SIM 2014

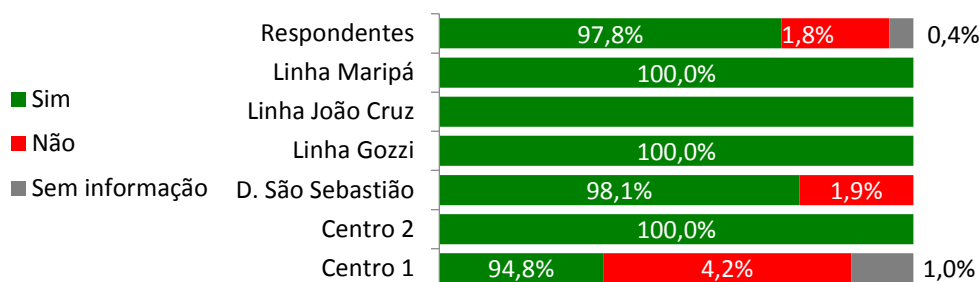
7.2 RESULTADO DA PESQUISA

A pesquisa foi abrangente, e não foi aplicada diretamente com mulheres, o que pode causar a omissão de informações. Mas é importante ressaltar a visão da comunidade em relação à questão.

- **As mulheres e seus direitos** – *As mulheres da residência consideram que tem os seus direitos respeitados?*

A maioria das entrevistas (97,8%) mostra que as mulheres sentem que seus direitos são respeitados.

Região Geográfica	Sim		Não		Sem informação		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Centro 1	181	94,8%	8	4,2%	2	1,0%	191	100,0%
Centro 2	176	100,0%		0,0%		0,0%	176	100,0%
D. São Sebastião	51	98,1%	1	1,9%		0,0%	52	100,0%
Linha Gozzi	19	100,0%		0,0%		0,0%	19	100,0%
Linha João Cruz	20	100,0%		0,0%		0,0%	20	100,0%
Linha Maripá	36	100,0%		0,0%		0,0%	36	100,0%
Respondentes	483	97,8%	9	1,8%	2	0,4%	494	100,0%



As que não se sentem com os direitos respeitados afirmam que já sentiram algum preconceito, que a opinião não é respeitada, ou ainda por causa da cultura machista.

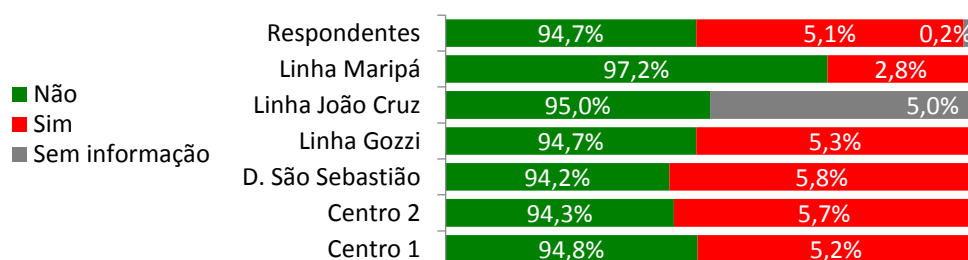
Outros comentários foram feitos, mas não foram considerados pertinentes ao contexto da pergunta.

- **As mulheres e as violências** – *Alguma mulher desta residência já sofreu algumas das violências citadas abaixo?*

Violência Física

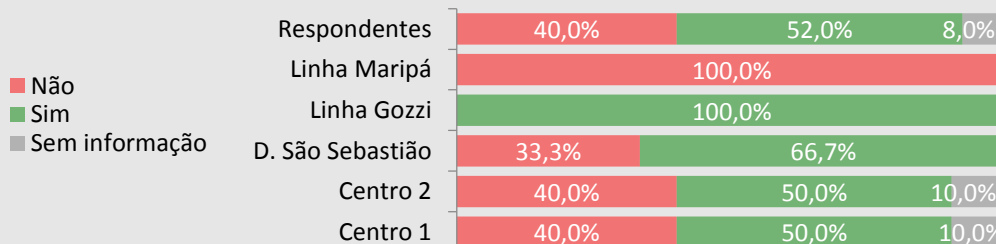
A violência física foi citada em 5,1% das entrevistas, sendo mais grave na região Centro 1, Centro 2, e distrito São Sebastião.

Região Geográfica	Não		Sim		Sem informação		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Centro 1	181	94,8%	10	5,2%		0,0%	191	100,0%
Centro 2	166	94,3%	10	5,7%		0,0%	176	100,0%
D. São Sebastião	49	94,2%	3	5,8%		0,0%	52	100,0%
Linha Gozzi	18	94,7%	1	5,3%		0,0%	19	100,0%
Linha João Cruz	19	95,0%		0,0%	1	5,0%	20	100,0%
Linha Maripá	35	97,2%	1	2,8%		0,0%	36	100,0%
Respondentes	468	94,7%	25	5,1%	1	0,2%	494	100,0%



Das que sofrem violência, 52,0% denunciou, o restante permaneceu sem denunciar.

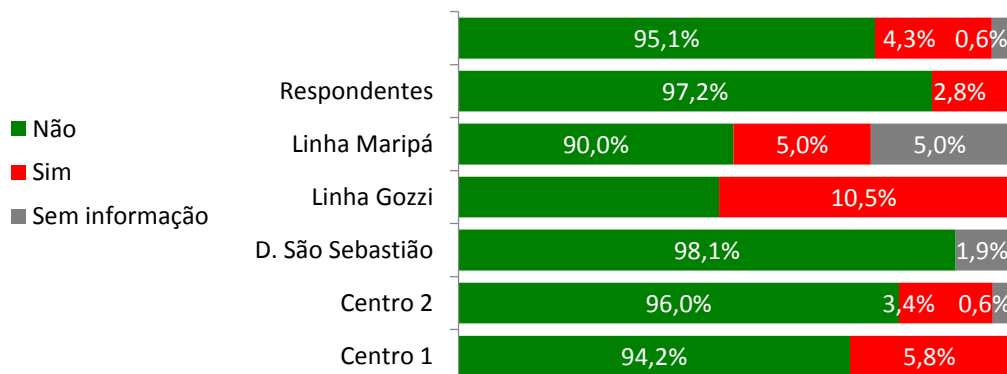
Região Geográfica	Não		Sim		Sem informação		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Centro 1	4	40,0%	5	50,0%	1	10,0%	10	100,0%
Centro 2	4	40,0%	5	50,0%	1	10,0%	10	100,0%
D. São Sebastião	1	33,3%	2	66,7%		0,0%	3	100,0%
Linha Gozzi		0,0%	1	100,0%		0,0%	1	100,0%
Linha Maripá	1	100,0%		0,0%		0,0%	1	100,0%
Respondentes	10	40,0%	13	52,0%	2	8,0%	25	100,0%



Violência psicológica

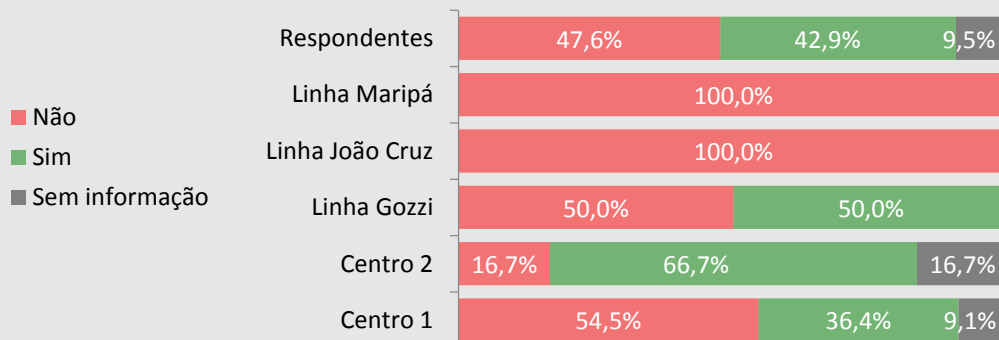
A violência psicológica foi declarada por 4,3% das entrevistas.

Região Geográfica	Não		Sim		Sem informação		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Centro 1	180	94,2%	11	5,8%		0,0%	191	100,0%
Centro 2	169	96,0%	6	3,4%	1	0,6%	176	100,0%
D. São Sebastião	51	98,1%		0,0%	1	1,9%	52	100,0%
Linha Gozzi	17	89,5%	2	10,5%		0,0%	19	100,0%
Linha João Cruz	18	90,0%	1	5,0%	1	5,0%	20	100,0%
Linha Maripá	35	97,2%	1	2,8%		0,0%	36	100,0%
Respondentes	470	95,1%	21	4,3%	3	0,6%	494	100,0%



Das que sofrem violência, 42,9% denunciou, e um percentual maior (47,6%) não denunciou.

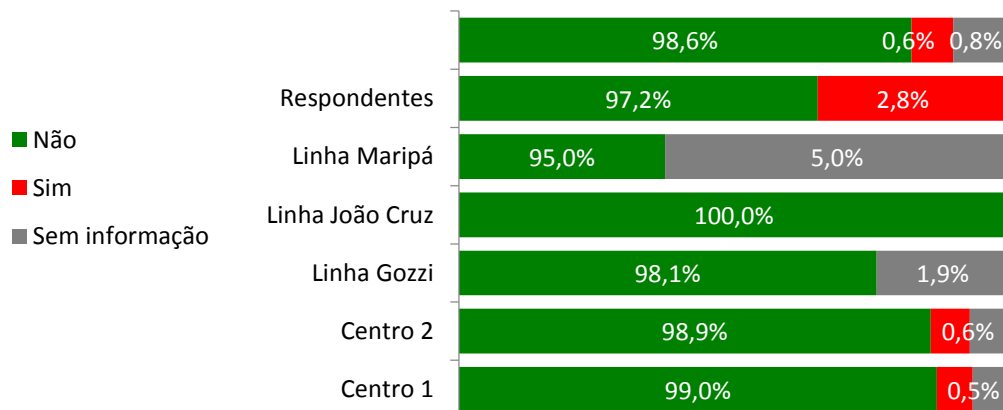
Região Geográfica	Não		Sim		Sem informação		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Centro 1	6	54,5%	4	36,4%	1	9,1%	11	100,0%
Centro 2	1	16,7%	4	66,7%	1	16,7%	6	100,0%
Linha Gozzi	1	50,0%	1	50,0%		0,0%	2	100,0%
Linha João Cruz	1	100,0%		0,0%		0,0%	1	100,0%
Linha Maripá	1	100,0%		0,0%		0,0%	1	100,0%
Respondentes	10	47,6%	9	42,9%	2	9,5%	21	100,0%



Violência sexual

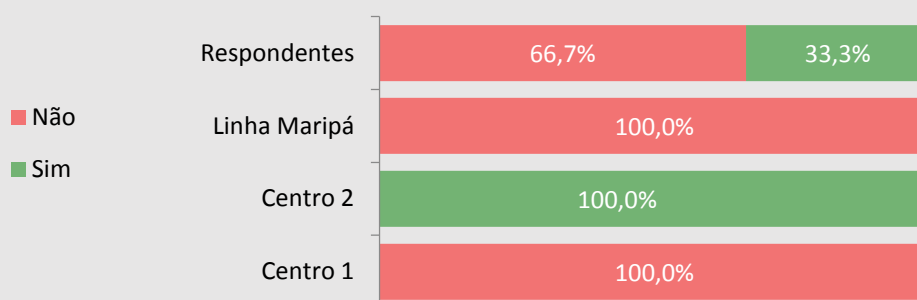
A violência sexual foi declarada por 0,6% das entrevistadas.

Região Geográfica	Não		Sim		Sem informação		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Centro 1	189	99,0%	1	0,5%	1	0,5%	191	100,0%
Centro 2	174	98,9%	1	0,6%	1	0,6%	176	100,0%
D. São Sebastião	51	98,1%		0,0%	1	1,9%	52	100,0%
Linha Gozzi	19	100,0%		0,0%		0,0%	19	100,0%
Linha João Cruz	19	95,0%		0,0%	1	5,0%	20	100,0%
Linha Maripá	35	97,2%	1	2,8%		0,0%	36	100,0%
Respondentes	487	98,6%	3	0,6%	4	0,8%	494	100,0%



Das 3 entrevistadas que sofrem violência, 2 não denunciaram (66,7%).

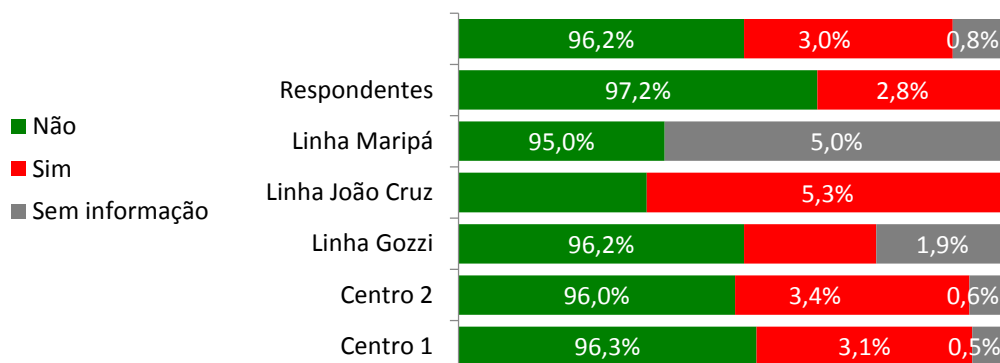
Região Geográfica	Não		Sim		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Centro 1	1	100,0%		0,0%	1	100,0%
Centro 2		0,0%	1	100,0%	1	100,0%
Linha Maripá	1	100,0%		0,0%	1	100,0%
Respondentes	2	66,7%	1	33,3%	3	100,0%



Violência moral

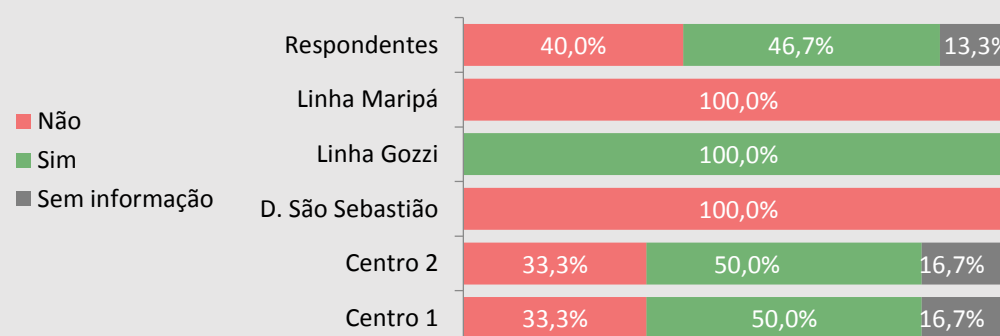
A violência moral foi citada em 3,0% das entrevistas.

Região Geográfica	Não		Sim		Sem informação		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Centro 1	184	96,3%	6	3,1%	1	0,5%	191	100,0%
Centro 2	169	96,0%	6	3,4%	1	0,6%	176	100,0%
D. São Sebastião	50	96,2%	1	1,9%	1	1,9%	52	100,0%
Linha Gozzi	18	94,7%	1	5,3%		0,0%	19	100,0%
Linha João Cruz	19	95,0%		0,0%	1	5,0%	20	100,0%
Linha Maripá	35	97,2%	1	2,8%		0,0%	36	100,0%
Respondentes	475	96,2%	15	3,0%	4	0,8%	494	100,0%



Das que sofrem violência, 46,7% denunciou.

Região Geográfica	Não		Sim		Sem informação		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Centro 1	2	33,3%	3	50,0%	1	16,7%	6	100,0%
Centro 2	2	33,3%	3	50,0%	1	16,7%	6	100,0%
D. São Sebastião	1	100,0%		0,0%		0,0%	1	100,0%
Linha Gozzi		0,0%	1	100,0%		0,0%	1	100,0%
Linha Maripá	1	100,0%		0,0%		0,0%	1	100,0%
Respondentes	6	40,0%	7	46,7%	2	13,3%	15	100,0%

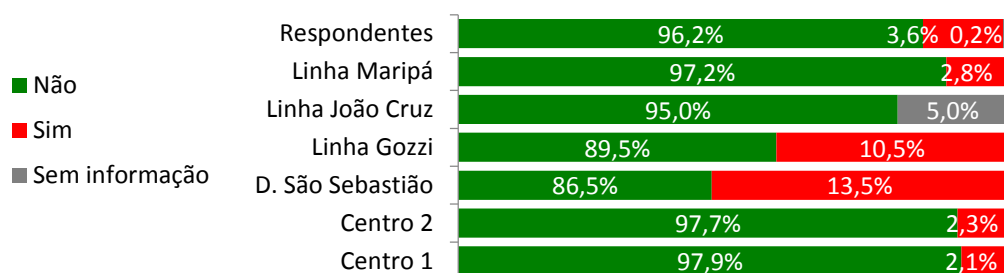


O que chama a atenção nas informações de violência contra a mulher é que independentemente do tipo de violência, a denúncia em aproximadamente 50% dos casos nunca é realizada.

- **As mulheres e o pré-conceito** – *Alguma mulher desta residência já teve algo negado somente pelo fato de ser mulher (vaga de emprego, por exemplo)?*

O preconceito é citado em 3,6% das entrevistas. E quando perguntado para citar onde sofreu o preconceito, a maioria fala na questão do emprego (7 mulheres). Sendo que uma entrevista afirma que foi mandada embora, e menciona que na demissão o motivo alegado é que a vaga se adequava mais a homens. Outras três entrevistas informaram os seguintes preconceitos: por viajar sozinha; afastamento para maternidade; e o salário menor.

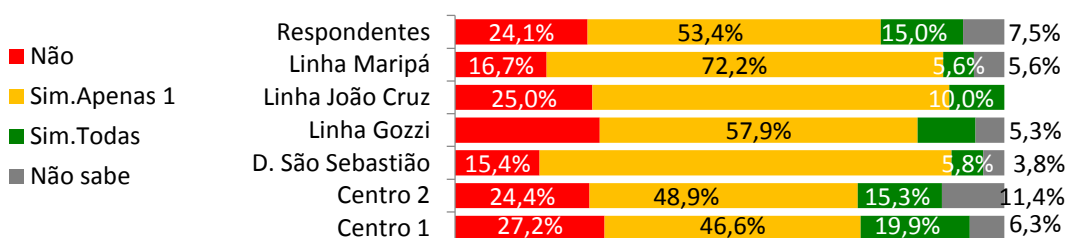
Região Geográfica	Não		Sim		Sem informação		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Centro 1	187	97,9%	4	2,1%		0,0%	191	100,0%
Centro 2	172	97,7%	4	2,3%		0,0%	176	100,0%
D. São Sebastião	45	86,5%	7	13,5%		0,0%	52	100,0%
Linha Gozzi	17	89,5%	2	10,5%		0,0%	19	100,0%
Linha João Cruz	19	95,0%		0,0%	1	5,0%	20	100,0%
Linha Maripá	35	97,2%	1	2,8%		0,0%	36	100,0%
Respondentes	475	96,2%	18	3,6%	1	0,2%	494	100,0%



- **As mulheres e o acesso à saúde** – *As mulheres desta casa frequentam regularmente ginecologistas?*

24,1% das entrevistas afirmam que as mulheres da família não vão ao ginecologista.

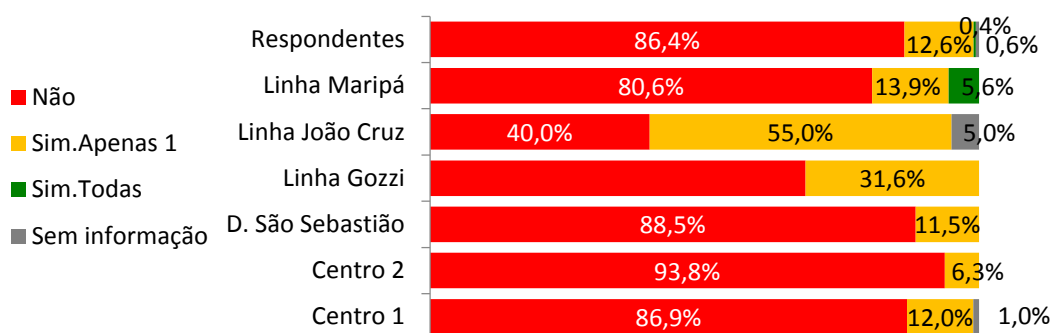
Região Geográfica	Não		Sim. Apenas 1		Sim. Todas		Não sabe		Sem informação		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Centro 1	52	27,2%	89	46,6%	38	19,9%	8	4,2%	4	2,1%	191	100,0%
Centro 2	43	24,4%	86	48,9%	27	15,3%	18	10,2%	2	1,1%	176	100,0%
D. São Sebastião	8	15,4%	39	75,0%	3	5,8%	1	1,9%	1	1,9%	52	100,0%
Linha Gozzi	5	26,3%	11	57,9%	2	10,5%		0,0%	1	5,3%	19	100,0%
Linha João Cruz	5	25,0%	13	65,0%	2	10,0%		0,0%		0,0%	20	100,0%
Linha Maripá	6	16,7%	26	72,2%	2	5,6%	2	5,6%		0,0%	36	100,0%
Respondentes	119	24,1%	264	53,4%	74	15,0%	29	5,9%	8	1,6%	494	100,0%



- **As mulheres e os programas do governo** – *As mulheres desta casa frequentam programa voltado às mulheres?*

Em torno de 12% das entrevistas afirmaram que as mulheres participam de programas voltados a elas.

Região Geográfica	Não		Sim. Apenas 1		Sim. Todas		Sem informação		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Centro 1	166	86,9%	23	12,0%		0,0%	2	1,0%	191	100,0%
Centro 2	165	93,8%	11	6,3%		0,0%		0,0%	176	100,0%
D. São Sebastião	46	88,5%	6	11,5%		0,0%		0,0%	52	100,0%
Linha Gozzi	13	68,4%	6	31,6%		0,0%		0,0%	19	100,0%
Linha João Cruz	8	40,0%	11	55,0%		0,0%	1	5,0%	20	100,0%
Linha Maripá	29	80,6%	5	13,9%	2	5,6%		0,0%	36	100,0%
Respondentes	427	86,4%	62	12,6%	2	0,4%	3	0,6%	494	100,0%



- **Sugestões** – *O que o município poderia fazer para melhorar a qualidade de vida das mulheres em Ouro Verde do Oeste?*

A principal reivindicação das mulheres é a questão de emprego, que a prefeitura poderia ajudar na conscientização da sociedade que ainda é muito machista e prefere empregar homens, ou designa alguns trabalhos como sendo apenas para homens.

Resposta	Quant.	(%)
Emprego	109	22,6%
Cursos profissionalizantes	59	12,2%
Melhorar a saúde / Socorro médico inacessível	52	10,8%
Médico especialista	46	9,5%
Áreas de lazer	11	2,3%
Melhorar as estradas	9	1,9%
Melhorar a segurança pública	8	1,7%
Clube de mães	7	1,4%
Programas voltados as mulheres	5	1,0%
Melhorar transporte público	4	0,8%
Financiamento da casa própria e/ou Conj. habitacionais	3	0,6%
Melhorar atendimento no posto	3	0,6%
Duas citações*	12	2,5%
Uma citação**	6	1,2%
Sem resposta	149	30,8%
Total	483	100,0%

***Comentários com duas citações -**

Atividades em grupo (piscina de hidroginástica); Clínica da mulher; Creche; cursos de costura, pintura e artesanato; Justiça para as mulheres, melhor atendimento policial; mais remédios no posto de saúde.

****Comentários com uma citação -**

Agendamento de exames com mais rapidez; Antena para sinal de celular; Melhorar acessibilidade dos equipamentos públicos; Muito preconceito/machismo; Saúde preventiva; Socorro médico inacessível.

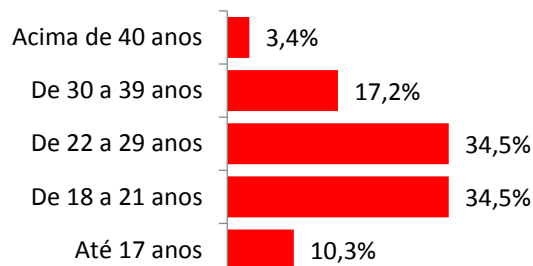
7.3 REDE DE ATENDIMENTO

- Secretaria de Saúde – “Projeto mãe que cuida”**

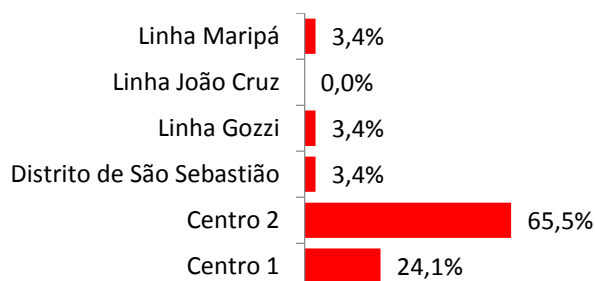
Esse projeto é voltado à prevenção e promoção a saúde com orientações sobre o período gestacional das mulheres. E a maioria 48,3% não tem o Fundamental completo.

A faixa etária é de 18 a 29 anos (69,0%), 65,5% são da Região do Centro 2

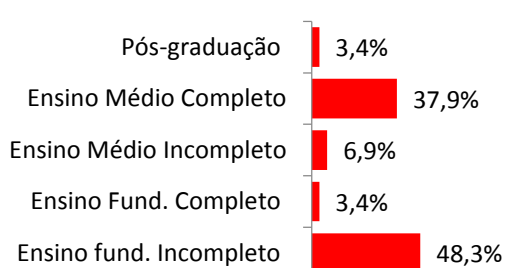
Faixa etária	Quant.	%
Até 17 anos	3	10,3%
De 18 a 21 anos	10	34,5%
De 22 a 29 anos	10	34,5%
De 30 a 39 anos	5	17,2%
40 anos ou mais	1	3,4%
Total de atendimentos	29	100,0%



Região Geográfica	Quant.	%
Centro 1	7	24,1%
Centro 2	19	65,5%
Distrito de São Sebastião	1	3,4%
Linha Gozzi	1	3,4%
Linha João Cruz	0	0,0%
Linha Maripá	1	3,4%
Total de atendimentos	29	100,0%



Escolaridade	Quant.	%
Ensino fund. Incompleto	14	48,3%
Ensino Fund. Completo	1	3,4%
Ensino Médio Incompleto	2	6,9%
Ensino Médio Completo	11	37,9%
Pós-graduação	1	3,4%
Total de atendimentos	29	100,0%



- Clube de mães**

O município tem uma Associação de Clube de Mães no município e presença de Associações de Clubes de Mães em quase todas as linhas.

Nome	Bairro
Clube de Mães Água Viva	Linha João Cruz
Clube de Mães Novo Milênio	Linha Gozzi
Clube de Mães Sagrado Coração de Jesus	Linha João Gomes
Clube de Mães Linha Maripá	Linha Maripá
Clube de Mães Sagrado Coração de Jesus	Linha João Gomes
Clube de Mães Ouro Verde do Oeste	Centro

7.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS – MULHERES

Ao analisarmos os indicadores levantados, verificamos como se encontra a situação das mulheres em Ouro Verde do Oeste e a necessidade de fortalecermos ações que privilegiam mulheres em políticas mais abrangentes e ampliem o debate sobre gênero no Município.

Nas entrevistas, 97% das mulheres tem a percepção de que seus direitos são respeitados, estatisticamente o número é surpreendente, porém se observarmos outros indicadores como o de acesso a saúde feminina e os aspectos relacionados a violência, esse percentual se contradiz, demonstrando que, nem sempre a resposta dada a essa pergunta, reflete a realidade. Fato que se revela nos dados aferidos na pesquisa, onde a situação do emprego e da violência, merecem destaque na análise, sendo questões fundamentais e exigem um olhar mais atento da sociedade como um todo.

Especificamente nos indicadores de violência, afirmaram ter sofrido violência psicológica 4,3% das mulheres e violência física, 5,1%, sendo que em todos os casos de violência, metade das mulheres não denunciou. Apesar dos índices serem pequenos, devemos lembrar toda a questão do preconceito e constrangimento na afirmação de tal fato que rodeia a problemática da violência contra a mulher, número que pode ser bem maior que o apresentado.

Cabe destacar neste ponto que, embora supostamente a mulher esteja hoje mais protegida legalmente – Lei Maria da Penha, a maioria delas em pesquisas nacionais sobre violência doméstica, não confiam nas pessoas responsáveis por fazer cumprir a lei e, decorrentemente, proteger a mulher agredida, assim a Lei Maria da Penha deixa de ser aplicada em virtude do comportamento das próprias vítimas, que resistem a denunciar seus agressores e, na grande maioria, está fora das estatísticas nacionais.

O pesquisador Danilo Cymrot (2011), publicou um artigo no Instituto Avante Brasil, sistematizando alguns resultados de pesquisas sobre a Lei Maria da Penha, elencou fatores que foram mencionados pelos entrevistados como motivadores da passividade feminina frente ao problema da violência, são eles:

1. medo do agressor;
 2. dependência financeira em relação ao agressor;
 3. dependência afetiva em relação ao agressor;
 4. não conhecer os seus direitos;
-

5. não ter onde denunciar;
6. percepção de que nada acontece com o agressor quando denunciado.

Percebemos nesta sistematização, que certas ações podem minimizar tais fatores, estão diretamente ligadas ao Poder Público, tornando a intervenção deste imprescindível. Ações estas que devem ir muito além da criação de uma única “Coordenadoria ou Departamento para a Mulher”, devem, no portanto, ampliar a ideia de uma política para mulheres em todas as secretarias, departamentos e setores das instituições públicas municipais, para não localizarmos os serviços em um único espaço físico e com atribuições de algumas poucas pessoas no serviço público: o trabalho de conscientização social e um trabalho em rede, são essenciais para aniquilar fatores risco às mulheres e a passividade das mesmas.

Nesse recorte, precisamos observar que o principal objetivo de uma política para as mulheres, é promover a igualdade entre homens e mulheres e combater todas as formas de preconceito e discriminação herdadas de uma sociedade patriarcal e excludente. Buscar uma sociedade mais igualitária na questão de gêneros, e uma inclusão no processo de desenvolvimento social para as mulheres, passa por mudanças de paradigmas institucionais, que devem ser iniciadas dentro das repartições públicas, entendendo essas como agentes catalisadores na promoção da igualdade entre gêneros, uma vez que pesquisas na área demonstram que as mulheres reconhecem ações desenvolvidas para elas pelas secretarias diversas, através de ações simples como o respeito no atendimento.

Com isso, um trabalho efetivo de conscientização dos servidores públicos, a co-responsabilidade de todos os secretários municipais e diretores de departamento, bem como o trabalho em rede, são ações que devem alicerçar a construção de uma política para mulheres.

Outro ponto fundamental é a criação de um Conselho Municipal de Política para as Mulheres, que trará a verdadeira participação da sociedade e fará cumprir o essencial “controle social” das ações institucionais, agindo diretamente na criação dos mecanismos iniciais e fomentando ações que refletem essencialmente aspectos da sociedade local. Tal Conselho instituído, terá como dever fundamental, a criação de um plano para a política municipal das mulheres, este, com participação social, ganha legitimidade, se faz presente na estrutura e nos organismos municipais e garante a vinda de recursos dos Governos Federal e Estadual, possibilitando o incremento de ações para as diversas Políticas Públicas voltadas à mulher.

Cabe salientar, frente a análise deste diagnóstico, algumas ações que certamente irão de encontro com os anseios das mulheres, no entanto, cabe fixar alguns objetivos que precisam estar bem definidos no momento em que o Município busque estruturar suas políticas e devendo permear todo o processo, quais sejam:

- Assegurar no Município a elaboração de políticas que possam atender às demandas e necessidades das mulheres, garantindo emancipação econômica, social e política;
- Implementar no Município uma nova forma de fazer política pública na qual não pertença apenas ao organismo de políticas para as mulheres promover a igualdade de gênero, mas assegurar a intersectorialidade e a transversalidade das políticas de gênero, em todo o conjunto executor de políticas no Município;
- Assegurar espaços de avaliação, monitoramento e controle social das políticas desenvolvidas, com efetiva participação da sociedade civil e dos movimentos sociais;
- Assegurar instrumentos e organismos de implementação das políticas de modo a dar efetividade às demandas apresentadas, inclusive criando registro de dados, com os devidos cuidados em relação à privacidade em casos específicos, para que o Município construa uma série histórica.

Ainda, na esfera federal, encontramos a atuação da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, que se desdobra em três linhas principais de ação: 1 - Políticas do Trabalho e da Autonomia Econômica das Mulheres; 2 - Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; e 3 - Programas e Ações nas áreas de Saúde, Educação, Cultura, Participação Política, Igualdade de Gênero e Diversidade. Conhecer tais linhas se torna essencial quando se propõem a desenhar uma política municipal, visto que tal visão nos respalda desde o planejamento até a adesão as linhas de financiamento do Governo Federal.

1. Capacitação para o Trabalho e Inclusão Produtiva

Analisando a questão sob uma perspectiva de gênero, constata-se que, no mundo do trabalho, as mulheres continuam numa situação de desvantagem em relação ao sexo masculino e em Ouro Verde do Oeste esta realidade não é diferente.

Observamos que no indicador “índice de mulheres responsáveis” o município apresenta 26,7% de mulheres como responsáveis pelo domicílio, índice que chega a 36% na região Centro 2,

questão que não pode ser descartada no planejamento municipal por interferir diretamente em aspectos econômicos e sociais.

Diante desta conjuntura, reconhecemos que o Município deve investir em ações locais de formação para o trabalho e campanhas diversas de conscientização junto aos empresários da indústria e do comércio, valorizando a mão-de-obra feminina com isonomia.

Nessa perspectiva, poderíamos desenvolver projetos de formação profissional e de fortalecimento e apoio às mulheres, com vistas à promoção de alternativas de trabalho e de geração de renda que poderiam ser desenvolvidos junto aos Clubes de Mães, pois a conquista de autonomia econômica constitui-se pré-requisito para a valorização das mulheres e sua maior visibilidade social.

Linhas de Ação:

- Promoção da inserção e da permanência das mulheres em relações formais de trabalho não discriminatórias em razão de sexo, origem, raça, etnia, classe social, idade;
- Promoção da autonomia econômica das mulheres por meio da assistência técnica e extensão rural, do acesso ao crédito e do apoio ao empreendedorismo, ao associativismo, ao cooperativismo e à comercialização, com fomento a práticas de economia solidária;
- Ampliação da oferta de equipamentos públicos e de políticas que favoreçam o aumento do tempo disponível das mulheres, promovendo a sua autonomia, inclusive para a sua inserção no mercado de trabalho;
- Estímulo à capacitação profissional de mulheres e a sua inserção em ocupações que não reforcem a divisão sexual do trabalho;
- Estímulo à participação das mulheres nos programas e iniciativas de capacitação profissional, voltados especialmente para o ensino técnico profissionalizante.

2. Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra a Mulher

A violência contra a mulher é um problema social de grandes proporções no Brasil e no mundo, constituindo-se em uma das principais formas de violação dos seus direitos humanos. Pesquisa realizada no ano de 2010 pela Fundação Perseu Abramo apontou que uma em cada cinco mulheres (18%) consideram ter sofrido alguma vez “algum tipo de violência de parte de algum homem, conhecido ou desconhecido”.

Um grande desafio para o poder público é o enfrentamento da violência contra as mulheres, em suas diferentes formas de expressão, variando do assédio moral e da violência psicológica até as manifestações extremas da agressão física e sexual.

As informações disponíveis atestam que a violência contra a mulher é um fenômeno transversal, que atinge mulheres de diferentes classes sociais, origens, regiões, estados civis, escolaridades ou raças. Tal questão isolada do contexto já mencionado, já justificaria a adoção de políticas de caráter universal, acessíveis a todas as mulheres, que englobem as diferentes modalidades pelas quais ela se expressa.

Linhas de Ação:

- Garantir a implementação e aplicabilidade da Lei Maria da Penha, por meio de difusão da lei e do fortalecimento dos instrumentos de proteção dos direitos das mulheres em situação de violência;
- Ampliar e fortalecer os serviços especializados, integrar e articular os serviços e as instituições de atendimento a todas as mulheres em situação de violência;
- Prestar atendimento às mulheres que têm seus direitos humanos e sexuais violados, garantindo os direitos sexuais e os direitos reprodutivos na perspectiva da autonomia das mulheres sobre seu corpo e sobre sua sexualidade;
- Garantir a inserção das mulheres em situação de violência nos programas sociais nas esferas municipal, estadual e federal, de forma a fomentar sua independência e autonomia;
- Capacitar todos os envolvidos nos atendimentos a mulher de forma a garantir seus direitos de atendimento público de qualidade com integridade psicológica.

3. Programas e Ações nas áreas de Saúde, Educação, Cultura, Participação Política, Igualdade de Gênero e Diversidade

Não se pode ignorar que o protagonismo das mulheres na construção de um projeto de sociedade justa, fraterna, democrática, equânime, tem tornado pública a necessidade de inclusão das perspectivas de gênero em todas as políticas públicas, com isso o fortalecimento dos direitos das mulheres, no campo da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos com a participação em instâncias consultivas e/ou de controle social, se tornam sobremaneira indispensáveis neste contexto, sobretudo quando falamos da transversalidade na questão da política para mulheres.

O diagnóstico nos mostrou que 86,4% das mulheres não participam de nenhum programa social, esse indicador porém não nos revela um panorama positivo, visto que 48% destas não tem o ensino fundamental completo e 24% não vão ao ginecologista, mulheres que poderiam estar integradas aos programas públicos reduzindo tais indicadores e produzindo alterações sociais consideráveis.

Linhas de Ação:

- Apoio à atualização das políticas para mulheres, através de encontros com instituições acadêmicas, organizações científicas e de classe, entidades que atuam no campo da saúde da mulher, assim como encontros regionais de forma a trocar experiências exitosas na área;
- Divulgação dos direitos das mulheres em campanhas educativas com secretarias parceiras e com poder de mobilização;
- Educação para igualdade e cidadania, com destaque para uma educação inclusiva e que dê ênfase aos grupos de baixa escolaridade, priorizando creches e escolas de tempo integral como forma de atendimento as demandas das crianças e mães;
- Fortalecer a Política Nacional de Saúde Integral da População do Campo e da Floresta, acompanhando a situação da saúde das populações do campo, da floresta e das águas, nas questões da saúde da mulher;
- Implementar as ações de humanização do atendimento no campo da Saúde e justiça no Programa Mulher Viver sem Violência com base nas diretrizes do Governo Federal;
- Instituir programas a exemplo dos conceitos da Rede Cegonha e utilização dos vídeos e materiais sobre as ações de enfrentamento pela Redução da Mortalidade Materna;
- Promoção, conjuntamente com o Sistema de Saúde do Município, campanhas de prevenção e do controle das doenças sexualmente transmissíveis, da infecção pelo HIV/AIDS e Hepatites Virais nas mulheres;
- Desenvolvimento de campanhas de implementação da saúde sexual e reprodutiva, no âmbito da atenção integral à saúde da mulher, com atenção a suas fases, especialmente a adolescente a mulher idosa;

Por fim, é fundamental que os direitos humanos sejam afirmados através de políticas públicas universais, mas também através de políticas específicas, como as políticas para mulheres,

que promovam o direito dos grupos tradicionalmente excluídos, que as ações se consolidam. Em Fleury (1999), vemos a afirmação de que a cidadania requer uma participação ativa na comunidade política, para a autora, a cidadania é a mediação que dá organicidade à relação entre poder público e a sociedade, na medida em que, se repudia algum aspecto dessa estrutura social atual, fazendo com que haja mobilização de um conjunto de indivíduos representativos, assegurando-lhe a legitimidade de luta pela causa.

A escassez de medidas políticas desenvolvidas pelas instituições públicas destinadas às mulheres, o difícil acesso à educação e aos recursos econômicos e a participação no processo de tomada de decisões, condicionam cada vez mais um grupo de mulheres aos extratos mais pobres e diminui ainda mais suas chances de inclusão e participação cidadã.

Há necessidade de se desenvolver políticas nos Municípios que não sejam cegas às diferenças e que ajam no sentido de superar desigualdades injustas reproduzidas de maneira sistêmica, que continua baseada em um forte apego as ações produzidas no espaço do poder público.

Para as mulheres a educação, o acesso à saúde, a percepção de ser notada como cidadã digna de receber seus direitos e ser ouvida apresentam-se como instrumentos de emancipação, ou pelo menos como ferramentas para um possível rompimento com preconceitos estruturados socialmente.

Percebemos na elaboração deste diagnóstico que o discurso governamental não deve desconsiderar um fator muito importante para a execução de suas políticas que é a participação proativa da sociedade nos mecanismos de controle social. Temos em nossas mãos a grande chance de iniciarmos a implementação de políticas públicas para as mulheres no município de Ouro Verde do Oeste, pautados nas políticas nacionais e estaduais, Plano Nacional e Estadual de Políticas para Mulheres, e especialmente na realidade de cada cidadã ouro-verdense.

8. DIAGNÓSTICO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Com o objetivo de aproximar o poder público e a sociedade civil da realidade das comunidades onde as crianças e os adolescentes estão inseridas, Ouro Verde do Oeste realiza seu primeiro Diagnóstico da Criança e do Adolescente, baseado em levantamentos de dados secundários, primários e de pesquisa de percepção com adolescentes.

O Diagnóstico é uma ferramenta para acompanhar a evolução de indicadores sociais referentes aos direitos fundamentais do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA):



Toda a análise será dividida em blocos referentes a cada direito da criança, que apresenta indicadores sociais coletados em duas pesquisas descritas abaixo:

- A "Pesquisa Documental" traz dados disponibilizados por instituições públicas como a Secretaria Municipal e Estadual de Educação, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Esportes, o Conselho Tutelar, e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além dos dados de instituições ou programas não governamentais que atendem crianças e adolescentes no município. Trata-se de informações sobre o contexto socioeconômico das crianças e dos adolescentes, bem como dados sobre violações de seus direitos estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.
- Pesquisa de Campo, aplicada aos adolescentes com idade de 14 a 17 anos, que responderam questões sobre convivência familiar, drogas, sexo e percepção do futuro. Essa

pesquisa foi aplicada em locais públicos, como escolas e praças, para que os adolescentes tivessem total liberdade para responder as questões.

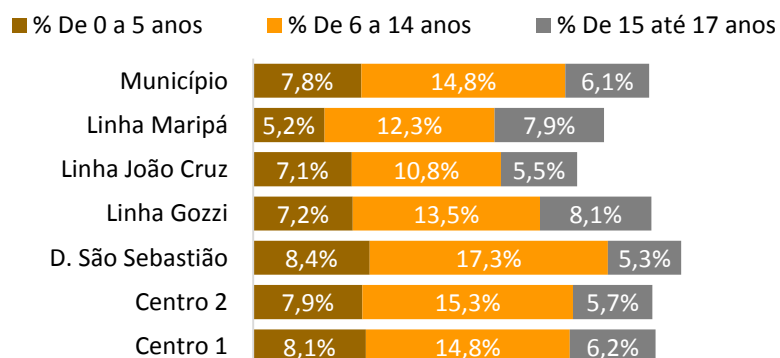
8.1 INFORMAÇÕES GERAIS

Indicador	<i>Índice de Crianças e Adolescentes</i>
Definição	<i>Razão entre as faixas etárias e população residente total</i>

A população de Ouro Verde do Oeste tem 28,7% de adolescentes, sendo a maior concentração no Distrito São Sebastião, no qual 31,0% da população tem de 0 a 17 anos, acima dos padrões do Brasil e do Estado do Paraná.

Região Geográfica	% De 0 a 5 anos	% De 6 a 14 anos	% De 15 até 17 anos	% De 0 a 17 anos
Centro 1	8,1%	14,8%	6,2%	29,1%
Centro 2	7,9%	15,3%	5,7%	28,9%
D. São Sebastião	8,4%	17,3%	5,3%	31,0%
Linha Gozzi	7,2%	13,5%	8,1%	28,8%
Linha João Cruz	7,1%	10,8%	5,5%	23,4%
Linha Maripá	5,2%	12,3%	7,9%	25,4%
Município	7,8%	14,8%	6,1%	28,7%
Município	445	840	345	1.630

Fonte: IBGE 2010



% da Pop. De 0 a 17 anos	
Brasil:	29,5%
Paraná:	28,3%

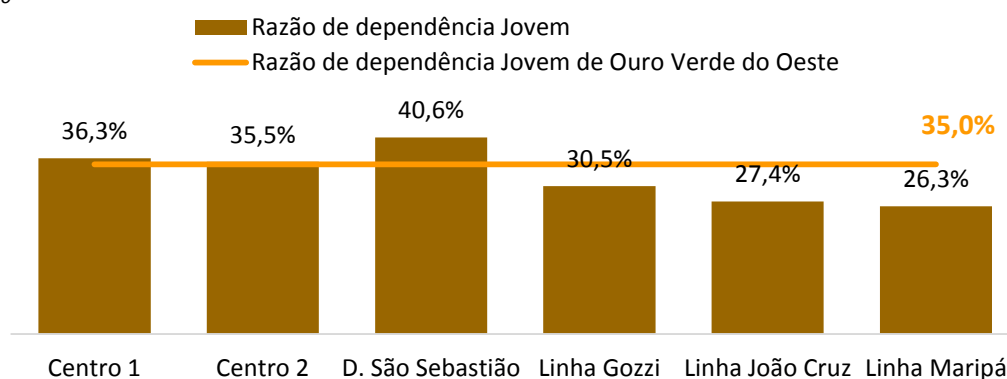
Indicador	<i>Razão de Dependência Jovem</i>
Definição	<i>Razão entre a população residente de 0 a 14 anos de idade considerada inativa, sobre a população residente de 15 a 59 anos de idade potencialmente ativa</i>

O Distrito de São Sebastião tem a maior Razão de Dependência Jovem (40,6%), acima dos padrões do Paraná (34,7%) e acima do Brasil (37,0%).

Região Geográfica	De 0 a 14 anos	De 15 a 59 anos	Razão de dependência Jovem
Centro 1	450	1.241	36,3%
Centro 2	452	1.272	35,5%
D. São Sebastião	189	466	40,6%
Linha Gozzi	72	236	30,5%
Linha João Cruz	78	285	27,4%
Linha Maripá	44	167	26,3%
Município	1.285	3.667	35,0%

Fonte: IBGE 2010

Razão de Dependência Jovem	
Brasil:	37,0%
Paraná:	34,7%



8.2 DIREITO A “VIDA E SAÚDE”

Nesta seção de “Vida e Saúde” serão apresentados indicadores que caracterizam os domicílios que os adolescentes de Ouro Verde do Oeste vivem e também dados de mortalidade e outros enviados pela Secretaria de Saúde de Ouro Verde do Oeste.

Indicador	<i>Mortalidade Infantil</i>
Definição	<i>Total de óbitos de crianças menores de um ano de idade</i>

Os dados de mortalidade mostram 2 mortes infantis, contudo em um universo muito pequeno de nascidos vivos, o que gerou uma taxa altíssima de mortalidade, 54,1 mortes por 1.000 nascidos vivos.

Unidade Geográfica	Total de óbitos de menores de 1 anos	Total de Nascidos Vivos	Taxa (1.000 Mortalidade Vivos)
Município	2	37	54,1

Fonte: DATASUS/SINASC/SIM 2014

Taxa de Mortalidade Infantil	
Brasil:	14,4
Paraná:	10,9

Indicador	Taxa de natalidade
Definição	Nascidos vivos por mil habitantes

A taxa de natalidade surpreende, pois é bem baixa no município, de apenas 1 dígito, 6,5 nascidos a cada mil habitantes. As taxas do Brasil e do Paraná é de aproximadamente 14,0.

Unidade Geográfica	Nascidos Vivos	População Total	Taxa (1.000 hab.)
Município	37	5.686	6,5

Fonte: DATASUS/SINASC/SIM 2013

Taxa de Natalidade	
Brasil:	14,5
Paraná:	14,9

Indicador	Gravidez na adolescência
Definição	Percentual de mulheres residentes com idade de 12 a 17 anos, que tiveram filhos nascidos vivos

O número de gravidez na adolescência de Ouro Verde do Oeste é bem baixo, 1,2%. No Brasil, segundo o DATASUS esse percentual é de 3,3%, mas com base na população de grávidas de 10 a 19 anos.

Unidade Geográfica	Gravidez de Mulheres de 12 a 17 anos	População de Mulheres de 12 a 17 anos	(%)
Município	4	336	1,2%

Fonte: DATASUS/SINASC/SIM 2013

% de Gravidez em Mulheres de 10 a 19 anos	
Brasil:	3,3%
Paraná:	3,2%

Indicador	Baixo Peso ao Nascer
Definição	Percentual de nascidos vivos com peso inferior a 2,5 kg

O percentual de nascidos vivos com baixo peso segue o padrão nacional e estadual, em torno de 8,1% dos nascimentos.

Unidade Geográfica	Baixo Peso	Total de Nascidos Vivos	(%)
Município	3	37	8,1%

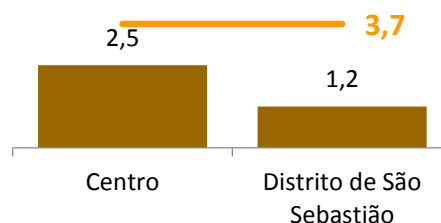
Fonte: DATASUS/SINASC/SIM 2013

% Baixo Peso ao Nascer	
Brasil:	8,5%
Paraná:	8,4%

Indicador	<i>Casos nos Conselhos Tutelares</i>
Definição	<i>Taxa de ocorrência de violação dos direitos à Vida e Saúde de crianças e adolescentes por mil habitantes desse grupo</i>

O município tem registrado 6 casos no Conselho Tutelar sobre violação do direito à vida e saúde, o que gera uma taxa de 3,7 por mil habitante, e os casos se referem a consumo de drogas e álcool.

Região	Casos	População de 0 a 17 anos	Taxa (1.000 hab)
Centro	4	1.630	2,5
Distrito de São Sebastião	2	1.630	1,2
Município	6	1.630	3,7



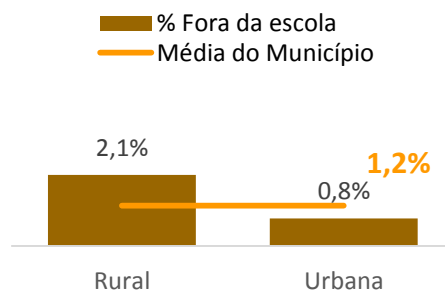
8.3 DIREITO A “EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER”

Indicador	<i>Crianças fora da escola</i>
Definição	<i>Percentual de crianças e ou adolescente com idade de 6 a 14 anos, que não frequentam a escola</i>

Ouro Verde do Oeste, segundo o IBGE 2010 tinha 1,2% das crianças entre 7 e 14 anos fora da escola. Um índice mais baixo que no Paraná (2,4%) e no Brasil (3,3%).

Zona	População de 6 a 14 anos		
	Total	Fora da escola	% Fora da escola
Rural	241	5	2,1%
Urbana	583	5	0,8%
Município	863	10	1,2%

Fonte: IBGE 2010



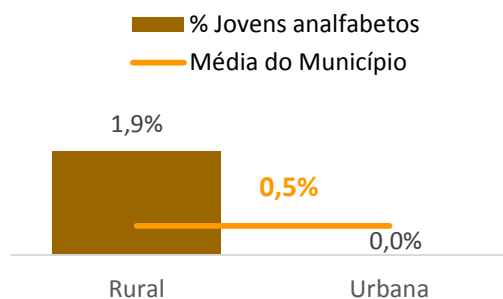
% População de 6 a 14 que NÃO Frequentam a Escola	
Brasil:	3,3%
Paraná:	2,4%

Indicador *Jovens não alfabetizados*
Definição *Percentual de crianças e ou adolescentes não alfabetizados, com idade de 10 a 17 anos*

Ouro Verde do Oeste, segundo o IBGE 2010 tinha 0,5% das crianças entre 10 e 17 analfabetos. Um índice mais baixo que no Paraná (1,1%) e no Brasil (3,3%).

Zona	População de 10 a 17 anos		
	Total	Não alfabetizados	% Jovens não alfabetizados
Rural	242	5	1,9%
Urbana	618	0	0,0%
Município	860	5	0,5%

Fonte: IBGE 2010


% População de 10 a 17 anos Analfabetos

Brasil: 3,3%

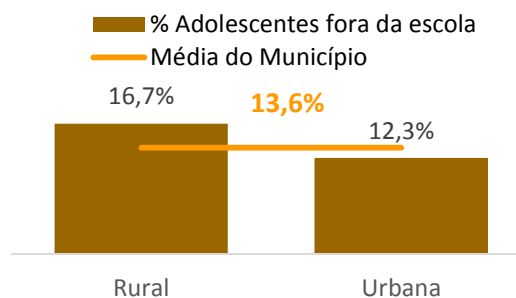
Paraná: 1,1%

Indicador *Adolescentes fora da escola*
Definição *Percentual de adolescentes com idade de 15 a 17 anos, que não frequentam a escola*

13,6% dos adolescentes não frequentavam a escola em 2010.

Zona	População de 15 a 17 anos		
	Total	Fora da escola	% Fora da escola
Rural	108	18	16,7%
Urbana	255	31	12,3%
Município	363	49	13,6%

Fonte: IBGE 2010


% População de 15 a 17 anos que NÃO Frequentam a Escola

Brasil: 16,7%

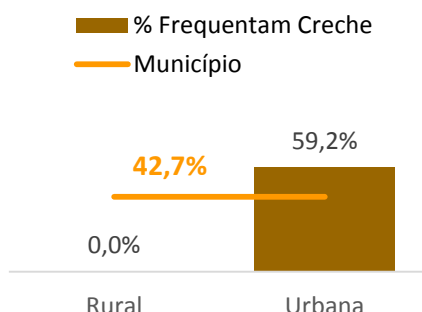
Paraná: 19,3%

Indicador *Demanda potencial de creche***Definição** *Percentual de crianças com idade de 0 a 3 anos que frequentam creche*

O percentual de crianças que frequenta a creche em Ouro Verde do Oeste, em 2010 era de apenas 42,7%.

Zona	População de 0 a 3 anos		
	Total	Frequentam Creche	% Frequentam Creche
Rural	78	0	0,0%
Urbana	201	119	59,2%
Município	279	119	42,7%

Fonte: Secretaria de Educação 2014

**% População de 0 a 3 anos que Frequentam a Escola**

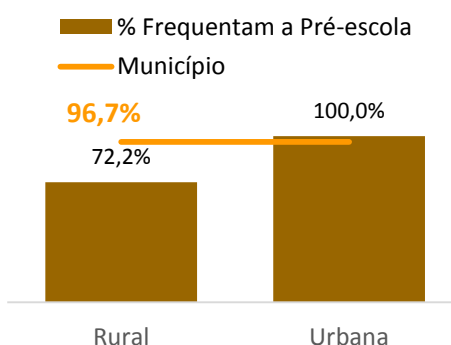
Brasil:	23,6%
Paraná:	26,2%

Indicador *Demanda potencial de Pré-Escola***Definição** *Percentual de crianças com idade de 4 a 5 anos que frequentam a Pré-Escola*

Em relação a pré-escola, o índice de crianças que frequentam é muito de 96,7%.

Zona	População de 4 a 5 anos		
	Total	Frequentam a Pré-escola	% Frequentam a Pré-escola
Rural	18	13	72,2%
Urbana	134	134	100,0%
Município	152	147	96,7%

Fonte: IBGE 2010

**% População de 4 a 5 anos que Frequentam a Escola**

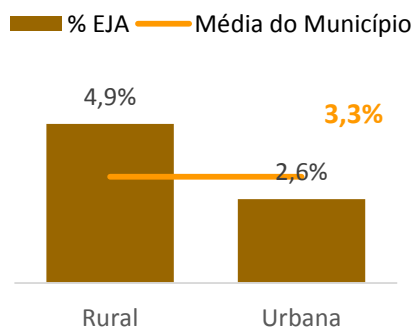
Brasil:	80,1%
Paraná:	73,3%

Indicador *Demanda potencial da EJA***Definição** *Percentual de adolescentes com idade de 15 a 17 anos, que frequentam a escola destinada à Educação de Jovens e Adultos (EJA)*

3,3% dos adolescentes frequentam o EJA, no Brasil esse percentual é maior, 8,9%.

Zona	População de 15 a 17 anos		
	Total	Frequentam EJA	% EJA
Rural	108	5	4,9%
Urbana	255	7	2,6%
Município	363	12	3,3%

Fonte: IBGE 2010

**% População de 15 a 17 anos que Frequentam o EJA**

Brasil:	8,9%
Paraná:	7,6%

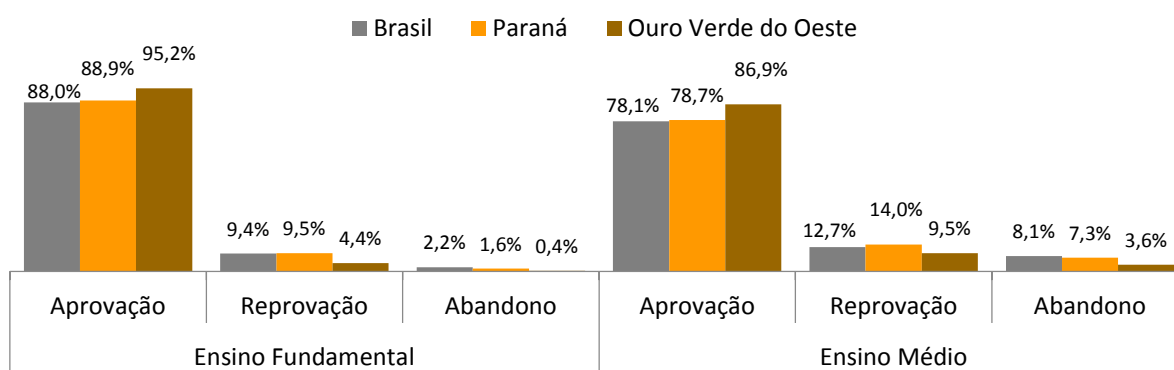
Indicador	Índice de aprovação, reprovação e desistência
Definição	Percentual de alunos que foram aprovados, reprovados ou desistiram

Os dados do Censo Escolar de 2013 mostram o Ensino Público de Ouro Verde do Oeste com índices de rendimento escolar melhor que os gerais do Brasil e que os gerais do Paraná. Tendo um índice de aprovação de 95,2% no Fundamental e 86,9% no Ensino Médio.

No Ensino Médio, o abandono é de apenas 3,6%, sendo que Paraná e Brasil superam a marca de 7,0%.

Região	Ensino Fundamental			Ensino Médio		
	Aprovação	Reprovação	Abandono	Aprovação	Reprovação	Abandono
Brasil	88,0%	9,4%	2,2%	78,1%	12,7%	8,1%
Paraná	88,9%	9,5%	1,6%	78,7%	14,0%	7,3%
Ouro Verde do Oeste	95,2%	4,4%	0,4%	86,9%	9,5%	3,6%

Fonte: Censo Escolar 2013, Ensino Público

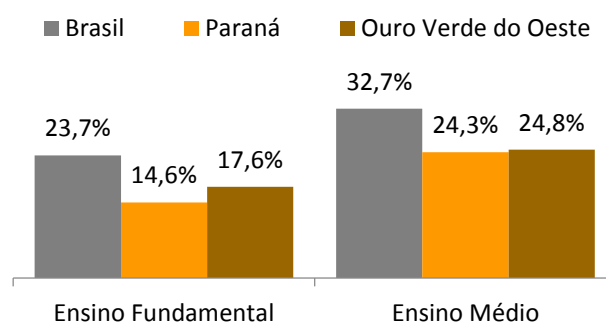


Indicador	Índice de distorção
Definição	Percentual de alunos com defasagem escolar

A defasagem escolar mantém o mesmo padrão paranaense, de aproximadamente 24% no Ensino Médio, já no Ensino Fundamental está 17,6%, enquanto no Paraná esse percentual é de 14,6%.

Região	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Brasil	23,7%	32,7%
Paraná	14,6%	24,3%
Ouro Verde do Oeste	17,6%	24,8%

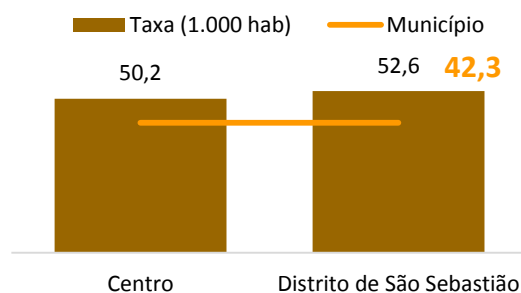
Fonte: Censo Escolar 2013, Ensino Público



Indicador	<i>Casos nos Conselhos Tutelares</i>
Definição	<i>Taxa de ocorrência de violação dos direitos à Educação, Cultura, Esporte e Lazer de crianças e adolescentes por mil habitantes desse grupo</i>

As ocorrências no Conselho Tutelar em relação a educação se concentraram no Centro e no distrito de São Sebastião, todas em relação a evasão escolar ou por solicitação da escola. A taxa é alta, de 42,3 ocorrências a cada mil habitantes.

Região Geográfica	Casos	População de 0 a 17 anos	Taxa (1.000 hab.)
Centro	57	1.136	50,2
Distrito de São Sebastião	12	228	52,6
Município	69	1.630	42,3



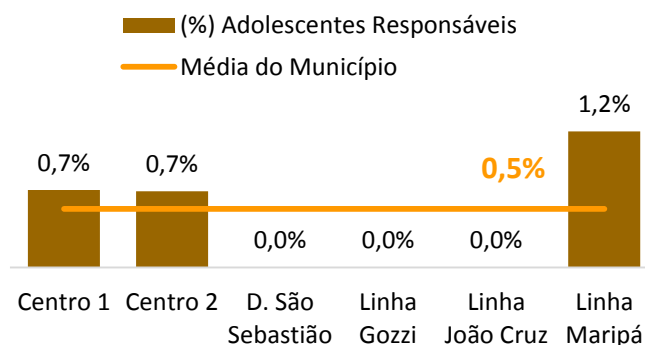
8.4 DIREITO A “CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA”

Indicador	<i>Responsável adolescente</i>
Definição	<i>Percentual de adolescentes com menos de 17 anos, responsáveis por domicílios</i>

O percentual de adolescentes responsáveis no município está dentro da média nacional e estadual de 0,7%.

Região Geográfica	Responsáveis Adolescentes	Total de Responsáveis	(%) Adolescentes Responsáveis
Centro 1	4	598	0,7%
Centro 2	4	608	0,7%
D. São Sebastião	0	223	0,0%
Linha Gozzi	0	115	0,0%
Linha João Cruz	0	145	0,0%
Linha Maripá	1	85	1,2%
Município	9	1.774	0,5%

Fonte: IBGE 2010



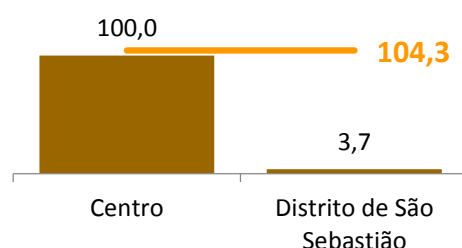
% Responsáveis Adolescentes	
Brasil:	0,7%
Paraná:	0,7%

Indicador	<i>Casos nos Conselhos Tutelares</i>
Definição	<i>Taxa de ocorrência de violação dos direitos à Convivência Familiar e Comunitária de crianças e adolescentes por mil habitantes desse grupo</i>

A concentração de registros no Conselho Tutelar está na questão de convivência familiar e comunitária, e neste item entram conflito familiar, vandalismo, alienação parental, acolhimento, dentre outros.

O que chama a atenção é que somente o Centro, e raros casos no Distrito de São Sebastião que são registrados. Isso pode mostrar a falta de orientação na área rural de denunciar a violação dos direitos da criança e do adolescente.

Região	Casos	População de 0 a 17 anos	Taxa (1.000 hab)
Centro	163	1.630	100,0
Distrito de São Sebastião	6	1.630	3,7
Sem informação	1	-	-
Município	170	1.630	104,3

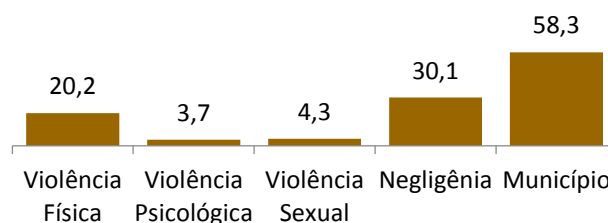


8.5 DIREITO A “LIBERDADE, RESPEITO E DIGNIDADE”

Indicador	<i>Violência sexual, física, psicológica e negligência</i>
Definição	<i>Taxa de pessoas com idade de 0 a 17 anos que sofreram violência, por mil habitantes desse grupo</i>

Todas as violências registradas no Conselho Tutelar, em relação ao direito de liberdade, respeito e dignidade, ocorrerão na região urbana (Centro 1 e 2). A violência física tem a taxa de ocorrência maior no município, onde cada 1000 crianças ou adolescentes, 20 sofre violência física.

Região	Casos	População de 0 a 17 anos	Taxa (1.000 hab)
Violência Física	33	1.630	20,2
Violência Psicológica	6	1.630	3,7
Violência Sexual	7	1.630	4,3
Negligência	49	1.630	30,1
Município	95	1.630	58,3



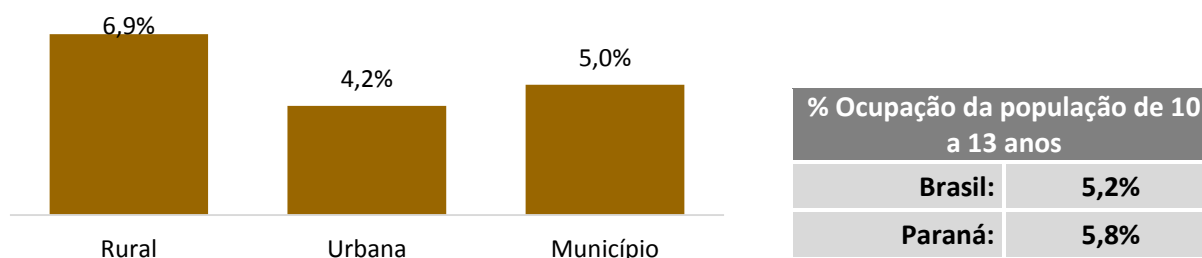
8.6 DIREITO A “PROFISSIONALIZAÇÃO E PROTEÇÃO NO TRABALHO”

Indicador	<i>Trabalho infantil</i>
Definição	<i>Taxa de pessoas residentes com idade de 10 a 13 anos, que trabalham por mil habitantes desse grupo</i>

O IBGE registrou no Censo de 2010 5,0% de casos de Trabalho Infantil na faixa etária de 10 a 13 anos, o que está dentro do padrão estadual que é 5,2%.

Unidade Geográfica	Remunerado		Não remunerado		Sustento da Família		Qualquer tipo de trabalho		De 10 a 13 anos
	Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%	
Rural	2	2,0%	6	4,9%	0	0,0%	8	6,9%	116
Urbana	2	0,9%	6	2,2%	3	1,0%	12	4,2%	281
Município	5	1,2%	12	3,0%	3	0,7%	20	5,0%	397

Fonte: IBGE 2010, semana de referência 25 A 31/07/10

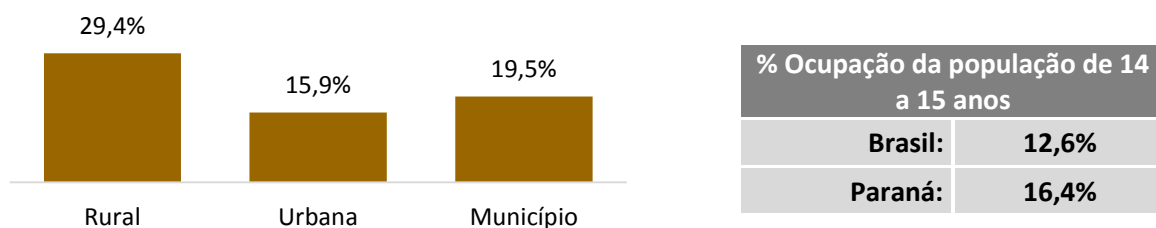


Indicador	<i>Trabalho infantil</i>
Definição	<i>Taxa de pessoas residentes com idade de 14 a 15 anos, que trabalham por mil habitantes desse grupo</i>

Já na faixa etária de 14 a 15 anos registra um percentual maior que no Brasil e no Paraná, 19,5%. Isso provavelmente por causa das características rurais do município, onde o indicador chega a 29,4%.

Unidade Geográfica	Remunerado		Não remunerado		Sustento da Família		Qualquer tipo de trabalho		De 14 a 15 anos
	Sim	%	Sim	%	Sim	%	Quant	%	
Rural	6	10,1%	7	11,8%	5	7,5%	18	29,4%	62
Urbana	18	10,9%	5	2,7%	4	2,3%	27	15,9%	168
Município	25	10,7%	12	5,2%	9	3,7%	45	19,5%	230

Fonte: IBGE 2010, semana de referência 25 A 31/07/10



Indicador	<i>Casos no Conselho Tutelar</i>
Definição	<i>Taxa de ocorrência de violação dos direitos à Profissionalização e Proteção no Trabalho de crianças e adolescentes por mil habitantes desse grupo</i>

Apenas 1 caso foi registrado de trabalho infantil no conselho. Porém aqui se ressalta que se deve avaliar esse indicador pela pesquisa, na qual revelou um alto índice de trabalho infantil no município.

Indicador	<i>Registros no PETI</i>
Definição	<i>Percentual de crianças e adolescentes inscritos no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI</i>

O PETI atende 25 casos de trabalho infantil, o que gera um indicador de 4,0%

Região	Casos	População de 10 a 15 anos	(%)
Município	25	627	4,0%

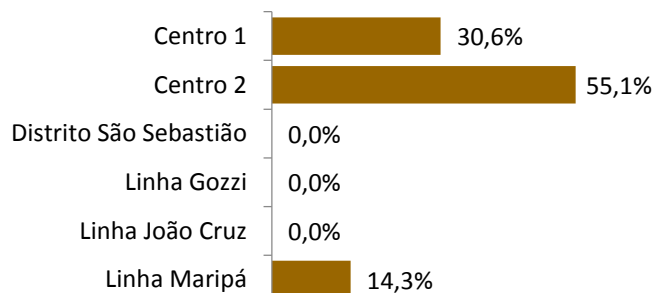
8.7 INSTITUIÇÕES

8.7.1 Secretaria Municipal de Assistência Social

- **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – CEMAF 01**

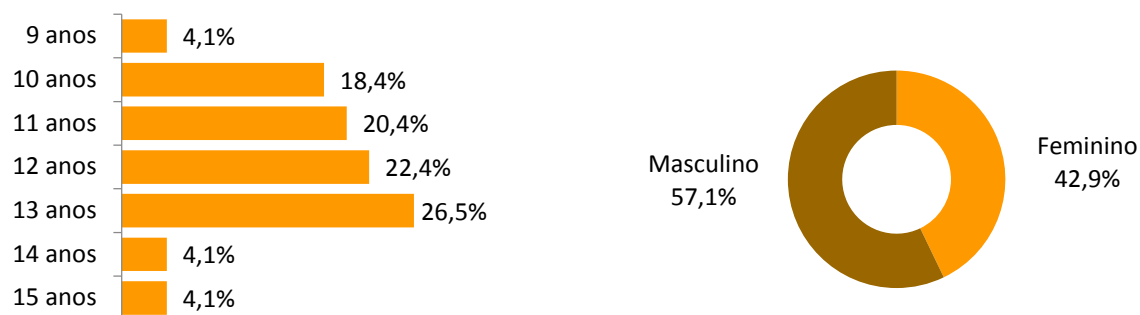
O CRAS atende 49 crianças e adolescente no CEMAF, no qual a maioria deles é da região do Centro 1 e 2, apenas Linha Maripá tem 7 crianças e adolescentes sendo atendidas. E nas outras regiões rurais não tem nenhuma criança sendo atendida.

Região Geográfica	Total	(%)
Centro 1	15	30,6%
Centro 2	27	55,1%
Distrito São Sebastião	0	0,0%
Linha Gozzi	0	0,0%
Linha João Cruz	0	0,0%
Linha Maripá	7	14,3%
Total	49	100,0%

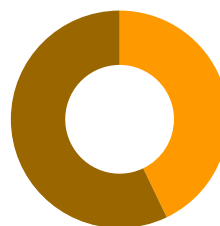


O principal motivo de entrada nas instituições das crianças atendidas é a procura espontânea por que os pais trabalham e não tem com quem deixar os filhos (91,8%). As

instituições sociais do município atendem diversas faixas etárias, sendo que em 2014 atenderam crianças/adolescentes de 9 a 15 anos.



Masculino
57,1%



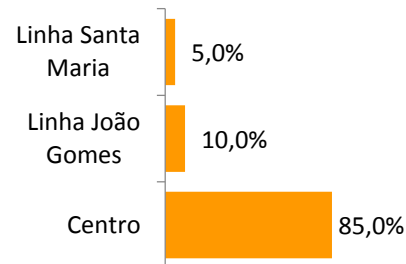
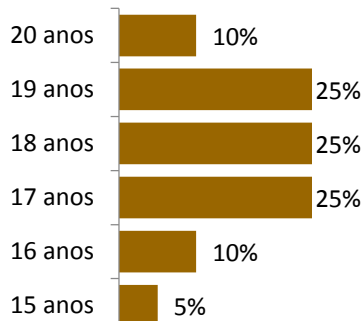
Feminino
42,9%

Motivo	Total	(%)
Criança em situação de acolhimento institucional	4	8,2%
Procura espontânea, pais trabalham e não têm com quem deixar seus filhos	45	91,8%
Criança retornou à família, mas permaneceu matriculada na entidade	2	4,1%
Total	49	100,0%

• Medidas socioeducativas

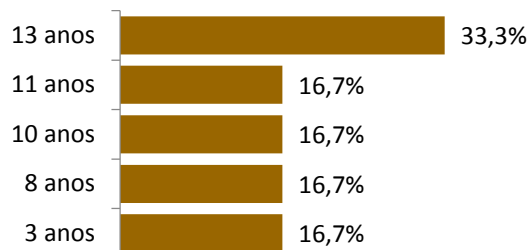
Em 2014, tinha-se 20 adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, todos por cometerem atos infracionais e estão recebendo orientação, apoio e acompanhamento psicossocial, sendo 80,0% do sexo masculino. Apesar de tem 65% deles com mais de 18 anos, nenhum tem o Ensino Médio Completo.

Idade	Frequenta a Escola		Total	
	Não	Sim	Quant.	(%)
15 anos		1	1	5%
16 anos		2	2	10%
17 anos	4	1	5	25%
18 anos	2	3	5	25%
19 anos	2	3	5	25%
20 anos	1	1	2	10%
Total	9	11	20	100%



- **Casa de Abrigo “Anjos de Ouro”**

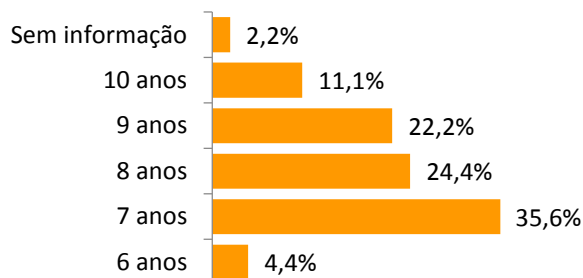
No ano de referência do levantamento de dados, 2014, a casa Anjos de Ouro tinha abrigadas 6 crianças, 3 de cada sexo. Não foi relatado o motivo de acolhimento e de qual região as crianças vieram, visto que por ser município de pequeno porte e os acolhimentos serem poucos, os dados não podem ser fornecidos.



- **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – CEMAF 02**

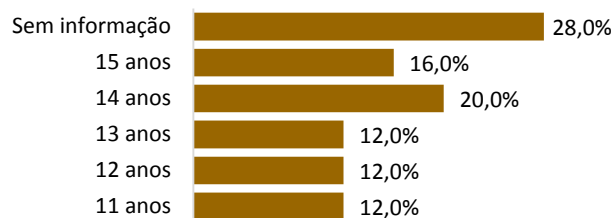
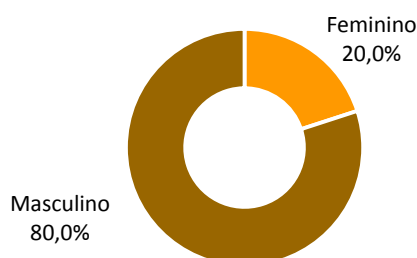
O Centro presta atendimento a crianças em situação de vulnerabilidade, visando o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. A faixa etária no lar vai de 6 a 10 anos, sendo a maioria com sete anos (35,6%). Todos são da região urbana de Ouro Verde do Oeste.

Idade	Quant.	(%)
6 anos	2	4,4%
7 anos	16	35,6%
8 anos	11	24,4%
9 anos	10	22,2%
10 anos	5	11,1%
Sem informação	1	2,2%
Total	45	100,0%



- **Programa de Erradicação do Trabalho Infantil**

O PETI atendia em 2014 um número de 25 crianças em situação de trabalho, sendo a maioria homens (80,0%). A localidade, que seria aqui uma informação de extrema importante não foi registrada. Normalmente, essa é uma situação de áreas mais vulneráveis, porém não se pode concluir isso sendo que 52,0% das crianças beneficiadas neste programa não tem o endereço disponível.

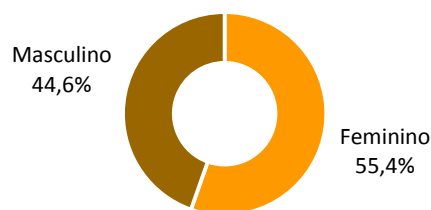
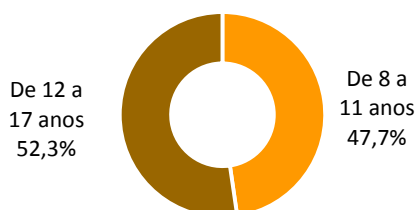


8.7.2 Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Os projetos da secretaria atendem outras faixas etárias, mas aqui vamos apresentar só os referentes a crianças e adolescentes.

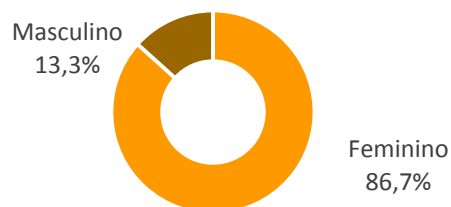
- **Projeto Violão**

Em um total de 65 crianças que participam das aulas de violão, 55,4% são meninas, e a maioria na faixa etária da adolescência, de 12 a 17 anos.



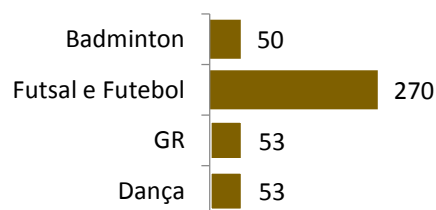
- **Projeto Coral**

Atende 30 crianças de 8 a 11 anos, sendo a maioria do sexo feminino (86,7%).



- **Projeto na área de esporte**

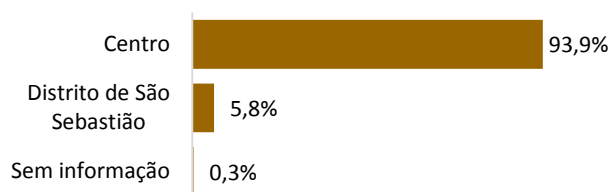
A Secretaria ainda tem projetos na área de esporte que atendem no total 426 crianças em aulas de dança, Gr, Futebol, Futsal e Badminton.



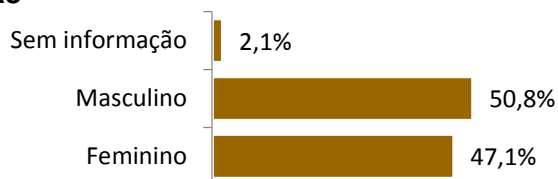
8.7.3 Conselho Tutelar

O Conselho Tutelar de Ouro Verde do Oeste atendeu 327 ocorrências em 2014, sendo a maioria da região urbana, 93,9%. Em relação ao sexo, os dados estão aproximadamente iguais, e sobre os direitos violados, 4,3% tiveram mais de um motivo para buscar o Conselho Tutelar, o restante 95,7% teve um motivo, ou seja, um direito violado.

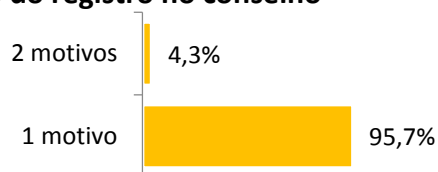
Região Geográfica	Quant.	(%)
Centro	307	93,9%
Distrito de São Sebastião	19	5,8%
Sem informação	1	0,3%
Total	341	100,0%



Sexo

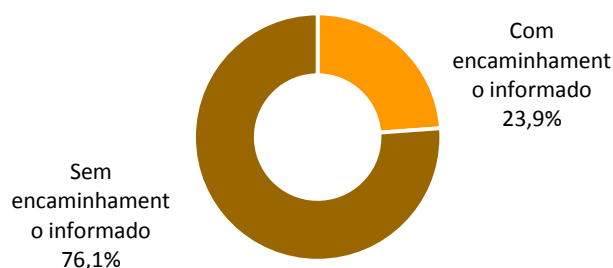


Motivo do registro no conselho



Devido ao sigilo da informação, não foi possível ter acesso ao nome da criança e adolescente atendidos no Conselho Tutelar. Deste modo, não será possível verificar a recorrência em que uma criança tem seus direitos violados e nem a idade que acontece com maior frequência.

No geral, apenas 23,9% dos casos tem registro do encaminhamento feito. O sucesso de qualquer trabalho é obtido a partir do controle das informações e atitude tomadas. Assim podem-se multiplicar casos de sucesso e reavaliar casos que não surgira o efeito esperado.



A principal demanda do Conselho Tutelar é a evasão escolar. Precisa-se verificar qual o motivo de tanta ocorrência e verificar se são recorrentes e iniciar um trabalho familiar, para que toda a família se envolva no problema. Atualmente as evasões escolares registradas no conselho, na sua maioria, 95%, não tem um encaminhamento informado. É necessário criar programas para esses casos e verificar se estão sendo eficazes.

Motivo	Quant.	(%)
Evasão Escolar	55	16,8%
Negligência	49	15,0%
Orientação e/ou acompanhamento	38	11,6%
Violência Física	33	10,1%
Violação De Direitos	28	8,6%
Denúncia	17	5,2%
Solicitação e/ou orientação sobre Guarda Legal	17	5,2%
Conflito Familiar	16	4,9%
Mau comportamento	16	4,9%
Fuga de adolescente	14	4,3%
Solicitação da Escola	14	4,3%
Violência Sexual	7	2,1%
Alienação Parental	5	1,5%
Consumo de bebida alcoólica	5	1,5%
Violência Psicológica	5	1,5%
Furto	4	1,2%
Notificação	4	1,2%
Vandalismo	4	1,2%
Apreensão	3	0,9%
Acolhimento	2	0,6%
Abuso de Poder	1	0,3%
Aliciamento	1	0,3%
Bullying	1	0,3%
Trabalho Infantil	1	0,3%
Uso de drogas	1	0,3%
Total	327	100,0%

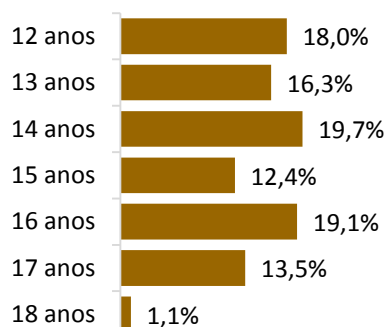
8.8 PESQUISA DE PERCEPÇÃO COM ADOLESCENTES

A pesquisa abordou 178 adolescentes de 12 a 18 anos, que gerou uma pesquisa de 95% de confiança com um erro amostral de 6,5%.

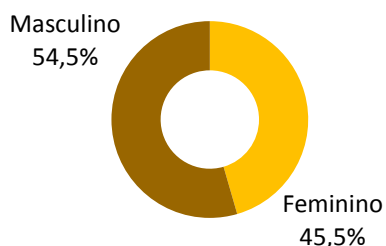
Perfil dos entrevistados

A pesquisa abordou 178 adolescentes, entre 12 e 18 anos, no qual a maioria do sexo masculino (54,5%) e apenas 2,4%, casados ou com união estável.

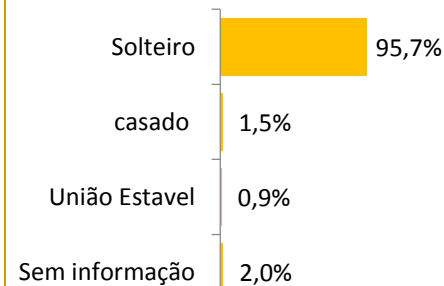
Idade:



Sexo:



Estados civil:

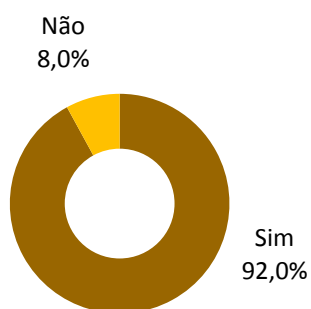


Frequenta a escola

Na entrevista, apenas 8% não frequentava a escola, desses a maioria parou no ensino médio (58,8%).

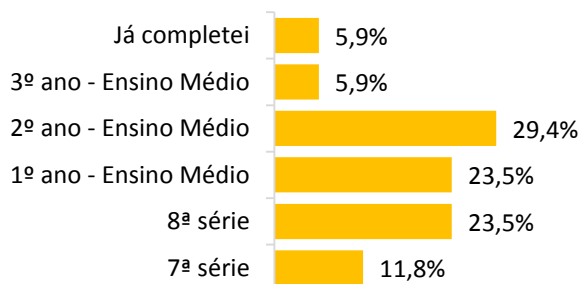
Frequenta escola:

Frequenta a Escola	Quant.	(%)
Sim	161	92,0%
Não	17	8,0%
Respondentes	178	100,0%



Se não frequenta, última turma frequentada:

Ano que Frequenta na Escola	Quant.	(%)
7ª série	2	11,8%
8ª série	4	23,5%
1º ano - Ensino Médio	4	23,5%
2º ano - Ensino Médio	5	29,4%
3º ano - Ensino Médio	1	5,9%
Já completei	1	5,9%
Respondentes	17	100,0%

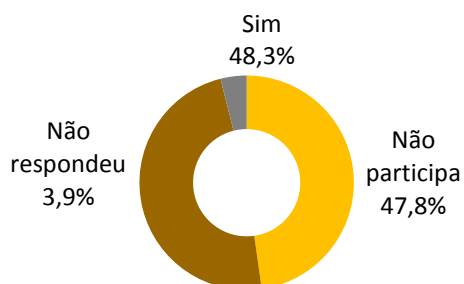


Participação em grupos

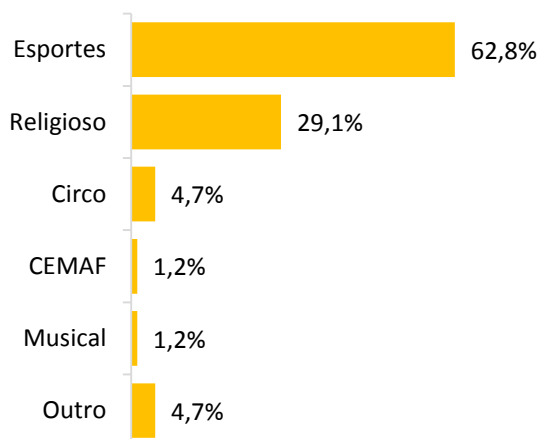
Na entrevista, apenas 8% não frequentava a escola, desses a maioria parou no ensino médio (58,8%).

Participa de algum grupo:

Participa de algum Grupo	Quant.	(%)
Não participa	85	47,8%
Sim	86	48,3%
Não respondeu	7	3,9%
Respondentes	178	100,0%



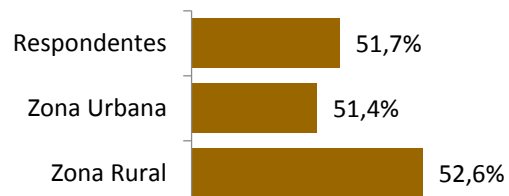
Qual grupo participa (86 respondentes):



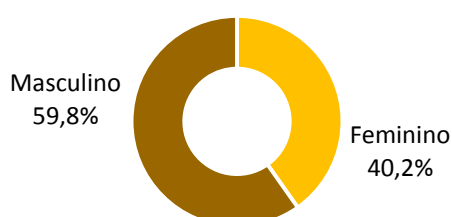
Trabalho

No geral, 51,7% dos entrevistados afirmaram que trabalham, e olhando o índice por zona, tem diferença entre o percentual dos que trabalham na Zona Rural e na Zona Urbana.

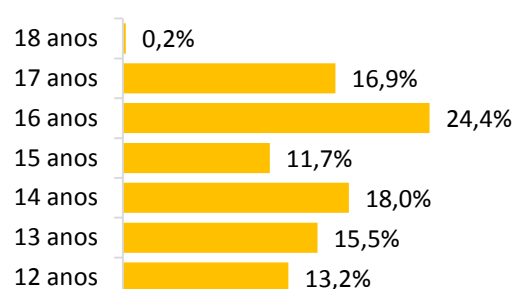
Zona	Trabalham	Total de Entrevistas	(%)
Zona Rural	20	38	52,6%
Zona Urbana	72	140	51,4%
Respondentes	92	178	51,7%



Sexo dos que trabalham (92 respondentes):



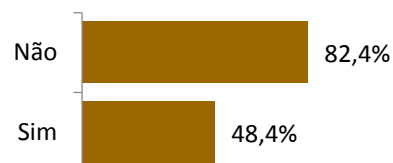
Idade dos que trabalham (92 respondentes):



Mesmo nos que frequentam a escola, existe um alto percentual de adolescentes trabalhando, 48,4%. E em relação à remuneração 62,0% não são remunerados, 78,3% trabalham para a família e a principal atividade são as colaborações domésticas (62,0%).

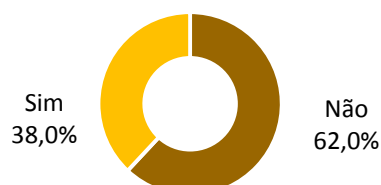
Frequenta a escola

Frequenta a Escola	Trabalham	Total de Entrevistas	(%)
Sim	78	161	48,4%
Não	14	17	82,4%
Respondentes	92	178	51,7%

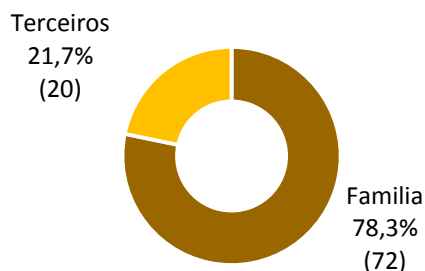


Trabalho é remunerado (92 respondentes que trabalham)

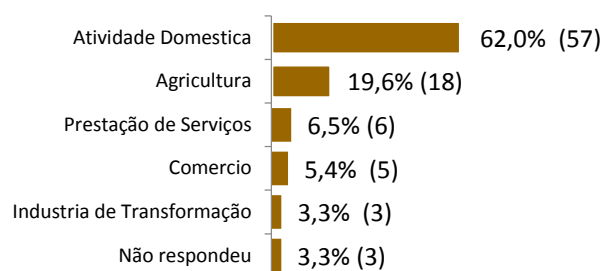
Recebe remuneração	Quant.	(%)
Não	57	62,0%
Sim	35	38,0%
Respondentes	92	100,0%



Para quem trabalha (92 respondentes que trabalham)



Atividade em que trabalha (92 respondentes que trabalham) -

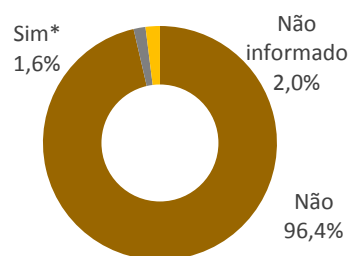


Pessoa com Deficiência

Na entrevista, apenas 8% não frequentava a escola, desses a maioria parou no ensino médio (58,8%).

Possui alguma deficiência	Quant.	(%)
Não	173	96,4%
Sim*	3	1,6%
Não informado	2	2,0%
Respondentes	178	100,0%

*Todos pessoas com deficiência visuais e nenhum grave



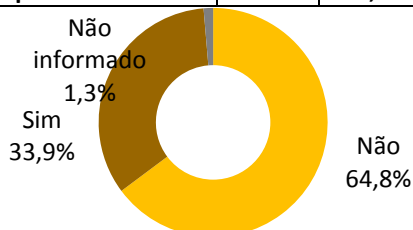
Sobre seus direitos

O ECA é conhecido por apenas 33,95 dos entrevistados, e o direito mais conhecido entre eles é a “Educação” (66,7%) seguido de “Vida e Saúde” (46,0%).

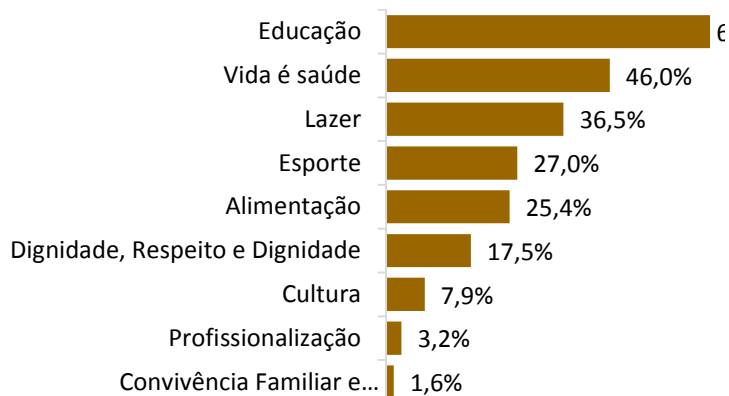
Dos que não conhecem (113 entrevistados – 64,85), 48,5% afirmam não conhecer o ECA.

Conhecem o ECA?

Conhece os Direitos do ECA	Quant.	(%)
Não	113	64,8%
Sim	63	33,9%
Não informado	2	1,3%
Respondentes	178	100,0%

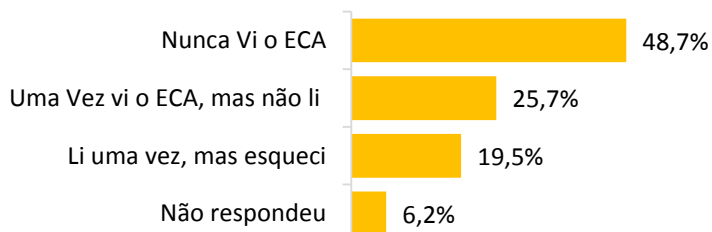


Direitos citados (63 respondentes)



Por que não conhece o ECA?

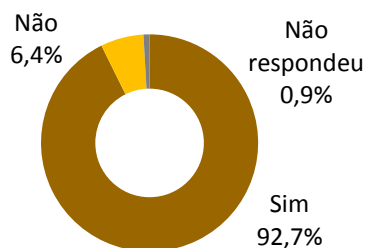
Não conhece o ECA por que?	Quant.	(%)
Nunca Vi o ECA	55	48,7%
Uma Vez vi o ECA, mas não li	29	25,7%
Li uma vez, mas esqueci	22	19,5%
Não respondeu	7	6,2%
Respondentes	113	100,0%



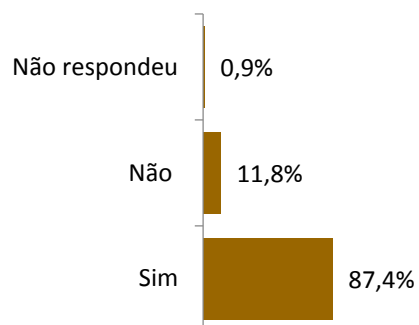
Conselho Tutelar

O Conselho Tutelar é conhecido por 92,7% e 87,4% sabem par que serve o Conselho.

Sabe onde fica o Conselho Tutelar	Quant.	(%)
Sim	167	92,7%
Não	10	6,4%
Não respondeu	1	0,9%
Respondentes	178	100,0%



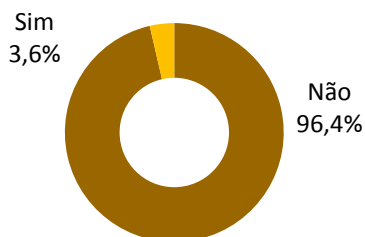
Para que serve?



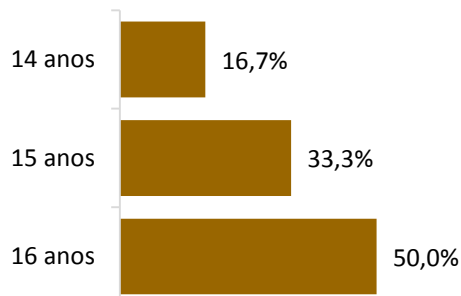
Possui filhos

3,6% dos adolescentes respondentes tiveram filhos na adolescência, e a idade em que isso mais acontece é aos 16 anos (50,0%).

Possui Filhos	Quant.	(%)
Não	172	96,4%
Sim	6	3,6%
Respondentes	178	100,0%



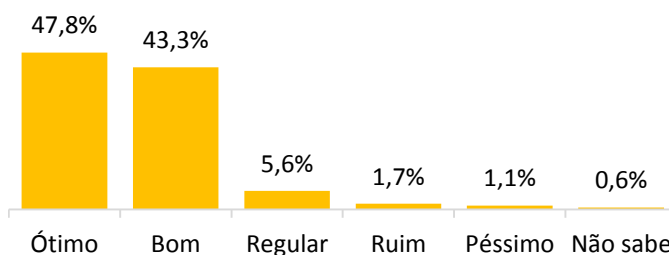
Idade que teve filhos (6 respondentes)



Convívio familiar

As avaliações com quesito “ótimo” e “bom” são dadas ao convívio familiar para 91,1% dos adolescentes.

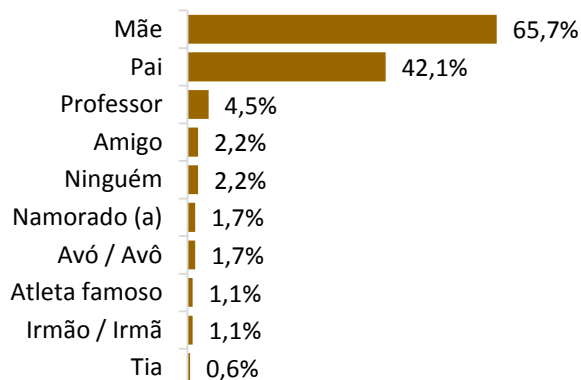
Convívio familiar	Quant.	(%)
Ótimo	85	47,8%
Bom	77	43,3%
Regular	10	5,6%
Ruim	3	1,7%
Péssimo	2	1,1%
Não sabe	1	0,6%
Respondentes	178	100,0%



Exemplo de vida

Os pais são os principais exemplos de vida, sendo que a mãe aparece citada por 65,75% e o pai por 42,1%.

Exemplo de Vida	Quant.	(%)
Mãe	117	65,7%
Pai	75	42,1%
Professor	8	4,5%
Amigo	4	2,2%
Ninguém	4	2,2%
Namorado (a)	3	1,7%
Avó / Avô	3	1,7%
Atleta famoso	2	1,1%
Irmão / Irmã	2	1,1%
Tia	1	0,6%
Respondentes	178	-



O motivo de escolher uma pessoa como exemplo de vida é determinada se essa pessoa “dá bons conselhos” (52,8%) ou se ela tem “carater batalhador” (49,4%).

Razão da pessoa ser o exemplo de vida

Razão para ser o exemplo de vida	Quant.	(%)			
Dá Bons Conselhos	94	52,8%	Dá Bons Conselhos		52,8%
Tem caráter Batalhador	88	49,4%	Tem caráter...		49,4%
Apoia suas decisões	36	20,2%	Apoia suas decisões		20,2%
Gosta da pessoa	1	0,6%	Gosta da pessoa		0,6%
Respondentes	178	-			

Lazer

Atividades que realiza e frequência

A atividade que o adolescente mais faz diariamente é assistir TV (64,0%) e as menos praticadas diariamente são estudar (9,65) e ler (4,5%).

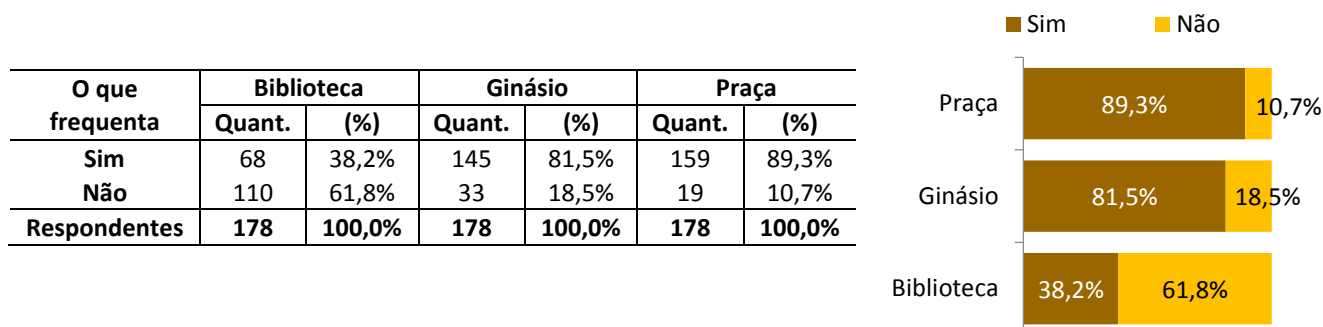
Frequência	Assiste TV		Brinca e se diverte na rua		Estuda fora da sala de aula	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Diariamente	114	64,0%	33	18,5%	17	9,6%
De duas ou mais vezes por semana	41	23,0%	32	18,0%	50	28,1%
Uma vez por semana	14	7,9%	11	6,2%	30	16,9%
A cada quinze dias	1	0,6%	6	3,4%	12	6,7%
Não tenho dia certo		0,0%		0,0%		0,0%
Uma vez por mês	4	2,2%	2	1,1%	11	6,2%
Não realiza	4	2,2%	94	52,8%	58	32,6%
Não respondeu		0,0%		0,0%		0,0%
Respondentes	178	100,0%	178	100,0%	178	100,0%

Frequência	Joga vídeo game		Lê livro / gibi / revista		Navega na internet	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Diariamente	22	12,4%	8	4,5%	64	36,0%
De duas ou mais vezes por semana	31	17,4%	29	16,3%	50	28,1%
Uma vez por semana	14	7,9%	40	22,5%	19	10,7%
A cada quinze dias	16	9,0%	22	12,4%	17	9,6%
Não tenho dia certo		0,0%		0,0%		0,0%
Uma vez por mês	6	3,4%	9	5,1%	8	4,5%
Não realiza	89	50,0%	69	38,8%	19	10,7%
Não respondeu		0,0%	1	0,6%	1	0,6%
Respondentes	178	100,0%	178	100,0%	178	100,0%

Frequência	Se reuni com os amigos		Pratica esportes		Trabalha	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Diariamente	62	34,8%	54	30,3%	61	34,3%
De duas ou mais vezes por semana	52	29,2%	63	35,4%	25	14,0%
Uma vez por semana	49	27,5%	30	16,9%	2	1,1%
A cada quinze dias	9	5,1%	8	4,5%	3	1,7%
Não tenho dia certo		0,0%		0,0%		0,0%
Uma vez por mês	1	0,6%		0,0%	1	0,6%
Não realiza	5	2,8%	23	12,9%	86	48,3%
Não respondeu		0,0%		0,0%		0,0%
Respondentes	178	100,0%	178	100,0%	178	100,0%

Locais que frequenta

Dos três locais citados, o menos frequentado é a biblioteca, apenas 38,2% a frequentam, e os que não a frequentam afirmam que não gostam (69,1%).

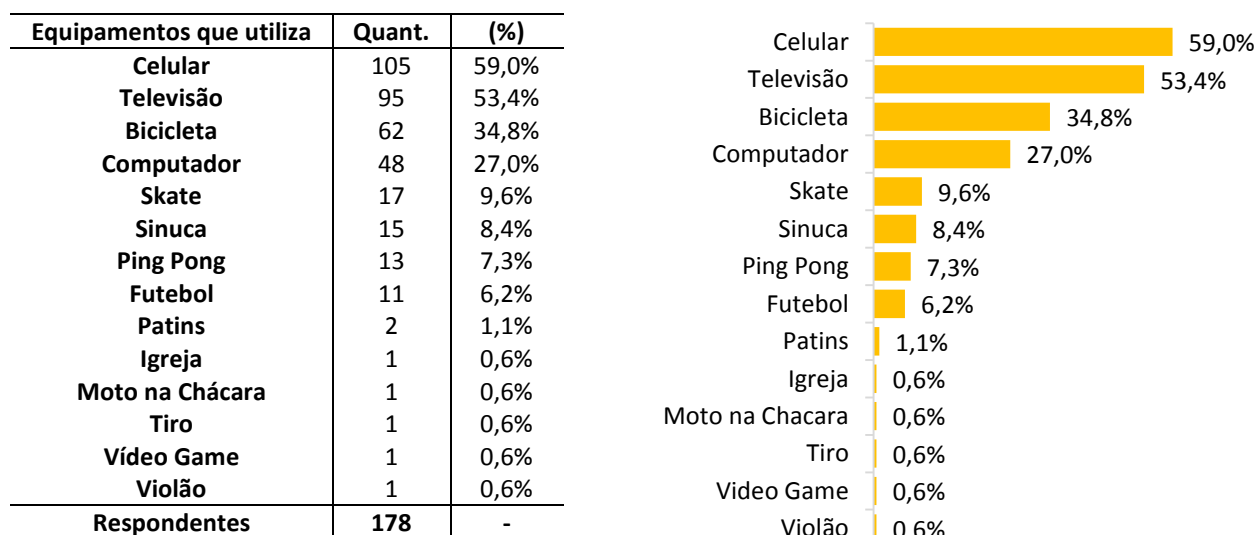


Por que não frequenta

Por que não utiliza	Biblioteca		Ginásio		Praça	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Não tem no meu bairro	3	2,7%	1	3,0%	2	10,5%
Não gosto	76	69,1%	16	48,5%	11	57,9%
Não tenho tempo	21	19,1%	10	30,3%	3	15,8%
Outro	5	4,5%	4	12,1%	3	15,8%
Não respondeu	5	4,5%	2	6,1%	0	0,0%
Respondentes	110	100,0%	33	100,0%	19	100,0%

Equipamentos que utiliza

Quando solicitado os equipamentos que mais utiliza para lazer, o celular aparece em primeiro (59,0%), seguido da TV (53,4%) e depois a bicicleta (34,8%).



O que falta na cidade

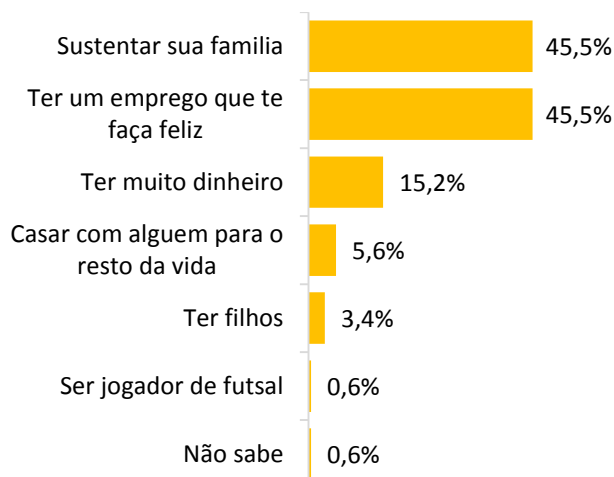
O que os adolescentes mais citam como lazer que falta a cidade é piscina e parque aquático (18,1%), seguido da questão de arrumar a cidade, urbanização por (15,3%).

O que falta no município	Quant.	(%)
Piscina / Parque aquático	13	18,1%
Arrumar a cidade / Urbanização da praça / Mais praça	11	15,3%
Campo de areia / Campo Sintético / Quadra / Ginásio	10	13,9%
Pista de skate e Patins	9	12,5%
Parques / Parquinho (Balanço)	5	6,9%
Asfalto	5	6,9%
Mais segurança	4	5,6%
Mais espaço de lazer / Lugares para sair / Espaço para churrasco	4	5,6%
Mais atrações culturais / Bailes / Festas	3	4,2%
Internet grátis	3	4,2%
Amigos / Jovens / Mais pessoas (Moradores)	3	4,2%
Shopping	2	2,8%
Uma sala maior de circo	1	1,4%
Museu	1	1,4%
Mais vagas de creche	1	1,4%
Mais cursos diversificados / Curso de informática	1	1,4%
Banheiro limpo na praça	1	1,4%
Respondentes	72	-

Futuro

Os adolescentes se dividem nas ambições para o futuro, 45,5% esperam poder sustentar a família e outros 45,5% ter um emprego que os façam felizes.

O que é mais importante	Quant.	(%)
Sustentar sua família	81	45,5%
Ter um emprego que te faça feliz	81	45,5%
Ter muito dinheiro	27	15,2%
Casar com alguém para o resto da vida	10	5,6%
Ter filhos	6	3,4%
Ser jogador de futsal	1	0,6%
Não sabe	1	0,6%
Respondentes	178	-

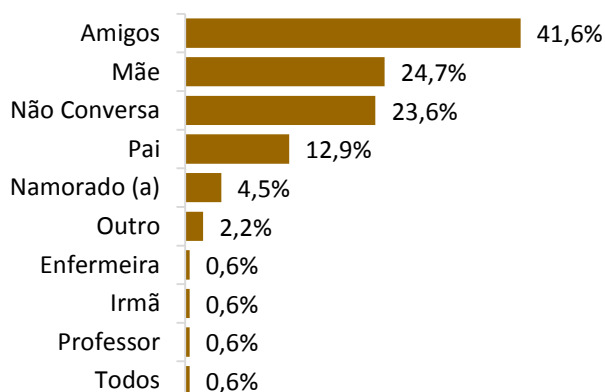


Sexo

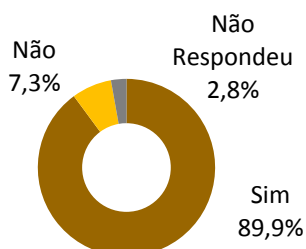
Apenas 24,7% falam com a mãe e 12,9% falam com o pai sobre sexo. A maioria procura informações com amigos (41,6%) e um percentual grande 23,6%, não conversa sobre. Sobre prevenir gravidez, 89,9% afirmam que sabem, e acreditam que a camisinha é o melhor método anticoncepcional (68,4%).

Com quem conversa sobre sexo

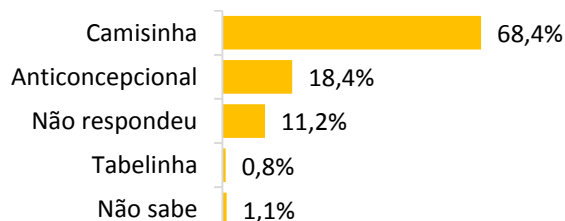
Pessoa	Quant.	(%)
Amigos	74	41,6%
Mãe	44	24,7%
Não Conversa	42	23,6%
Pai	23	12,9%
Namorado (a)	8	4,5%
Outro	4	2,2%
Enfermeira	1	0,6%
Irmã	1	0,6%
Professor	1	0,6%
Todos	1	0,6%
Respondentes	178	-



Sabe se prevenir da gravidez



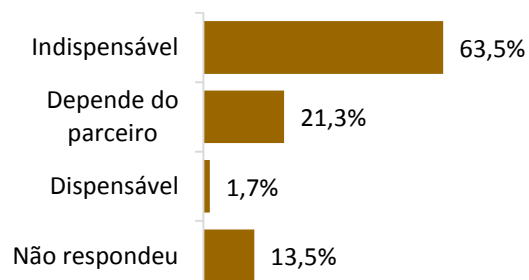
Qual o melhor método anticoncepcional



Sobre a camisinha 65,5% diz ser indispensável e 21,3% usa dependendo do parceiro.

Opinião sobre a camisinha

Opinião	Quant.	(%)
Indispensável	113	63,5%
Depende do parceiro	38	21,3%
Dispensável	3	1,7%
Não respondeu	24	13,5%
Respondentes	178	100,0%

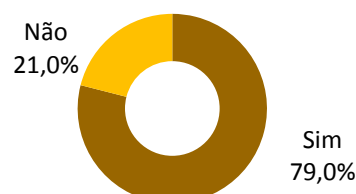


Drogas

Opinião sobre álcool

O álcool é considerado uma droga por 79,0% dos adolescentes entrevistados, apesar da maioria desses não saber (48,6%) definir o porquê o considera uma droga. Já os que não consideram o álcool uma droga (21,0%) afirmam que ele não é uma droga porque a maioria bebe (20,0%) ou ainda por que depende da quantidade consumida (17,5%).

Você considera o álcool uma droga	Quant.	(%)
Sim	138	79,0%
Não	40	21,0%
Respondentes	178	100,0%



Por que considera o álcool uma droga

Resposta	Quant.	(%)
Todos bebem	8	20,0%
Depende da quantidade	7	17,5%
É legalizado	4	10,0%
Não faz mal	4	10,0%
Depende da frequência	2	5,0%
Bebe quem quer	1	2,5%
Faz bem para saúde	1	2,5%
Faz uso	1	2,5%
Mais fácil controlar	1	2,5%
Não deixa tão mal	1	2,5%
Não Sabe	12	30,0%
Total	40	100,0%

Por que não considera o álcool uma droga

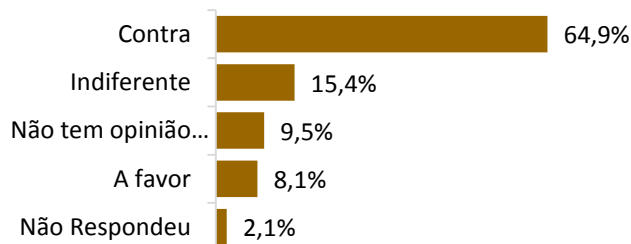
Resposta	Quant.	(%)
Pode matar	21	15,2%
Causa dependência / Vicia	20	14,5%
Acaba com a família	12	8,7%
Faz mal / Prejudicial à saúde	11	8,0%
Brigas / Descontrole / Violência	6	4,3%
Causa morte	5	3,6%
Acaba com a vida da pessoa	4	2,9%
É ruim	2	1,4%
Causa estragos	1	0,7%
Se beber muito causa problemas	1	0,7%
Não Sabe	67	48,6%
Total	138	100,0%

Opinião sobre drogas

A maconha tem uma rejeição nos jovens de 64,9% e as outras drogas de 83,4%. Um percentual de 8,1% dos jovens são a favor da maconha, o que mostra uma porta de entrada para outras drogas. E quando perguntada a droga mais perigosa, o Crack é mencionado por 49,4% dos entrevistados.

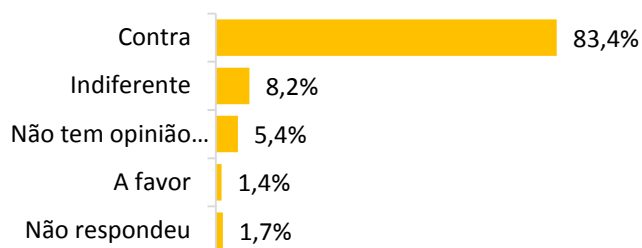
Opinião sobre a maconha

Opinião	Quant.	%
Contra	121	64,9%
Indiferente	23	15,4%
Não tem opinião formada	17	9,5%
A favor	14	8,1%
Não Respondeu	3	2,1%
Respondentes	178	100,0%



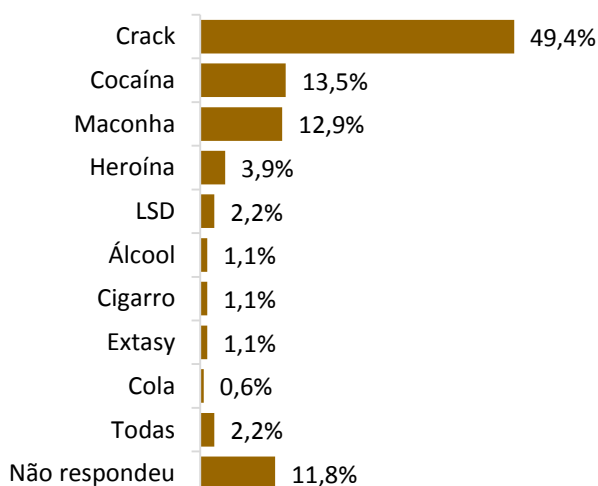
Opinião sobre outras drogas

Opinião	Quant.	%
Contra	151	83,4%
Indiferente	12	8,2%
Não tem opinião formada	10	5,4%
A favor	2	1,4%
Não respondeu	3	1,7%
Respondentes	178	100,0%



Droga mais perigosa

Droga	Quant.	%
Crack	88	49,4%
Cocaína	24	13,5%
Maconha	23	12,9%
Heroína	7	3,9%
LSD	4	2,2%
Álcool	2	1,1%
Cigarro	2	1,1%
Extasy	2	1,1%
Cola	1	0,6%
Todas	4	2,2%
Não respondeu	21	11,8%
Respondentes	178	100,0%



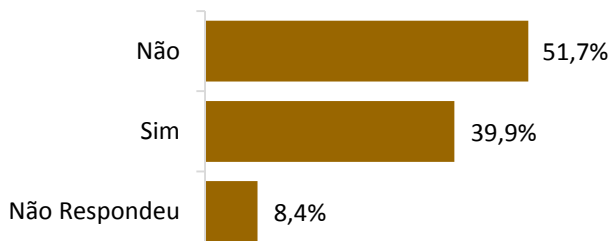
Utilização de drogas

A maioria, 51,7% nunca utilizou nenhuma droga, dos que já utilizaram (39,9%) a maioria foi com os amigos (56,3%).

Sobre as drogas utilizadas o álcool é a mais citada (84,5%), porém as que mais são usadas frequentemente são o cigarro, no qual 38,5% dos fumantes a utilizam diariamente e a maconha a qual 57,1% dos usuários fumam diariamente.

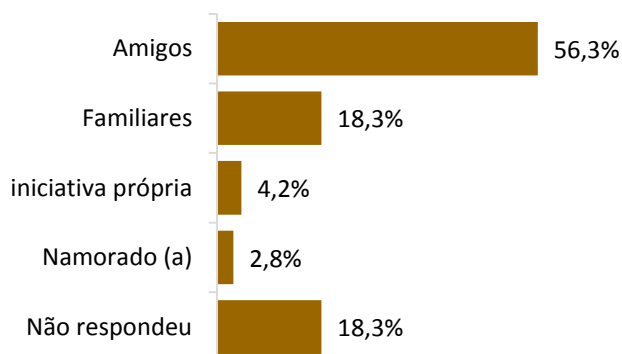
Utilização de drogas

Utilizou alguma droga	Quant.	%
Não	92	51,7%
Sim	71	39,9%
Não Respondeu	15	8,4%
Respondentes	178	100,0%



Com quem utiliza

Pessoa	Quant.	%
Amigos	40	56,3%
Familiares	13	18,3%
Iniciativa própria	3	4,2%
Namorado (a)	2	2,8%
Não respondeu	13	18,3%
Respondentes	71	100,0%



Com que frequência utiliza as drogas citadas (71 respondentes que utilizam drogas)

Droga*	Álcool		Cigarro		Maconha	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Diariamente	1	1,7%	10	38,5%	12	57,1%
Duas ou + vezes por semana	2	3,3%	2	7,7%	3	14,3%
Uma vez por semana	8	13,3%	0	0,0%	0	0,0%
Cada 15 dias	4	6,7%	1	3,8%	0	0,0%
Não tem dia certo	15	25,0%	2	7,7%	1	4,8%
Uma vez por mês	10	16,7%	0	0,0%	0	0,0%
Usei só uma vez	19	31,7%	11	42,3%	5	23,8%
Não informou	1	1,7%	0	0,0%	0	0,0%
Total	60	100,0%	26	100,0%	21	100,0%
(%) Drogas utilizadas	84,5%		36,6%		29,6%	

*LSD (2,8%) - Dois usuário, um uma vez por semana e outro uma vez por mês

Cocaína (2,8%) - Dois adolescente que usaram apenas uma vez

Narguilé (2,8%) - Dois usuário, um usa duas ou mais vez por semana e o outro usou apenas uma vez

Crack (1,4%) - Um adolescente que usou apenas uma vez

Quantas pessoas você conhece que utilizam as drogas abaixo

Quantidade	Bebem		Fumam cigarro		Fumam Maconha		Fumam Crack	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Nenhuma	37	20,8%	98	55,1%	97	54,5%	163	91,6%
Uma pessoa	73	41,0%	54	30,3%	21	11,8%	4	2,2%
Mais de uma pessoa	48	27,0%	22	12,4%	14	7,9%	8	4,5%
Várias	20	11,2%	4	2,2%	46	25,8%	3	1,7%
Respondentes	178	100,0%	178	100,0%	178	100,0%	178	100,0%

Sugestões e comentários finais

O questionário permitia que os adolescentes deixassem alguma sugestão, comentário ou crítica, as quais são listadas abaixo.

Comentários finais

Que os adolescentes façam o que lhes faz felizes, porém longe das drogas (1 citação);

Nunca usar droga (1 citação);

A cidade está bem (1 citação);

A vida é bela e deve ser preservada (1 citação);

Droga faz tudo para acabar com a felicidade das famílias (1 citação);

Maior respeito por parte da polícia (1 citação);

Mais atenção às crianças e adolescentes (1 citação);

Que a polícia tenha mais educação com as pessoas (1 citação).

Sugestões finais

Melhorar a educação na escola (3 citações);

Melhorar a segurança (2 citações);

Arrumar o ginásio / Mais quadras de esporte (2 citações);

Maior importância e melhorias na escola (1 citação);

Canil público, pois tem muitos cães abandonados (1 citação);

Falta lazer (1 citação);

Escola para pessoas com deficiência (1 citação);

Ter cursos nas linhas rurais (1 citação);

Tratamento especializados para usuários de drogas (1 citação);

Uma piscina Publica (1 citação);

Vagas na creche (1 citação);

Voltar para casa (Sair do Abrigo) (1 citação);

Colocar asfalto (1 citação);

Reforço escolar em matemática e português (1 citação);

Pista de skate (1 citação).

8.9 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO DIAGNÓSTICO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Abordando cada eixo do ECA, abaixo as considerações sobre os dados levantados sobre criança e adolescente:

Vida e saúde

Vale a pena entender as circunstâncias que levaram à óbito duas crianças em 2014. A taxa de natalidade na cidade é baixa e o município é pequeno.

Ao contrário do senso comum, em um município pequeno, os problemas são mais fáceis de se resolver. O fato de a pesquisa apresentar apenas duas famílias com casos de gravidez na adolescência, por exemplo, evidencia como é simples conhecer e acompanhar estas duas gestantes, a fim de que sua gestação ocorra dentro dos critérios de saúde recomendados pelo Ministério da Saúde. E, para que isto não aconteça frequentemente, basta realizar um trabalho preventivo, com todas as crianças dos anos finais do ensino fundamental e dos alunos do ensino médio, relacionado aos métodos contraceptivos e às doenças sexualmente transmissíveis.

O mesmo raciocínio pode ser levado em conta nos 3 casos de baixo peso ao nascer. Em Ouro Verde do Oeste, não deveria acontecer nenhuma ocorrência, já que não deveria ser difícil acompanhar todas as gestantes do município.

O baixo número de casos registrados no Conselho Tutelar referentes ao consumo de drogas e álcool não é preocupante do ponto de vista estatístico. Mas é importante conhecer a fundo estes casos para tomar medidas que evitem novas ocorrências. Cabe à Secretaria de Saúde investigar os fatores que levaram estes adolescentes a consumir drogas e álcool e realizar um trabalho de prevenção nas escolas.

Educação, Cultura, Esporte e Lazer

A pesquisa revela que 11 famílias, que têm filhos de 4 a 14 anos fora da escola. Dentro do objetivo maior de universalizar o direito à educação, é importante saber as razões pelas quais estas famílias mantêm seus filhos fora da escola. Sugere-se uma busca ativa destas famílias, para serem visitadas, acompanhadas e incluídas em programas sociais e inserção na rede escolar. Onze famílias, para serem visitadas, acompanhadas e incluídas em programas sociais, compõem um grupo pequeno que apenas um técnico da prefeitura, tendo o mínimo de recursos para se trabalhar pode dar conta. Obviamente, há questões mais difíceis de resolver, por exemplo, se a

criança que está fora da escola for uma criança com deficiência física ou intelectual. Neste caso o problema fica um pouco mais complicado, pois envolve o esforço de outros profissionais e a estrutura de transporte e de educação do município. Mas o que vale a pena perceber é que, com a priorização de determinados problemas a serem enfrentados e com o esforço dirigido à resolução efetiva do problema, muito pode ser feito.

Os dados do IBGE 2010, revelaram que 15,9% dos estudantes de nível médio tinham abandonado os estudos e 15,6% dos estudantes universitários tinham deixado de concluir seus cursos. Já o Censo Escolar de 2013, informa que apenas 3,6% dos estudantes de nível médio abandonaram os estudos. É importante valorizar este avanço da sociedade de Ouro Verde do Oeste e investir na possibilidade dos jovens ingressarem em cursos de nível superior.

Conselho Tutelar

Os conselheiros tutelares são os representantes da sociedade na defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes. Cabe a eles trabalhar para que os direitos não sejam ameaçados ou violados. Os registros apresentados pelo Conselho Tutelar de Ouro Verde do Oeste, demonstram que os conselheiros estão atentos para defender o direito à educação, ao direito à convivência familiar e comunitária, o direito à liberdade, ao respeito e à dignidade, entre outros.

Parece que o sucesso da redução dos casos de evasão escolar está diretamente relacionado à forte atuação do Conselho Tutelar, já que o maior motivo de casos atendidos foi este.

Vale ressaltar a necessidade do Conselho Tutelar se organizar para manter o registro dos encaminhamentos realizados, a fim de que se possa, em um futuro estudo, avaliar a efetivação do seu trabalho na defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Trabalho Infantil

A questão do trabalho infantil é polêmica. Há muito pouco tempo tem se discutido este tema na sociedade brasileira. É muito comum que alguém tenha, na sua família, um adulto que iniciou suas atividades profissionais remuneradas quando criança ou quando adolescente. É mais comum ainda, em famílias residentes em zonas rurais, onde a força de mais dois braços, embora ainda frágeis, significa mais plantio e, conseqüentemente, mais comida para a família. Até muito pouco tempo atrás, o crescimento do trabalho operário e industrial nos centros urbanos também

levou à valorização do trabalho infantil. Mais dois braços, embora cansassem rapidamente, aumentavam o lucro de empresários e industriais e, conseqüentemente, a renda familiar, que, com mais um soldo, podia consumir mais. Quem vive nos centros urbanos, precisa de mais dinheiro. É um círculo vicioso de ganho e gasto de dinheiro, que se ganha por meio do trabalho nem sempre remunerado justamente.

Para fins deste trabalho, utilizamos o conceito básico de exploração do trabalho infantil. Significa dizer que não deve ser considerada como exploração de trabalho infantil uma atividade laboral realizada em horário curto por um adolescente junto com a sua família. Este princípio de pedagogia pelo modelo dos pais sempre foi e sempre será uma forma espontânea de qualquer pessoa aprender um ofício. Assim como uma menina, antigamente, aprendia a tecer um balaio de palha com sua mãe, hoje, uma menina senta ao lado de sua mãe e aprende a usar um programa de computador. Não há nada de problemático nisto.

Entende-se por trabalho infantil a atividade laboral realizada por criança ou adolescente que elimine a possibilidade de se frequentar a escola, que coloque a pessoa em risco pessoal e/ou social e que a obrigue a realização de esforço físico maior do que uma criança ou adolescente suporta. Dentro da categoria de trabalho infantil, encontra-se também a exploração sexual comercial de meninas e meninos com 17 anos de idade ou menos.

Neste sentido, um adolescente de 13 anos, por exemplo, que passa o dia carregando caixas de frutas em um mercado municipal ou particular, mesmo sendo remunerado por isto, pode e deve ser considerado como um adolescente explorado. Mesmo sendo incentivado pelos seus pais ou responsáveis, não é permitido, por lei, este tipo de exploração do trabalho. Entende-se que um adolescente de 13 anos, seguindo nosso exemplo, precisa ter uma formação física, intelectual, cultural e emocional que o conduza a uma vida adulta plena de possibilidades profissionais. O carregador de caixas de 13 anos poderá, no máximo, vir a ser um dono de um mercado. Parece um bom futuro. Mas o futuro de um adolescente plenamente desenvolvido pode ser melhor. Ele poderá escolher o que bem entender como atividade profissional. Dependendo de seus interesses e de suas capacidades físicas, culturais, emocionais e intelectuais, poderá escolher ser um intelectual, um atleta, um cientista, entre tantas possibilidades que qualquer pessoa humana tem o direito de escolher. E até mesmo um dono de mercado, se assim o desejar. A diferença está entre escolher o seu futuro ou fazer o que é possível fazer. Escolher o seu destino, ou se adaptar às contingências.

Neste sentido, é preocupante saber que no município de Ouro Verde do Oeste, foram encontradas 88 famílias com crianças e adolescentes na faixa etária de 10 a 15 anos trabalhando e na pesquisa com os adolescentes foram identificados 92 casos de trabalho, sendo a maioria desses em atividades domésticas (62,0%) e 38,0% em outras atividades como agricultura, prestação de serviços, etc. E ainda a pesquisa direcionada aos adolescentes encontrou-se 14 adolescentes que trabalham e não frequentam a escola.

Uma análise mais profunda poderia nos informar desses 38,0%, a quantidade que seria considerada como exploração. Mas, de qualquer forma, parece que há uma demanda por trabalho no município que está sendo preenchida por crianças e adolescentes, que acabam abandonando os estudos (14 casos na entrevista). Ficam as perguntas: qual o futuro destas pessoas? A quem estarão servindo? Até quando? Quais as contribuições que poderão oferecer para que Ouro Verde do Oeste se tornar uma cidade melhor para se viver? Que sociedade é esta que “emprega” crianças e adolescentes despreparados ao invés de investir em cidadãos mais preparados para o futuro?

Cabe ao CMDCA formular e colocar em prática uma política pública para manter os adolescentes e jovens do município, se profissionalizando e trabalhando para desenvolver, de forma sustentável, um município que ofereça aos seus cidadãos uma ótima qualidade de vida.

CRAS

É preciso refletir sobre os serviços ofertados do Centro de Referência em Assistência Social. O fato do CRAS estar atendendo à demanda espontânea de pais, que não têm onde deixar seus filhos enquanto trabalham, é preocupante. Caberia a outro tipo de equipamento ligado à educação este atendimento socioeducativo de crianças e contra turno escolar. Se torna relevante a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes e a Secretaria Municipal de Assistência Social realizarem um processo de reordenamento institucional para adequar a situação, o qual conforme conversas com os responsáveis de ambas as secretarias já vem sendo realizado.

Pesquisa de percepção com adolescentes

A adolescência é a fase em que a identidade se cristaliza. É por meio da associação com iguais que nos diferenciamos. É o que explica as diferentes “turmas” que se formam. São os

amigos leitores, os amigos que trabalham como voluntários, os amigos que frequentam a mesma danceteria, os roqueiros, os rappers, os funkeiros etc. É muito interessante o fato da maioria dos entrevistados 59,3% dos entrevistados terem citado o grupo esportivo como seu grupo de identificação. Significa que o município tem conseguido criar uma política pública importante neste campo. Vale a pena comentar o fato do segundo grupo mais citado (29,1%) ser o grupo religioso. Muitas pesquisas têm sido realizadas a este respeito. É notório o fato das religiões ocuparem este espaço social do adolescente quando as políticas públicas falham. É muito comum ver jovens tocando em verdadeiras bandas de rock dentro das igrejas. Já se ouvem, nas rádios e na internet, funks evangélicos, por exemplo.

A amostra de adolescentes pesquisada ratifica o fato de ser alto o número de abandono dos estudos no ensino médio. Há que se debruçar sobre este problema e encontrar soluções em caráter de urgência.

A maioria dos adolescentes trabalhadores estão na faixa entre 15 e 17 anos, justamente a idade em que poderiam estar concentrados nos estudos do nível médio, se profissionalizando ou se preparando para cursar uma universidade. No entanto, praticamente todos os entrevistados frequentam a escola. Parece um paradoxo estudar e trabalhar, mas a realidade da maioria da população brasileira é esta. Pouco são os que conseguem se manter fora do mercado do trabalho, se dedicando exclusivamente aos estudos. Há que se pensar em como, dentro deste contexto, manter a qualidade dos estudos dentro e fora das escolas. O desafio das escolas em se renovar, principalmente as de ensino médio, não é pequeno.

Com o levantamento de dados percebe-se que quase a metade (48,7%) dos entrevistados nunca viram um Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA, sendo necessário que o CMDCA faça um trabalho de divulgação e orientação, tomando medidas para que cada criança e adolescente tenha acesso ao Estatuto para consulta, ou que toda sala de aula, cada escola, cada organização social faça um trabalho de divulgação e orientação sobre o ECA.. Já o trabalho de divulgação relacionado ao Conselho Tutelar parece ser bom, pois quase a totalidade dos entrevistados sabe onde ele se localiza e qual a sua função. Basta confirmar se a noção que eles têm da função do Conselho Tutelar é a de proteção e defesa dos direitos ou se é visto como órgão punitivo, o que, infelizmente, ainda é muito comum na sociedade brasileira.

Estatisticamente, parece pouco significativo apenas 3,6% da amostra dizer que tem filhos. Mas do ponto de vista da proteção integral do adolescente, podemos dizer que o ideal seria que nenhum tivesse feito esta afirmação. A gravidez na adolescência, seja para a menina, seja para o menino, interrompe prematuramente o processo de desenvolvimento, tornando-os adultos precoces. A falta de informação sobre métodos contraceptivos e a dificuldade da sociedade encarar de frente os tabus relacionados ao sexo são as principais causas deste problema que precisa ser olhado com atenção por equipes interdisciplinares do campo da educação, da saúde, do esporte e da cultura. Note-se que a maioria dos adolescentes, na pesquisa amostral, disseram que conversam sobre sexo ou com os amigos, ou com a mãe ou não conversam sobre isto. É preciso aproveitar este dado e estimular, nas escolas, as discussões sobre sexualidade entre os adolescentes (grupos de amigos).

O trabalho com as famílias é essencial. Mesmo com todas as questões difíceis que uma família vive para se manter unida, 91,1% dos entrevistados considera bom e ótimo o seu convívio familiar ao contrário do que costuma-se ouvir, no senso comum, de que o adolescente é “revoltado” e não se interessa pela casa e pela família. É na família que ele encontra seu porto seguro e é neste sentido que se precisa trabalhar, auxiliando na organização das famílias que estão com problemas estruturais relacionados à dependência química, desemprego, falta de moradia etc. É notório o fato de que o espírito batalhador das mulheres e homens chefes de família é valorizado pelos adolescentes. Adultos com oportunidades de trabalho geram maior segurança para as crianças e adolescentes que estão ao seu redor.

Com relação aos hábitos dos adolescentes a pesquisa revela a forte presença do celular e da televisão no cotidiano dos adolescentes, seguida pela internet, reunião com amigos, trabalho e prática de esportes. Técnicos do governo e da sociedade civil precisam ter como objetivo a inversão destes costumes. O dia em que tivermos adolescentes praticando esportes, estudando e realizando atividades culturais quotidianamente, teremos adultos preparados para um desenvolvimento sustentável das cidades e do país. A televisão, seja pelo teor violento de seus programas, seja pelo seu entretenimento vazio de conteúdo, não ajuda no desenvolvimento. Países desenvolvidos orientam os pais a manterem, no máximo, duas horas a criança na frente da televisão.

É interessante perceber que muitos adolescentes justificam o fato de não frequentarem a biblioteca, porque não gostam. Esta é uma excelente oportunidade para se criar uma política

pública voltada a leitura. Atualmente, há inúmeras ações sendo desenvolvidas com a finalidade de tornar a biblioteca um espaço de convivência, principalmente para os adolescentes. O governo e a sociedade civil de Ouro Verde do Oeste podem criar um projeto para estimular estas ações. Desde a compra de jogos, instalação de internet livre, revitalização de mobiliário e acervo até a contratação de profissionais que tornem a biblioteca um espaço prazeroso são ações que deveriam ser planejadas e desenvolvidas a curto prazo no município.

Com relação às atividades culturais, o CMDCA pode criar um edital para apoiar, nos primeiros 3 anos, ações comunitárias de desenvolvimento sociocultural. Associações de moradores de bairros poderiam receber recursos para desenvolver estes projetos. É uma questão de promoção de direitos. Cabe ao CMDCA estimular e criar condições para que estas políticas se desenvolvam na cidade.

Outra oportunidade interessante é perceber o uso da praça, e do ginásio da cidade pelos adolescentes. Estes espaços podem e devem ser aproveitados para estimular a arte, a cultura e o esporte. Shows, competições, brincadeiras, oficinas artísticas, artistas de circo, ensaios/festivais de bandas, barracas com livros e jogos, são ações fáceis de se implantar e com efeitos rápidos. Mas se nada se faz, a cultura de massa, as músicas e as estéticas impostas pelos meios de comunicação de massa tomam conta da “galera”, que acabam caindo na armadilha de se ouvir apenas o que se conhece, gostar apenas do que foi apresentado pela televisão ou pelo cinema norte americano. São os desfiles de carrões “velozes e furiosos” com seus “funks pornográficos” no último volume. Sabemos que há muito mais para se “curtir”. Basta apresentar para que os adolescentes conheçam.

É preciso ouvir com atenção os pedidos dos adolescentes apresentados ao final da pesquisa. Reformar o ginásio, por exemplo, parece uma ação não prioritária aos olhos de governantes e pais de família, já que há muitas coisas importantes para se fazer no município. Mas do ponto de vista dos direitos da criança e do adolescente, garantir o direito ao esporte é constitucionalmente uma prioridade absoluta. Portanto, a queixa apresentada deve ser considerada de caráter emergencial. Assim como a construção de quadras esportivas, piscina pública e pista de skate.

É interessante o fato de mais da metade (57,1%) dos adolescentes pesquisados usar maconha diariamente e 25,8% dos pesquisados conhecerem várias pessoas que fumam. Esta é

uma questão muito presente na sociedade brasileira e que muitos adultos têm dificuldade de encarar de frente, seja por falta de informação, seja por preconceito. Há um debate na sociedade brasileira e internacional sendo feito e que precisa ser atualizado. Existem muitos setores da sociedade que apoiam a descriminalização da maconha, pois a consideram menos prejudicial à saúde que o álcool, por exemplo. Enquanto outros setores não admitem a liberação comercial desta droga, alegando o alto teor viciante do seu princípio ativo. Não cabe, neste trabalho, a defesa deste ou daquele grupo. O fato objetivo é que o adolescente e jovem brasileiro consome maconha e isto tem gerado muito conflitos. O importante é trazer à tona esta discussão, sem medo, sem tabus, com o auxílio de especialistas na área, para se tratar desta questão de frente e junto com os adolescentes e jovens da cidade.

9. ANEXO

ANEXO I – QUESTIONÁRIO DE VULNERABILIDADE

PESQUISA QUANTITATIVA – NOVEMBRO 2015	
	Atenção! Preencher este questionário por domicílio. A PAINEL Pesquisas está realizando uma pesquisa com o objetivo de levantar as vulnerabilidades do município de Ouro Verde do Oeste e gostaria de saber um pouco mais da sua família! Não é obrigado a dizer seu nome. Pode responder o que quiser, pois ninguém saberá o que você falou.
	DOMICÍLIO – TODOS RESPONDEM
	1. Local em que mora (Bairro/Localidade/Comunidade): _____ 2. Naturalidade: _____ Cidade: _____ Estado: _____ 3. Situação do domicílio: ☐ Próprio ☐ Alugado ☐ Cedido ☐ Aglomerado subnormal ☐ Compartilhado ☐ Outro Tipo de Construção predominante: ☐ Tijolo/Alven. ☐ Madeira ☐ Adobe ☐ Material aproveitado ☐ Outro Número de cômodos: (aberta e numérica) _____ Número de dormitórios: (aberta e numérica) _____ 4. Infraestrutura do domicílio - Marcar o que tem: - Característica do domicílio, incompleto Abastecimento de Água: ☐ Água encanada ☐ Poço ☐ Nascente ☐ Outra forma de abastecimento Esgoto Sanitário: ☐ Rede de Esgoto ☐ Fossa Séptica/Filtro ☐ Fossa Rudimentar-buraco negro ☐ Vala, rio ou mar Destino do Lixo: ☐ Coletado ☐ Queimado ☐ Enterrado ☐ Jogado em terreno baldio, rio, lago ou mar ☐ Outro Possui banheiro? ☐ Sim ☐ Não Possui energia elétrica? ☐ Sim ☐ Não
RESIDENTES – TODOS RESPONDEM	
5. Sexo do principal responsável da família: ☐ F ☐ M	6. Idade do principal responsável da família: _____
7. Grau de Escolaridade do principal responsável da família – ou do chefe da família: ☐ Não sabe ler e escrever ☐ Ens. Fund. 1 Incom. (1º ao 4º ano) ☐ Ens. Fund. 1 Comp. (1º ao 4º ano) ☐ Ens. Fund. 2 Incompleto -5º a 9º ano ☐ Ens. Fund. 2 Completo (5º a 9º ano) ☐ Ens. Médio Incompleto ☐ Ens. Médio Comp. ☐ Superior Incompleto ☐ Superior Completo ou mais	
8. Estado Civil do responsável da família: ☐ Solteiro ☐ Casado/União Estável/Mora junto ☐ Viúvo ☐ Divor./ Sep./Desq.	
9. Cite quantas pessoas pessoas tem na sua residência e qual a idade de cada uma delas?	
Pessoa 01: _____ Pessoa 02: _____ Pessoa 03: _____ Pessoa 04: _____ Pessoa 05: _____ Pessoa 06: _____ Pessoa 07: _____ Pessoa 08: _____ Pessoa 09: _____ Pessoa 10: _____ Pessoa 11: _____ Pessoa 12: _____ Pessoa 13: _____ Pessoa 14: _____	
RESPONDEM APENAS QUEM TEM CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE 6 A 17 ANOS NO DOMICÍLIO	
10. Das crianças e adolescentes acima citados (de 6 a 17 anos), existe algum fora da escola? ☐ Não ☐ Sim. Qual a idade e escolaridade? Idade: _____ Escolaridade: ☐ Não sabe ler e escrever ☐ Até o Ens. Fund. 1 ☐ Até o Ens. Fund. 2 ☐ Até o Ens. Médio ☐ Até o Superior ou mais Idade: _____ Escolaridade: ☐ Não sabe ler e escrever ☐ Até o Ens. Fund. 1 ☐ Até o Ens. Fund. 2 ☐ Até o Ens. Médio ☐ Até o Superior ou mais Idade: _____ Escolaridade: ☐ Não sabe ler e escrever ☐ Até o Ens. Fund. 1 ☐ Até o Ens. Fund. 2 ☐ Até o Ens. Médio ☐ Até o Superior ou mais Idade: _____ Escolaridade: ☐ Não sabe ler e escrever ☐ Até o Ens. Fund. 1 ☐ Até o Ens. Fund. 2 ☐ Até o Ens. Médio ☐ Até o Superior ou mais Idade: _____ Escolaridade: ☐ Não sabe ler e escrever ☐ Até o Ens. Fund. 1 ☐ Até o Ens. Fund. 2 ☐ Até o Ens. Médio ☐ Até o Superior ou mais	

RESPONDEM APENAS QUEM TEM ADOLESCENTES DE 12 A 17 ANOS NO DOMICÍLIO
11. Existe alguma pessoa com 16 anos ou mais procurando emprego na residência? ☐ Não ☐ Sim.
12. Existe alguma criança de 10 a 15 anos trabalhando na residência? ☐ Não ☐ Sim.
13. Existe algum menor de 18 anos com filhos? ☐ Sim ☐ Não Se sim, com quantos anos teve o 1º filho? _____
RESPONDEM APENAS QUEM TEM PESSOAS COM 60 ANOS OU MAIS NO DOMICÍLIO - IDOSO
14. Essa pessoa com 60 anos ou mais é responsável pelo sustento da família ☐ Não ☐ Sim. Exclusivamente ☐ Sim, mas é compartilhada, outras pessoas também auxiliam no sustento da família
15. A(s) pessoa(s) com 60 anos ou mais trabalha(m)? ☐ Não ☐ Sim. Apenas 1 ☐ Sim. Todas
16. A pessoa com 60 anos ou mais, recebe auxílio do governo (aposentadoria, pensão ou auxílio doença)? ☐ Não ☐ Sim. Apenas 1 ☐ Sim. Todas
17. A pessoa com 60 anos ou mais, participa de algum programa voltado ao idoso? ☐ Não ☐ Não ☐ Sim. Apenas 1 ☐ Sim. Todas ☐ O município não oferece
18. A pessoa com 60 anos ou mais tem alguma dificuldade em atendimento médico especializado para seus problemas? ☐ Não ☐ Sim. Apenas 1 ☐ Sim. Todas
19. O que o município poderia fazer para melhorar a qualidade de vida do idoso em Ouro Verde do Oeste?
MULHER – TODOS RESPONDEM
20. Existe mulheres acima de 18 anos na residência? ☐ Não. Pular para próximo bloco ☐ Sim.
21. As mulheres da residência consideram que tem os seus direitos respeitados? ☐ Sim. ☐ Não. Por que?
22. Alguma mulher desta residência já sofreu algumas das violências citadas abaixo? Violência Física (por ex.: agressão) ☐ Não ☐ Sim. Denunciou? ☐ Não ☐ Sim Violência psicológica (por ex.: ameaças) ☐ Não ☐ Sim. Denunciou? ☐ Não ☐ Sim Violência sexual (por ex.: abuso sexual) ☐ Não ☐ Sim. Denunciou? ☐ Não ☐ Sim Violência moral (por ex.: calúnia) ☐ Não ☐ Sim. Denunciou? ☐ Não ☐ Sim
23. Alguma mulher desta residência já teve algo negado somente pelo fato de ser mulher (vaga de emprego, por exemplo)? ☐ Não ☐ Sim. O que?
24. As mulheres desta casa frequentam regularmente ginecologistas? ☐ Não ☐ Sim. Apenas 1 ☐ Sim. Todas
25. As mulheres desta casa frequentam programa voltado às mulheres? ☐ Não ☐ Sim. Apenas 1 ☐ Sim. Todas ☐ O município não oferece
26. O que o município poderia fazer para melhorar a qualidade de vida da mulher em Ouro Verde do Oeste?
PESSOA COM DEFICIÊNCIA – TODOS RESPONDEM
27. Existe pessoa com deficiência no domicílio? ☐ Não. (Pular para próxima bloco) ☐ Sim.
28. Qual o tipo de deficiência? ☐ Física/Motora – Grau da deficiência: ☐ Leve. Alguma dificuldade ☐ Moderada. Grande dificuldade ☐ Severa ☐ Auditiva – Grau da deficiência: ☐ Leve. Alguma dificuldade ☐ Moderada. Grande dificuldade ☐ Severa ☐ Visual – Grau da deficiência: ☐ Leve. Alguma dificuldade ☐ Moderada. Grande dificuldade ☐ Severa ☐ Mental – Grau da deficiência: ☐ Leve. Alguma dificuldade ☐ Moderada. Grande dificuldade ☐ Severa
29. A pessoa com deficiência trabalha? ☐ Não ☐ Sim
30. A pessoa com deficiência recebe auxílio do governo? ☐ Não ☐ Sim
31. A pessoa com deficiência frequenta ou já frequentou a escola? ☐ Não ☐ Já frequentou. Mas agora não frequenta mais ☐ Frequenta atualmente
32. Qual a escolaridade da pessoa com deficiência? ☐ Não sabe ler e escrever ☐ Até o Ens. Fund. 1 ☐ Até o Ens. Fund. 2 ☐ Até o Ens. Médio ☐ Até o Superior ou mais
33. A pessoa com deficiência tem de dificuldade de acessibilidade na residência em que mora? ☐ Não ☐ Sim
34. A pessoa com deficiência tem dificuldade de acessibilidade na cidade, em locais públicos (escola, postos de saúde, prefeitura, etc) ☐ Não ☐ Sim
35. A pessoa com deficiência tem alguma dificuldade em atendimento médico para seu problema de saúde? ☐ Não ☐ Sim
36. O que o município poderia fazer para melhorar a qualidade de vida da pessoa com deficiência em Ouro Verde do Oeste?

CLASSIFICAÇÃO SOCIAL – TODOS RESPONDEM					
37. Quem auxilia no sustento da família?					
☐ Apenas uma pessoa. Só uma pessoa trabalha e sustenta os outros					
☐ Compartilhada. Duas ou mais pessoas trabalham e sustentam a casa					
38. Qual a renda total da família?					
☐ Até 1/2 Salário Mínimo (Até R\$ 312) ☐ De 1/2 até 1 Salário Mínimo (De R\$ 312 - R\$ 724) ☐ De 1 a 2 SM (R\$ 724 - R\$ 1.448) ☐ De 2 a 5 SM (R\$ 1.448 - R\$ 3.620) ☐ De 5 a 10 SM (R\$ 3.620 - R\$ 7.240) ☐ Mais de 10 Salários Mínimos (mais de R\$ 7.240) ☐ Não declarou					
39. A fonte de renda é?					
☐ Fixa. Recebo todo o mês meu salário ☐ Informal. Trabalho quando tem algo para fazer					
Qual a principal fonte de renda: ☐ Agricultura ☐ Serviço ☐ Indústria ☐ Outro: _____					
40. É beneficiário de algum programa de transferência de renda ou benefícios da assistência social:					
☐ Não ☐ Sim. Bolsa família ☐ Sim. PETI ☐ Sim. Outros. Qual?					
41. A família considera satisfatória sua situação econômica, ou seja, o ganho da família para o sustento?					
☐ Ótimo ☐ Bom ☐ Regular ☐ Ruim ☐ Péssimo					
42. A família considera satisfatória sua situação social, ou seja, dignidade, acesso à saúde e educação, etc?					
☐ Ótimo ☐ Bom ☐ Regular ☐ Ruim ☐ Péssimo					
43. Qual o seu grau de satisfação em morar em Ouro Verde do Oeste? ☐ Ótimo ☐ Bom ☐ Regular ☐ Ruim ☐ Péssimo					
44. Como o Sr. considera a qualidade de vida em Ouro Verde do Oeste? ☐ Ótimo ☐ Bom ☐ Regular ☐ Ruim ☐ Péssimo					
Eu preciso fazer a classificação social para validar a pesquisa, o (a) Sr (a) poderia me informar a quantidade de itens na sua casa.					
Itens	0	1	2	3	4 ou +
Televisão em cores					
Rádio					
Banheiro					
Automóvel					
Empregada mensalista					
Itens	0	1	2	3	4 ou +
Máquina de lavar					
Videocassete / DVD					
Geladeira					
Freezer (aparelho independente ou parte da geladeira duplex)					

ANEXO II – QUESTIONÁRIO DO ADOLESCENTE

	PESQUISA QUANTITATIVA – NOVEMBRO 2014	
	Atenção! Preencher este questionário somente se tiver 12 anos a 17 anos. A Paineira Pesquisas está realizando uma pesquisa com o objetivo de conhecer o perfil dos jovens e adolescentes de Ouro Verde do Oeste e gostaria de saber um pouco mais de você! Não é obrigado a dizer seu nome. Pode responder o que quiser, pois ninguém saberá o que você falou.	
1 PERFIL DO ENTREVISTADO		
1.1 Bairro/Localidade:	(1) Zona Rural (2) Zona Urbana	
1.2 Qual a sua idade (em anos)?	1.3 Sexo: (1) Masculino (2) Feminino	
1.4 Qual o seu estado civil? (1) Solteiro (2) Casado (3) União Estável (4) Viúvo (5) Separado (6) Divorciado		
1.5 Atualmente você frequenta escola? (1) SIM. Em que ano: _____ Escolaridade: _____ Período: (1) Matutino (2) Vespertino (3) Noturno. (2) Curso não seriado (supletivo / EJA) Escolaridade: _____ Período: (1) Matutino (2) Vespertino (3) Noturno (3) NÃO. Se NÃO, qual o último ano que concluiu com aprovação?		
1.6 Você participa de algum grupo? (5) Não participa (1) Religioso (2) Político (3) Musical. Qual: _____ (4) Outro:		
1.7 Você realiza algum trabalho? (1) Sim (2) Não Se sim, é remunerado? () Sim () Não Se sim, Trabalha com quem? (1) Família (2) Terceiros Qual o ramo de atividade?		
1.8 Você conhece seus direitos e deveres de acordo com o ECA (Estatuto da Criança e Adolescente)? (1) Sim (2) Não Se sim, cite pelo menos 2 direitos: (1) vida e saúde (2) Alimentação (3) Educação (4) Esporte (5) Lazer (6) profissionalização (7) cultura (8) Dignidade e Respeito e Liberdade (9) Convívio Familiar e comunitária (10) Outro: Se não, por quê? (1) Nunca vi um ECA (1) Uma vez vi um ECA, mas não li (1) Li uma vez, mas esqueci (1) Outro:		
1.9 Você possui algum tipo de deficiência? (1) NÃO (2) SIM Se SIM, qual? (1) física (2) auditiva (3) motora (4) outra: _____ Grau da deficiência: (1) leve (2) moderada (3) grave		
1.10 Você sabe onde é o Conselho Tutelar? (1) SIM (2) NÃO		
1.11 Você sabe para que o Conselho Tutelar serve? (1) SIM (2) NÃO		

2 CONVIVÊNCIA FAMILIAR DO ENTREVISTADO	
2.1	Você tem filhos? (1) SIM (2) NÃO Se sim, quanto filhos? _____ Com quantos anos teve seu primeiro filho? _____
2.2	Como você considera o convívio familiar dentro da sua casa? (1) ótimo (2) bom (3) regular (4) ruim (5) péssimo (6) não sabe
2.3	Qual o lugar onde você mais gosta de estar? (1) em casa (2) na rua (3) na escola (4) no parque (5) no trabalho (7) outro:
2.4	Quem é seu exemplo de vida? (1) Mãe (2) Pai (3) Namorado(a) (4) Professor (5) Amigo () Outro:
2.5	Principais motivos por essa pessoa ser exemplo de vida? (1) tem caráter batalhador (2) apoia suas decisões (3) dá bons conselhos (4) outro:
2.6	Qual a frequência semanal e em horas, com que realiza cada atividade abaixo:
Assistir TV (1) Diariamente (2) Uma vez por semana (3) Duas ou + vezes por semana (4) Cada 15 dias (5) Uma vez por mês (6) Não Pratica	
Brincar em Casa (1) Diariamente (2) Uma vez por semana (3) Duas ou + vezes por semana (4) Cada 15 dias (5) Uma vez por mês (6) Não Pratica	
Estudar (1) Diariamente (2) Uma vez por semana (3) Duas ou + vezes por semana (4) Cada 15 dias (5) Uma vez por mês (6) Não Pratica	
Jogar Vídeo Game (1) Diariamente (2) Uma vez por semana (3) Duas ou + vezes por semana (4) Cada 15 dias (5) Uma vez por mês (6) Não Pratica	
Leitura (1) Diariamente (2) Uma vez por semana (3) Duas ou + vezes por semana (4) Cada 15 dias (5) Uma vez por mês (6) Não Pratica	
Navegar na internet (1) Diariamente (2) Uma vez por semana (3) Duas ou + vezes por semana (4) Cada 15 dias (5) Uma vez por mês (6) Não Pratica	
Reunir com os amigos (1) Diariamente (2) Uma vez por semana (3) Duas ou + vezes por semana (4) Cada 15 dias (5) Uma vez por mês (6) Não Pratica	
Praticar esporte (1) Diariamente (2) Uma vez por semana (3) Duas ou + vezes por semana (4) Cada 15 dias (5) Uma vez por mês (6) Não Pratica	
Trabalhar (1) Diariamente (2) Uma vez por semana (3) Duas ou + vezes por semana (4) Cada 15 dias (5) Uma vez por mês (6) Não Pratica	

3 AVALIAÇÃO DE ASPECTOS, ÁREAS DE CULTURA, ESPORTE E LAZER	
3.1 Quais dos serviços abaixo você utiliza?	
Biblioteca	(1) Sim (2) Não, por que não gosto (3) Não por que não tenho tempo
Ginásio	(1) Sim (2) Não, por que não gosto (3) Não por que não tenho tempo
Praça	(1) Sim (2) Não, por que não gosto (3) Não por que não tenho tempo
3.2 Que tipo de equipamentos pessoais você utiliza para lazer: (1) bicicleta (2) patins (3) skate (4) celular (6) computador (7) televisão (8) sinuca (9) ping-pong (10) outros:	
3.3 Para o seu lazer, o que você mais sente falta no seu bairro?	

4 PERFIL COMPORTAMENTAL DO ENTREVISTADO
4.1 O que é mais importante para você no futuro? (1) ter um emprego que te faça feliz (2) casar com alguém para o resto da vida (3) ter filhos (4) sustentar sua família (5) ter muito dinheiro (6) outro:
4.2 Com quem você conversa sobre sexo? (1) amigos (2) pai (3) mãe (4) namorado(a) (6) não conversa (5) outros:
4.3 Você sabe como prevenir a gravidez? (1) SIM (2) NÃO (3) Não respondeu
4.4 Qual método contraceptivo você considera o mais seguro? (1) camisinha (2) anticoncepcional (3) tabelinha (4) diafragma (5) DIU (6) outro (7) Não respondeu
4.5 O que você pensa sobre o uso da camisinha? (1) indispensável (2) dispensável (3) depende do parceiro (4) não respondeu
4.6 Você considera o álcool uma droga? (1) SIM (2) NÃO Porquê?
4.7 Qual sua opinião sobre a maconha? (1) contra (2) a favor (3) indiferente (4) não tem opinião formada (5) não respondeu
4.8 Sobre outras drogas (cocaína, crack, heroína, LSD, extasy, anfetaminas, estimulantes, etc...)? (1) contra (2) a favor (3) indiferente (4) não tem opinião formada (5) não respondeu
4.9 Você já experimentou/utiliza algum tipo de droga (legal - álcool, cigarro ou ilegal - maconha, cocaína...)? (1) Não respondeu (2) NÃO (1) SIM 4.9.1 Se sim, qual droga? Escreva o nome da droga e marque um X na frequência de uso: Droga _____ (1) Diariamente (2) Uma vez por semana (3) Duas ou + vezes por semana (4) Cada 15 dias (5) Uma vez por mês (6) Não tem dia certo (7) Usei só uma vez Droga _____ (1) Diariamente (2) Uma vez por semana (3) Duas ou + vezes por semana (4) Cada 15 dias (5) Uma vez por mês (6) Não tem dia certo (7) Usei só uma vez Droga _____ (1) Diariamente (2) Uma vez por semana (3) Duas ou + vezes por semana (4) Cada 15 dias (5) Uma vez por mês (6) Não tem dia certo (7) Usei só uma vez
4.10 Com quem você utiliza? (1) amigos (2) namorado(a) (3) familiares (4) iniciativa própria (5) não respondeu
4.11 Responda as perguntas abaixo em números: Quantas pessoas que moram na sua casa bebem cerveja? (1) Nenhuma (2) Uma pessoa (3) Mais de uma pessoa (4) Várias Quantas pessoas da sua família fumam cigarro? (1) Nenhuma (2) Uma pessoa (3) Mais de uma pessoa (4) Várias Quantas pessoas você conhece que fumam maconha? (1) Nenhuma (2) Uma pessoa (3) Mais de uma pessoa (4) Várias Quantas pessoas você conhece que fumam crack? (1) Nenhuma (2) Uma pessoa (3) Mais de uma pessoa (4) Várias Qual a droga que você acha a mais perigosa? Você gostaria de deixar alguma mensagem ou solicitação?

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Prefeitura Municipal de Ouro Verde do Oeste. Acesso em: 10 jan. 2015.

Disponível em: <<http://www.ouroverdedooeste.pr.gov.br/>>

IBGE. Acesso em: 15 nov. 2014.

Disponível em: <<http://downloads.ibge.gov.br/>>

DATASUS. Acesso em: 20 mar. 2015.

Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0205>>

MEC. Acesso em: 20 mar. 2015.

Disponível em: <<http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php>>

MDS. Acesso em: 10 nov. 2014, 12 jan. 2015, 25 mar. 2015.

Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/>>

TRIOLA, Mario F.; Introdução à Estatística – Rio de Janeiro: LTC, 2005.

BEAUVOIR, Simone de. A velhice. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

Lancman, S., Sznclwar, L. I., & Jardim, T. A. (2006). Sofrimento psíquico e envelhecimento no trabalho: um estudo com agentes de trânsito. Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. 42. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. (Coleção Saraiva de Legislação 2009).

Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Estatuto do Idoso. Brasília: Câmara dos Deputados, 2003.

COCKELL, F. F. (2014). Idosos aposentados no mercado de trabalho informal: trajetórias ocupacionais na construção civil.

GOHN, M.G.M. Educação não formal e cultura política. São Paulo: Cortez, 2001.

GOLDSTEIN, L.L. (1999). A produção científica brasileira na área da gerontologia: 1975-1999. Revista

PRADO, Tania Maria Bigossi do, 1959- P896p Participação: um estudo sobre idosos / Tania Maria Bigossi do Prado. – 2006. 228 f

SENA, Eduardo Cunha Alves de; CHACON, Paulo Eduardo de Figueiredo. Tutela constitucional da terceira idade:. Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 11, n. 957, 15 fev. 2006.

WATANABE, Helena Akemi Wada. [et al.]. Rede de atenção à pessoa idosa /; [coordenação geral Áurea Eleotério Soares Barroso]. -- São Paulo : Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social : Fundação Padre Anchieta, 2009.

AMARAL E SILVA, Antônio Fernando. 1996: "Estatuto, o Novo Direito da Criança e do Adolescente e a Justiça da Infância e da Juventude". Florianópolis: Ed. Centro de Estudos Jurídicos / Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

ARIÈS, Philippe. 1981: "História social da criança e da família". Rio de Janeiro: Zahar Editora

AURELIANO, L. e DRAIBE, S. M. A especificidade do Welfare State Brasileiro. In: Ministério da Previdência e Assistência Social/CEPAL. A política social em tempo de crise: articulação institucional e descentralização. Reflexões sobre a natureza do bem-estar. Brasília, 1989

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. Infância e Violência Doméstica: fronteiras do conhecimento – São Paulo: Cortez, 2005.

BIERRENBACH, Maria Ignez. Fogo no Pavilhão. 1987.

CASTRO, D. S. P. e NASCIMENTO, A. R. Os Conselhos Tutelares e a construção da cidadania infanto-juvenil. In: ALVES, L. R. e CARVALHO, M. Cidades: Identidade e Gestão. São Paulo: Editora Saraiva, 2009

CASTRO, Mary Garcia & ABRAMOVAY, Miriam. 1998: "Cultura, Identidades e Cidadania: Experiências com Adolescentes em Situação de Risco" in "Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas" – volume II. Brasília: Ed. Comissão Nacional de População e Desenvolvimento – CNPD

CUSTÓDIO, André Viana. 2008. "Teoria da Proteção Integral: Pressuposto para a compreensão do Direito da Criança no Brasil". Santa Catarina: NUPED-UNESCO

GOMES DA COSTA, Antônio Carlos. 1990: "De Menor a Cidadão". Brasília: Ed. Fundação CBIA

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. Diretrizes de Cuidados Alternativos à Criança. Conselho de Direitos Humanos, 2009.

POLÍCIA MILITAR SC. <http://www.pm.sc.gov.br/noticias/proerd-de-campos-novos-forma-mais-de-600-alunosghs.html>. Disponível em: 26.01.2014

PROERD BRASIL. <http://www.proerdbrasil.com.br/oproerd/oprograma.htm>. Disponível em: 26.01.2014.



Rua Ibirapuera, 705 - Floresta
CEP 89.212-020 Joinville - Santa Catarina

55 47 3025-5467

atendimento@painelpesquisas.com.br

www.painelpesquisas.com.br